



**SARA GUIMARÃES RIBEIRO**

**A CENOGRAFIA E O *ETHOS* DISCURSIVO NO  
INSTAGRAM: O DISCURSO DA BRANQUITUDE NAS REDES  
SOCIAIS**

**LAVRAS – MG  
2021**

**SARA GUIMARÃES RIBEIRO**

**A CENOGRAFIA E O *ETHOS* DISCURSIVO NO INSTAGRAM: O DISCURSO DA  
BRANQUITUDE NAS REDES SOCIAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguagem, cultura e sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Luciana Soares da Silva  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2021**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Ribeiro, Sara Guimarães.

A cenografia e o *ethos* discursivo no *Instagram*: o discurso da  
branquitude nas redes sociais. / Sara Guimarães Ribeiro. - 2021.  
107 p.

Orientador(a): Luciana Soares da Silva.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de  
Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Discurso da branquitude. 2. Relações raciais. 3. Instagram. I.  
da Silva, Luciana Soares. II. Título.

**SARA GUIMARÃES RIBEIRO**

**A CENOGRAFIA E O *ETHOS* DISCURSIVO NO INSTAGRAM: O DISCURSO DA  
BRANQUITUDE NAS REDES SOCIAIS**

**SCENOGRAPHY AND DISCURSIVE ETHOS ON INSTAGRAM: THE DISCOURSE  
OF WHITENESS IN SOCIAL NETWORKS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguagem, cultura e sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 14 de maio de 2021.

Profa. Dra. Luciana Soares da Silva (UFLA)

Prof. Dr. Márcio Rogério Cano de Oliveira (UFLA)

Prof. Dr. Lourenço Cardoso (UNILAB)



---

Profa. Dra. Luciana Soares da Silva  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2021**

*Aos meus pais, Helenice e Rildo.*

## AGRADECIMENTOS

Os processos e desafios pelos quais passamos a partir de nossas escolhas tornam-se suportáveis pelo apoio que recebemos das vidas que nos cercam e nos amparam. Acredito que o caminho até aqui teria sido mais difícil se eu não tivesse ao meu lado estas pessoas a quem devo reconhecimento.

Aos meus pais, que me apoiam diariamente e motivam meus sonhos, agradeço pela presença amorosa em minha vida. Neles, encontro força para seguir meu caminho.

Ao meu irmão Guilherme, que me incentiva e me faz acreditar em mim. Agradeço pelo apoio quando decidi passar pelo processo de seleção do mestrado e pelo incentivo diário. À minha irmã Joana, agradeço por tanto carinho e por me inspirar com sua criatividade e alegria.

Estendo meu agradecimento a todos os meus familiares que sempre se fazem presentes e torcem pelas minhas conquistas.

Ao João Pedro, meu parceiro de vida e companheiro de todos os dias. Reconheço sua importância nesse processo e agradeço por ser presente e por me amparar em todos os momentos!

Aos amigos que chegam e fazem morada e aos que já estavam comigo, que entenderam minha ausência e permaneceram ao meu lado, obrigada pela força e por torcerem por mim.

De modo especial, agradeço à Bruna, à Lara e à Tamyres, pela convivência e pela parceria desde o meu primeiro dia em Lavras. Agradeço também à Nayara, por compartilhar as dores e as alegrias da nossa escolha pelo mestrado.

Não poderia deixar de mencionar a importância dessa escolha que fiz. Passar pelo processo do mestrado me permitiu amadurecer muito, não somente me especializei profissionalmente, mas fui moldada pessoalmente de forma muito positiva. Por isso, agradeço a oportunidade ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Estudos da Linguagem.

Agradeço à minha orientadora e professora, Luciana Soares da Silva, pela atenção e orientação, paciência e cuidado. Sua contribuição nesse processo foi de grande valor.

Agradeço ao professor Lourenço Cardoso e ao professor Márcio Cano por aceitarem contribuir com este trabalho e fazerem parte da banca avaliadora. Suas considerações foram de grande importância para que esta pesquisa fosse ainda mais relevante.

## RESUMO

A Análise do Discurso possibilita reflexões sobre os sentidos, os sujeitos e a sociedade, considerando a inscrição histórica deles. O interesse desta pesquisa está nas relações raciais, principalmente no lugar ocupado pela branquitude, como forma de questionar a ação dos sujeitos brancos nas desigualdades raciais. Para analisar essa questão, buscou-se constituir um *corpus* de análise a partir da interação dos sujeitos em redes sociais virtuais. As redes sociais tomaram grande proporção nas últimas décadas e recorrentemente pautas sociais viram discussões entre os sujeitos nesse espaço. Desse modo, esta pesquisa reúne o estudo do discurso em um espaço virtual, buscando problematizar o lugar do sujeito branco nas relações raciais, ou seja, o discurso da branquitude nas redes sociais. No aporte teórico, foram utilizados os estudos da Análise do Discurso de Maingueneau (2007; 2008; 2015; 2016), bem como os estudos de importantes pesquisadores das Ciências Sociais, como Bento (2002; 2014) e Cardoso (2008; 2010; 2014; 2017). A principal pergunta para o desenvolvimento deste trabalho é de que modo o discurso da branquitude faz perpetuar, tanto simbólica quanto materialmente, o racismo, o privilégio dos brancos e todas as desigualdades em torno das relações raciais. Como objetivo central, procuramos verificar, no *Instagram*, como se constituiu o discurso da branquitude, a partir das noções de *ethos* discursivo e de cenografia. Além disso, como objetivos específicos, procurou-se definir as características do discurso da branquitude; como os sujeitos pertencentes ao grupo social branco podem ser identificados, utilizando os conceitos de branquitude crítica e branquitude acrítica; a forma como o discurso da branquitude atravessa o discurso das redes sociais; e a relação interdiscursiva que sustenta os ideais da manutenção do lugar social dos brancos. A análise teórico-metodológica e qualitativa foi feita a partir do *corpus* que se constituiu em uma postagem no *Instagram* e alguns comentários publicados por sujeitos (coenunciadores) que interagiram nessa publicação. Os resultados da análise mostraram estratégias discursivas que emergiram em cenografias favoráveis para a construção de um *ethos* de branquitude modalizando ações racistas e propagando o discurso da branquitude que se assegura na estrutura social racista.

**Palavras-chave:** Discurso da Branquitude. Relações Raciais. Instagram. *Ethos* discursivo. Cenografia.

## ABSTRACT

Discourse Analysis allows reflections on the meanings, subjects and society, considering their historical inscription. The interest of this research is in the race relations, mainly in the place occupied by the whiteness, as a way to question the action of the white subjects in the inequalities. To analyze this, we sought to constitute a *corpus* of analysis based on the interaction of subjects in virtual social networks. Social networks have taken on a large proportion in recent decades, and social issues often generate discussions between subjects in this space. Thus, this research brings together the study of discourse and virtual space, and seeks to problematize the place of the white subject in race relations, that is, the discourse of whiteness in social networks. In the theoretical contribution, the studies of Maingueneau's Discourse Analysis (2007; 2015; 2016) were used, as well as the studies of important Social Sciences researchers, such as Bento (2002; 2014) and Cardoso (2008; 2010; 2014; 2017). The main question for the development of this research is how the discourse of whiteness perpetuates, symbolically and materially, racism, the privilege of white people and all the inequalities surrounding race relations. The main objective is to verify, on Instagram, how the whiteness discourse is constituted, based on the notions of discursive ethos and scenography. In addition, as specific objectives, it was intended to define the characteristics of the whiteness discourse; how subjects belonging to the white social group can be identified, using the concepts of critical whiteness and uncritical whiteness; how the discourse of whiteness crosses the discourse of social networks; and the interdiscursive relation that supports the ideals of maintaining the social place of whites. The theoretical-methodological and qualitative analysis was made from the corpus that consisted of a post on Instagram and some comments published by subjects (co-enunciators) who interacted in this publication. The results of the analysis showed discursive strategies that emerged in favorable scenographies for the construction of an ethos of whiteness, modalizing racist actions and propagating the discourse of whiteness that is ensured in the racist social structure.

**Keywords:** Whiteness discourse. Race Relations. Instagram. Discursive Ethos. Scenography.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tela de acesso do Instagram. ....	26
Figura 2 - Exemplo 1 .....	27
Figura 3 - Exemplo 2 .....	29
Figura 4 - Exemplo 3 .....	30
Figura 5 - Características da branquitude .....	71
Figura 6 - Publicação - parte 1.....	76
Figura 7 - Publicação - parte 2.....	77

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
2	<b>ANÁLISE DO DISCURSO</b> .....	15
2.1	<b>Algumas noções fundamentais da Análise do Discurso</b> .....	16
2.2	<b>Cenas de enunciação</b> .....	19
2.2.1	<b>A cenografia, o hipergênero e a Web</b> .....	21
2.3	<b><i>Ethos</i> discursivo</b> .....	31
3	<b>CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE BRANQUITUDE – PERCURSO HISTÓRICO</b> .....	36
3.1	<b>As explorações europeias do século XV e o conceito de raça a partir do século XVI</b> .....	37
3.2	<b>Século XIX: Abolição, marginalização dos libertos, imigração europeia, miscigenação, racismo científico – o conjunto do ideal de branqueamento</b> .....	40
3.3	<b>Ideal de branqueamento – valorização da brancura, instituição da branquitude</b> .....	48
3.4	<b>O racismo e suas implicações – racismo, preconceito e discriminação</b> .....	50
3.4.1	<b>Racismo estrutural</b> .....	53
3.5	<b>Interseccionalidade e lugar de fala</b> .....	56
4	<b>IDENTIDADE RACIAL BRANCA - BRANQUITUDE</b> .....	64
4.1	<b>Branquitude crítica e branquitude acrítica</b> .....	69
5	<b>DISCURSO DA BRANQUITUDE – UMA ANÁLISE</b> .....	74
5.1	<b>A metodologia de análise</b> .....	74
5.2	<b>A cenografia – possibilidades que emergem na postagem do Instagram e a Textualidade “navegante”</b> .....	77
5.3	<b>O <i>ethos</i> discursivo – a imagem construída na postagem</b> .....	81
5.4	<b>O desdobramento do <i>corpus</i> de análise – Os comentários e a repostagem.</b> .....	88
5.5	<b>O discurso da branquitude</b> .....	96
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	102
	<b>ANEXOS</b> .....	105

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos linguísticos mais atuais revelaram a importância da linguagem na interação social. Entender que a língua é muito mais que um sistema de regras possibilita uma expansão dos conhecimentos e dos estudos sobre a linguagem, o que leva ao alcance de outras áreas de conhecimento, já que é na e pela linguagem que a interação entre os sujeitos acontece. Desse modo, o desenvolvimento das Ciências da Linguagem, em seus inúmeros campos de estudo, nos possibilita investir cada vez mais em pesquisas dessa área.

No desenvolvimento desses estudos, foi possível articular áreas como a psicanálise e a filosofia, permitindo que aspectos sócio-históricos e processos linguísticos formassem um novo objeto de pesquisas: o discurso. Foi, então, na década de 1960 que se instaurou, entre as novas tendências da Linguística, a disciplina da Análise do Discurso - AD.

A AD inicia-se na década de 60 e apresenta uma transdisciplinaridade entre os estudos da linguística, do marxismo e da psicanálise. No entanto, apontamos que não foi uma união justaposta desses campos de estudo, mas uma articulação dessa transdisciplinaridade, que questiona as lacunas deixadas por cada um desses estudos. É sobre esse aporte teórico que colocaremos um dos pilares de nossa pesquisa. Entre as perspectivas da AD, fundamentamos, principalmente, nos conceitos do professor e analista do discurso Dominique Maingueneau (2007; 2008; 2015; 2016).

Podemos apontar como segundo pilar de nossa pesquisa, ainda relacionado aos estudos linguísticos, mas numa conjuntura mais atual, a problemática de nosso *corpus* de análise. Escolhemos nos aprofundar em um “lugar” descontinuado, móvel, mutável, ou qualquer sinônimo que sirva para designar a *internet* e todas as suas possibilidades. Maingueneau (2013) já se interessava por esse campo de estudo relacionado à *Web*. Para o autor, o desenvolvimento dos meios e das formas de comunicação tem alterado a forma de pensar sobre os gêneros do discurso. Há uma modificação na textualidade utilizada na *internet*, por exemplo, que altera as configurações e regras de gêneros que já eram utilizados fora do meio virtual. Mesmo antes de problematizar a *internet*, o analista já observava as mudanças que geravam um texto impresso, ou a comunicação por SMS com o uso de elementos icônicos. Essa discussão será mais bem exemplificada no capítulo sobre a AD.

Seguindo esses pensamentos do autor, selecionamos uma postagem da *rede social Instagram* para motivarmos algumas noções da AD como categorias de análise. A postagem se refere ao relato de uma atriz conhecida sobre um relacionamento inter-racial que teve com um ator na adolescência. Este é o motivo da escolha do *corpus* de análise: nosso interesse de

discussão, nesta pesquisa, está nas relações raciais, mais especificamente no discurso do grupo racial branco – a branquitude. Assim formamos os três pontos principais de interesse do nosso estudo. O discurso na perspectiva da AD, as relações raciais com foco no conceito de branquitude e a interação dos sujeitos na *Web - a internet*.

A problemática das relações raciais, nas quais o discurso da branquitude opera grande influência negativa, no que se refere à sustentação das desigualdades, precisa ser discutida e, principalmente, questionada. Tratar dos problemas das relações raciais, trazendo o discurso da branquitude como questionamento, permite refletir onde está o impedimento para que as diferenciações entre os sujeitos na sociedade sejam extintas. Para que cor, classe, gênero social<sup>1</sup> e sexualidade, por exemplo, não sejam medidas para comparar as pessoas e expandir os abismos sociais. Abordar essa temática é necessário, pois essa discussão contribui com a luta contra o discurso da branquitude que se mantém na estrutura social.

A branquitude, como um grupo social, ocupa lugar privilegiado na sociedade. Posto isso, procuramos verificar, no discurso, como a branquitude se constitui e como colabora com a manutenção da ideologia racista e hegemônica. Ou seja, nosso questionamento é: de que modo o discurso da branquitude faz perpetuar as desigualdades sociais e, principalmente, as desigualdades raciais?

Assim, temos como principal objetivo verificar, por meio da rede social virtual *Instagram*, como se constitui o discurso da branquitude a partir das noções de *ethos* discursivo e de cenografia. Como objetivos específicos, buscamos definir as características do discurso da branquitude; como os sujeitos pertencentes ao grupo social branco podem ser identificados, utilizando os conceitos de branquitude crítica e branquitude acrítica; a forma como o discurso da branquitude atravessa o discurso das redes sociais; e a relação interdiscursiva que sustenta os ideais da manutenção do lugar social dos brancos.

A metodologia desta pesquisa se configura como teórico-metodológica e qualitativa, buscando fundamentos nas noções principais da Análise do Discurso e nas teorias das relações raciais, bem como em uma breve análise histórica para identificar a construção ideológica racista e hegemônica da sociedade. Analisamos uma postagem no *Instagram* e alguns

---

<sup>1</sup> Utilizaremos, neste trabalho, tanto a noção de gênero discursivo quanto a noção de gênero social. Quanto ao gênero social, indicamos a identificação social homem ou mulher/masculino ou feminino. Já para gênero do discurso, utilizamos a referência de Maingueneau e Cossutta (1995 apud Charaudeau e Maingueneau, 2018, grifos dos autores) que, em uma perspectiva comunicacional, definem os gêneros como uma forma de “selecionar e descrever tipos de discurso que aspiram um papel [...] fundador e que nós chamamos de *constituíntes* [...] cuja finalidade simbólica é determinar os valores de um certo domínio de produção discursiva”.

comentários interativos dessa postagem, além de outros comentários publicados na página Quebrando o Tabu, que repostou a publicação original, buscando comparações na reação dos internautas que interagiram nos dois *posts*.

A escolha do *corpus* de análise se deu em função do desdobramento que a *internet* permite, a interação entre sujeitos e coenunciadores de forma muito dinâmica. Ou seja, uma postagem expande fronteiras, possibilitando a reação de internautas por meio de comentários, repostagens, interações etc. O caminho de análise seguiu uma ordem de categorias, sem distinção de importância, apenas para organização. Assim, movimentamos a categoria de *ethos* discursivo; depois, a categoria de cenografia, com diversas possibilidades que podem emergir no *Instagram*; e, em seguida, uma articulação entre essas noções relacionadas à categoria do discurso da branquitude que atravessa o discurso das redes sociais.

Considerando a Introdução como o primeiro capítulo deste trabalho, iniciamos um breve percurso do que apresentaremos em cada item a partir do capítulo segundo. Desse modo, no capítulo 2, nos dedicamos a contextualizar a formação da AD, seu início e suas ramificações. O capítulo se divide em subseções nas quais detalhamos algumas noções essenciais para nossa análise. Entre essas noções, podemos destacar a cenografia e o hipergênero<sup>2</sup>, relacionadas às cenas de enunciação. De acordo com Maingueneau (2015), é por meio das cenas de enunciação que o discurso acontece. Dentre as cenas, propomo-nos a discutir a cenografia<sup>3</sup>, junto da noção de hipergênero e *Web* para entendermos o *corpus* de análise – a rede social *Instagram*.

Entre os conceitos que utilizamos, está também o de *ethos*, a “imagem de si”, construída pelos sujeitos. Na AD, a noção de *ethos* discursivo permite pensar sobre a construção da imagem de si no discurso como uma estratégia de ganhar os interlocutores. Propusemo-nos a analisar como foi constituída a imagem do sujeito na postagem que utilizamos como *corpus* de análise.

Já, no capítulo 3, apresentamos um percurso histórico sobre as relações raciais com foco na formação do Brasil. Procuramos pensar como as relações sociais foram formadas dentro de uma hierarquia e como isso implica a atualidade. Ao percorrermos a história, pudemos indicar a responsabilidade do grupo racial branco, do colonizador, da elite branca no processo de

---

<sup>2</sup> Não se situa no nível do gênero de discurso, mas no grupo de gêneros.

<sup>3</sup> A cenografia não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, mas instituída pelo próprio discurso. [...] A cenografia tem por função fazer passar a cena englobante e a cena genérica para o segundo plano.” (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2018, P. 96). Por exemplo, no *Instagram* deparamo-nos com postagens, mas cada uma delas se configura de acordo com o objetivo do enunciador. É a cenografia que fica em primeiro plano, que indica o tipo ou o gênero utilizado pelo enunciador.

opressão que chamam de colonização. É importante nos atentarmos à forma violenta da qual os colonizadores utilizaram na ocupação das terras habitadas pelos indígenas e, principalmente, na importação dos negros escravizados.

Além disso, nesse capítulo, tratamos também sobre os conceitos de interseccionalidade e lugar de fala. Esses conceitos abrangem as questões que já mencionamos, sobre a articulação dos diversos marcadores sociais que, fora dos padrões normativos, fazem com que os sujeitos sejam atingidos diversas vezes na estrutura social hierarquizada. Mencionamos a importância desses estudos, pois originam do movimento feminista negro que se ergueu a partir da invisibilização e do silenciamento das lutas de mulheres negras. Temos como algumas referências as considerações de Carla Akotirene (2019) e Djamila Ribeiro (2019), que apresentam as reflexões de algumas das principais pensadoras desses conceitos, como Angela Davis, Collins e Audre Lorde.

Como nosso objetivo principal é problematizar o grupo social mantenedor e responsável pelas desigualdades raciais, no capítulo 4, abordamos sobre a identidade racial branca – branquitude, de acordo com os estudos de Maria Aparecida da S. Bento (2002; 2014), Iray Carone (2014), Edith Piza (2014), Lourenço Cardoso (2008; 2010; 2014; 2017), entre outros. Entender que a branquitude produz racismo, desigualdade racial e mantém a estrutura hierarquizada da sociedade é fundamental para questionarmos a parte realmente responsável pela construção sócio-histórica classicista, capitalista, racista e cisheteropatriarcal. Nessa discussão sobre a identidade branca, escolhemos, também, debater a divisão da branquitude em branquitude crítica e branquitude acrítica, pelos estudos de Cardoso (2008).

A divisão feita pelo pesquisador procura pensar na diversidade da identidade racial branca enquanto parte do grupo opressor. Cardoso (2010) coloca a questão de que as características e atitudes homicidas contra grupos oprimidos não se aplicam a todos os brancos. Por isso, o autor menciona que a branquitude pode ser dividida. A primeira parte dessa divisão seria a branquitude acrítica, que mantém, assegura e apoia a estrutura opressora entre os grupos raciais, podendo promover extermínios em massa pela característica homicida contra grupos marginalizados e vistos como inferiores, como o grupo racial negro. São sujeitos que compactuam com as ideias de grupos da KKK (Ku Kux Klan), por exemplo.

Já a branquitude crítica pode ser caracterizada pelos que, mesmo fazendo parte do grupo opressor, procuram se colocar contra a opressão, buscando formas de romper com os sentidos de desigualdade estruturais. Esses sujeitos devem fazer uso de seu lugar social em favor da desconstrução da divisão dos grupos raciais, e, acima de tudo, reconhecerem que não estão isentos de receber privilégios por fazerem parte da identidade racial branca, mesmo sendo

antirracistas. Para Cardoso (2008), a princípio, aquele que se colocasse contra o racismo publicamente podia ser considerado como branquitude crítica; no entanto, ao revisitar o conceito, considerou que, devido à hipocrisia e à falta de acesso aos espaços privados de convívio dos sujeitos, não é possível afirmar que esses tenham o mesmo posicionamento, tanto publicamente quanto em seus espaços de convívio particulares.

Como já mencionamos, nosso *corpus* de análise é uma postagem do *Instagram*, que apresenta um relato sobre um relacionamento inter-racial, motivando a temática das desigualdades nas relações raciais no Brasil. É por meio desse *corpus* que motivaremos as categorias de análise do *ethos discursivo* e da cenografia, principalmente. Faremos uma articulação entre essas categorias e o discurso da branquitude, buscando caracterizá-lo e mostrando como ele interpela e atravessa as relações sociais, por meio das relações virtuais no discurso. Assim, essa é a última parte desta pesquisa, uma análise para demonstrar o que apresentamos nos capítulos teóricos.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir com os estudos das relações raciais, principalmente e com maior importância no que tange à problemática dos padrões normativos sociais que asseguram as desigualdades. Nossa justificativa se dá exatamente neste ponto, entender que: o que (ou quem) mantém a estrutura social hierarquizada, baseado no poder de um grupo racial, é justamente quem está caracterizado como normativo, padrão, ou seja, a branquitude, o grupo racial branco. O que precisa ser questionado, problematizado e modificado é o grupo que exerce, material e simbolicamente, o poder na sociedade.

## 2 ANÁLISE DO DISCURSO

Os estudos linguísticos, que têm sido discutidos há séculos, passaram por inúmeras mudanças e reformulações em todo seu percurso. No século XX, algumas discussões, fora da dicotomia entre língua e fala de Saussure, foram decisivas para que os estudos da área fossem direcionados para novas problemáticas. Assim, esse deslocamento acarretou uma relação entre o linguístico e o extralinguístico. (BRANDÃO, 2012)

O desenvolvimento dos estudos sobre a língua, em um processo de expansão, atingiu algumas outras áreas de conhecimento, como a antropologia, a sociologia, a psicologia e a filosofia, por exemplo. Esse alcance provocou grandes mudanças no que estava sendo desenvolvido nos anos finais do século XIX até meados do século XX. Em meio às mudanças de abordagem entre formalistas e funcionalistas e as viradas pragmática e cognitivista, surgiu o interesse sobre o discurso como objeto de estudo.

É no final de 1950 e início de 1960 que os formalistas ampliam suas ideias e atingem novas tendências para a Linguística. Entre elas a Linguística Textual, a Sociolinguística, a Análise do Discurso e outras. Essas tendências consideram a linguagem em uso, mostrando que a língua pode “ser explicada com base em elementos sociológicos, psicológicos, históricos, antropológicos que são movidos/recuperados para a investigação dos sentidos materializados no linguístico” (ASSIS, 2017, p.435)

Na perspectiva da Análise do Discurso, noções importantes como a fala, o sujeito e as relações sociais passam a ser parte das considerações desses estudos. Ou seja, a língua não é estudada como um sistema, mas consideramos que ela é atravessada pelas relações sociais, pela historicidade e pela ideologia (FLORENCIO, et al. 2009). É a partir dessas ponderações que o objeto de estudo deixa de ser a língua e passa a ser o discurso, empregando a essa nova disciplina da linguística o título de Análise do Discurso - AD.

Alguns estudos como os formalistas, os estruturalistas, os filosóficos e os psicanalíticos, por exemplo, influenciaram as discussões iniciais da AD. A princípio, duas vertentes tiveram papel principal para o começo de uma abordagem discursiva: a perspectiva de linha americana de Harris, ainda muito relacionada ao estruturalismo; e a europeia de Benveniste, que considerou o papel do sujeito falante na enunciação (BRANDÃO, 2012). Esses estudos precederam as discussões que vieram a ser fundamentais para a AD.

As influências iniciais da AD vieram de estudos americanos e europeus, mas foi na França que se difundiu e ganhou notoriedade. É entre os estudiosos franceses que essa teoria passa a ser entendida como uma disciplina teórico-metodológica. Assim, em 1969, foram



publicados dois importantes estudos sobre a AD. Um número na revista *Langages* dedicado exclusivamente para essas novas discussões (a AD), e um livro de Michel Pêcheux (*Análise automática do Discurso*). Além desses, Michel Foucault também publicou um livro (*Arqueologia do saber*), no qual abordou o discurso como tema principal. (MAINGUENEAU, 2015)

A AD tem seu início, então, na década de 60 e se apresenta em uma esfera interdisciplinar entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. No entanto, essa transdisciplinaridade não é justaposta, não podemos considerá-la como uma junção desses campos do conhecimento, mas como uma articulação que questiona as faltas de cada um desses estudos. Assim, a AD questiona a não consideração da historicidade na linguística, do mesmo modo que questiona a ideia de transparência da linguagem nas Ciências Sociais. Diante disso, está também a questão do sujeito, que se constitui pela língua e pela história, e é afetado por elas (ORLANDI, 2007).

Para Florêncio (et al, 2009), a AD ocupa-se em explicar os caminhos do sentido; sendo assim, a questão que coloca é o porquê de um texto produzir sentidos, e não quais os sentidos que o texto apresenta. Em concordância com essa pontuação, Orlandi (2007) diz que não há transparência na linguagem; por isso, não é possível questionar o que o texto quer dizer, mas, sim, como ele significa.

A partir dessas considerações que fizemos, apresentaremos, a seguir, algumas das principais noções da disciplina, seus conceitos e suas definições com base, principalmente, nos estudos do analista de discurso e professor francês Maingueneau (2007; 2008; 2015; 2016), que desde a década de 70, se dedica a essa área apresentando grandes contribuições teórico-metodológicas para a AD. As noções que apresentaremos são fundamentais para a disciplina e servirão como suporte teórico para as análises que nos propusemos a elaborar nesta pesquisa.

## **2.1 Algumas noções fundamentais da Análise do Discurso**

Como já mencionamos, o objeto de estudo da AD é o discurso e, por esse motivo, é necessário reunirmos algumas considerações em torno dessa noção. Definir o discurso pode ser um desafio, visto que o termo é usado em diferentes áreas dos estudos linguísticos e pode apresentar diversas conceituações.

O linguista José Luiz Fiorin (2012), ao apresentar a diferenciação entre discurso e texto, diz que um discurso sempre tem relação com outro discurso, há sempre um vínculo. É essa relação que dá a dimensão histórica ao discurso, ou seja, o discurso é objeto linguístico e objeto

histórico. É na relação entre um discurso e outro, que é possível compreender a história que os perpassa. A analista de Discurso Orlandi (2007, p. 15) define o discurso como “palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando.”

Essas considerações nos levam ao que Maingueneau (2015) expõe sobre esse conceito. Ele mostra que, no discurso, o sentido é construído socialmente, ou seja, não está pronto ou encerrado, não pode ser acessado automaticamente. Considerando que uma das bases da AD é a historicidade e o uso da linguagem na interação, compreendemos que os sentidos que perpassam o discurso são continuamente construídos nas esferas sociais.

Maingueneau (2015) diz que o discurso significa dentro de um gigantesco discurso, ou seja, o interdiscurso. Desse modo, para compreendermos um enunciado fazemos relação com outros inúmeros enunciados, já produzidos, que amparam a significação. Por isso, o sujeito do discurso não é a origem do que diz, são discursos que já circulam e produzem sentidos e afetam os sujeitos e suas relações.

Sobre a noção de sujeito na AD, que diverge na definição entre alguns analistas de discurso, temos como perspectiva a noção de que o sujeito é afetado pela ideologia, pode ser sobredeterminado, afetado por ideias comuns, estereótipos, pré-conceitos e saberes compartilhados. No entanto, esse sujeito ocupa um posicionamento social e deve se responsabilizar por tal atuação nos espaços do dizer (CHARAUDEAU, 2011).

O conceito de ideologia também já passou por várias definições nos estudos de AD. Esse termo foi abordado em 1970 por Althusser, que apresentou algumas questões que nos servem de base para entendimento:

A ideologia é a maneira pela qual os homens vivem sua relação com as condições reais de existência, essa relação é necessariamente imaginária. [...] A ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações. [...] Toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos [...] será somente através do sujeito e no sujeito que a existência da ideologia será possível. (ALTHUSSER apud BRANDÃO, 2012, P. 24-26)

Mencionaremos, aqui, brevemente, a noção de Formações discursivas. Essa noção foi apresentada primeiramente em *Arqueologia do Saber*, de Foucault. No entanto, a noção de Formações discursivas foi empregada, por vezes, sem referências exatas, para definir agrupamentos de textos que não pertenciam a nenhuma categoria (já definida) do discurso. Então, Maingueneau (2015, p. 83) considera que “o interesse da noção de formação discursiva

é exatamente constituir *corpora* heterogêneos, reunir livremente enunciados originários de diversos tipos de unidades tópicas”.

A partir dessas breves especificações, abordaremos os conceitos de Universo discursivo, Campo discursivo e espaço discursivo. Maingueneau (2007) propõe essa tríade com o intuito de entender melhor a noção de Interdiscurso, pois explana que essa noção precisa ser ampliada para abordar a complexidade do estudo do discurso. Ele explica que, nos primórdios da AD, a noção de Interdiscurso “aparecia como um conjunto de relações entre diversos ‘intradiscursos’ compactos”. No entanto, ele mostra que a noção de interdiscurso não se refere ao exterior do discurso, mas envolve um todo. (MAINGUENEAU, 2007, p. 38).

Entendemos, a partir de Maingueneau (2007), a noção de universo discursivo como conjunto de todas as formações discursivas e, por isso, configura-se como algo muito extenso, difícil de ser apreendido, mas que não deixa de ter uma demarcação, um limite. O que Maingueneau (2007, p. 35) define como um “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada”.

Por ser muito extenso, o universo discursivo não é muito útil para análises, pois não pode ser apreendido, por isso a noção de campo discursivo é apresentada. Consideramos, de acordo com Maingueneau (2007), que, no universo discursivo, as diversas formações discursivas podem ser reunidas em grupos que tenham alguma referência em comum, a partir de um tempo e um espaço determinados, ou seja, esses grupos não são fechados. Esses conjuntos, que se referem aos gêneros de discurso, podem assim ser definidos:

os campos discursivos, nos quais os posicionamentos inscrevem, cada um à sua maneira, gêneros de discurso, não são estruturas estáticas, já que são constantemente submetidos a uma lógica de concorrência em que cada um visa modificar as relações de força em seu benefício. Não são nunca espaços homogêneos [...]. (MAINGUENEAU, 2015, p. 68)

Segundo Cano (2012), a circulação de determinados gêneros de discurso no campo discursivo é o que delimita o lugar social e os papéis sociais da interação. Além disso, ele menciona que o campo discursivo apresenta algumas regularidades que foram construídas historicamente e permitem reconhecer o sujeito que fala no interior do discurso.

O campo discursivo, então, reúne uma diversidade de formações discursivas, o que impossibilita uma abordagem analítica mais estreita. Disso decorre a necessidade de delimitar um espaço discursivo, o que permite um refinamento das análises. É o analista quem seleciona um subconjunto de formações discursivas, as quais acha relevante para sua pesquisa, e isso é o

espaço discursivo, para o qual o analista tem uma hipótese e pode comprovar ou não com sua pesquisa (MAINGUENEAU, 2007).

Em nossa pesquisa, estamos delimitados no espaço discursivo que articula o discurso da branquitude com o discurso das redes sociais. Esses discursos apoiam-se em outros e formam uma rede que vai constituindo diferentes sentidos para os sujeitos inscritos nesse espaço. O modo de existir e de se relacionar desses sujeitos é interpelado por essa relação interdiscursiva que movimenta sentidos, tanto mesmos quanto outros.

Apresentamos a noção de sujeito dizendo que ele não é a origem do dizer, o discurso não tem início em um sujeito ou outro. Isso se dá pela interdiscursividade, como mencionamos, pois há uma memória discursiva que faz circular formações discursivas anteriores, que já foram produzidas. Segundo Brandão (2012, p. 96), a memória discursiva permite “o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história”. Os efeitos de sentido produzido nos dizeres, nos enunciados, estão sempre em relação com um já-dito.

A noção de gênero de discurso também é importante para nossa discussão. Segundo Maingueneau (2015, p. 66), “os gêneros do discurso constituem os átomos da atividade discursiva” e só ganham sentido quando estão em relação com os tipos de discurso (que são práticas discursivas que agrupam gêneros direcionados a uma mesma finalidade social). Essa relação entre os tipos e os gêneros do discurso se dá em reciprocidade, “todo tipo é uma rede de gêneros; todo gênero se reporta a um tipo” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66).

Essas questões que mencionamos nos levam a discutir as cenas de enunciação. Apresentaremos, na próxima seção, a conceituação das cenas e destacaremos a noção de cenografia, a qual tem importância maior para esta pesquisa, visto que ela permite analisar com mais recursos os espaços virtuais de interação entre os sujeitos, neste caso, a rede social *Instagram*.

## **2.2 Cenas de enunciação**

Maingueneau (2015) coloca a noção de gêneros do discurso em relação com as cenas de enunciação. Ele utiliza esse termo para definir a atividade verbal, a “cena” em que o discurso acontece. O autor opta por essa nomenclatura por defender que ela retoma o sentido de processo (de interação) e, simultaneamente, delimita um quadro (um gênero discursivo, o tempo e o espaço onde acontece a interação). Faremos essa discussão de acordo com a abordagem de

Maingueneau para chegarmos a um dos pontos mais importantes de nossa pesquisa: entender como se dá o processo de interação nas redes sociais virtuais da atualidade.

As cenas de enunciação são apresentadas em três: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. De acordo com Maingueneau (2015), podemos referenciar a cena englobante ao campo discursivo, pois é mais ampla, indica uma tipologia discursiva e auxilia no recorte (delimitação) da análise. A cena englobante “resulta do recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros do discurso” (MAINGUENEAU, 2015, p.118).

A cena genérica é mais delimitada, mais acessível, apresenta certa regularidade, como os gêneros. Por isso, em cada gênero discursivo, serão apresentados uma ou mais finalidades, os papéis dos parceiros da enunciação<sup>4</sup>, um lugar apropriado para o sucesso do uso do gênero, um suporte pelo qual o gênero circula, uma composição (mais ou menos fixa), e um uso de recursos linguísticos determinados. Essas especificações caracterizam os diversos gêneros do discurso e, assim, inferem a cena genérica. (MAINGUENEAU, 2015).

No entanto, as normas apresentadas pela cena genérica não podem ser generalizadas, visto que a enunciação, apesar de se apresentar de uma mesma forma recorrentemente, tem caráter singular. A cena englobante e a cena genérica formam um quadro cênico, o qual coloca um espaço estável onde o enunciado ganha sentido; no entanto, é com a cenografia que o leitor vai se deparar. “A cenografia leva o quadro cênico a se deslocar para o segundo plano”. (MAINGUENEAU, 2013, p. 97). Podemos ilustrar essa noção pensando em uma propaganda de um produto alimentício que, comumente, representa o convívio de uma família, por exemplo. Temos a organização de um gênero de propaganda que fica em segundo plano, pois, quando o leitor tem acesso a esse enunciado, o que emerge é a cenografia de convívio familiar. É um recurso que busca uma identificação do coenunciador e, por isso, podemos também relacionar essa noção ao conceito de *ethos*, como veremos adiante.

Desse modo, de acordo com Maingueneau (2015, p. 122), “enunciar é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma cenografia”. A cenografia é a organização do ato de fala do enunciador, é a sua enunciação. Essa organização do enunciador pretende a aceitação/adesão dos destinatários, ou seja, a cenografia é legitimada por sua enunciação.

---

<sup>4</sup> “Enunciado se opõe a enunciação da mesma forma que o produto se opõe ao ato de produzir; nesta perspectiva, o enunciado é a marca verbal do acontecimento que é a enunciação. Aqui, a extensão do enunciado não tem nenhuma importância: pode se tratar de algumas palavras ou de um livro inteiro. (MAINGUENEAU, 2013, p. 63)

Assim, a cenografia “legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia, da qual a fala vem, é precisamente a cenografia requerida para enunciar como convém num ou noutra gênero de discurso”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 123). De acordo com o autor, a cenografia só acontece se o enunciador consegue administrá-la, moldá-la, durante a enunciação, além disso, as características atribuídas à cenografia devem dar conta da justificação do quadro enunciativo.

Maingueneau (2013, p. 98) explica que a “cenografia implica, desse modo, em (*sic*) um processo de *enlaçamento paradoxal*. Logo de início, a fala supõe uma certa situação de enunciação, que, na realidade, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação”. O discurso publicitário, por exemplo, apresenta uma textualidade que não pode ser previamente definida; por isso, tem a cenografia como organização principal.

Podemos definir que, assim como nos textos publicitários, a textualidade de navegação na *internet* não tem uma cena genérica dominante, permitindo que cenografias diferentes emerjam no discurso. Trataremos disso no próximo item.

### 2.2.1 A cenografia, o hipergênero e a Web

A partir desses pontos da AD que indicamos, entendemos que, para elaborar uma análise, precisamos delimitar um espaço discursivo. Como já mencionamos, as considerações de Maingueneau (2015) sobre a tríade do discurso é o processo de constituição de um *corpus* para a aplicação teórico-metodológica das noções de AD. Além disso, abordamos a conceituação das cenas de enunciação feita por Maingueneau, e é aqui que apresentamos um ponto importante de nossa pesquisa.

Nosso *corpus* de análise é um recorte de uma plataforma virtual, das chamadas redes sociais, mais especificamente, para nossa pesquisa, o *Instagram*, do qual falaremos melhor mais à frente. Uma das problemáticas de nossa pesquisa é entendermos onde, no discurso, está localizado esse espaço de interação virtual.

Maingueneau (2015) comenta que alguns discursos apresentam uma problemática no modo de pertencimento e, com isso, questiona se há relação entre a *internet* e as mídias. O autor apresenta o problema do discurso midiático:

Fala-se sem cessar do “discurso midiático” e de seus gêneros, como se falaria do discurso escolar, do discurso comunista ou do discurso administrativo. Mas é claro que a noção de “discurso” aplicada às mídias assume inevitavelmente um contorno particular. Certamente, existem gêneros específicos de discurso

de um ou outro campo de atividade midiática (o rádio, a revista impressa, a televisão...), mas o caráter específico do midiático é atuar *entre* todos os discursos. Como situar em uma zona do universo discursivo o que não cessa de atravessá-lo? As mídias são, ao mesmo tempo, uma zona entre o conjunto das áreas de produção discursiva de uma sociedade e um conjunto de lugares nos quais todos os discursos vêm se refletir, inclusive as próprias mídias, que cada vez mais entram em cena. (MAINGUENEAU, 2015, p. 148)

Nosso intuito era classificar o discurso da *internet* (das redes sociais) como um discurso midiático, mas Maingueneau (2015) continua sua reflexão sobre esse problema de pertencimento e explica:

Em uma ordem muito diferente, a internet também suscita problemas terríveis de inscrição no espaço discursivo. Podem-se sempre localizar fisicamente os servidores conectados na superfície do globo, mas a *internet*, de um ponto de vista comunicacional, funciona como um espaço desancorado que confunde as cartografias tradicionais. Estamos diante de um mundo "virtual" de limites indispensáveis, um mundo in-localizável, mas acessível de qualquer lugar, que absorve uma parte crescente das atividades discursivas e se infiltra progressivamente em todas. A web transforma em profundidade o que se pode entender por "universo do discurso". Cada vez mais, este último aparece não como a interpenetração cada vez mais profunda de *dois* universos de discurso, mas como *um* universo atravessado por uma falha constitutiva entre dois constituintes assimétricos cujas relações evoluem sem cessar e que são indissociáveis, sem serem complementares. (MAINGUENEAU, 2015, p. 148)

A partir dessa citação, entendemos que ainda não há uma definição, na AD, do lugar que a *Web* ocupa. O que podemos relacionar, a partir do que Maingueneau (2015) propõe, é que o universo discursivo é atravessado por aspectos diferentes proporcionados pelo virtual. O desenvolvimento dos meios de comunicação e as mudanças na materialidade desses meios, bem como a inovação que a *internet* proporcionou, trouxeram alterações para o entendimento do universo discursivo. Há uma relação entre escrito, verbal e digital que se desenvolve continuamente nesse universo.

Assim, seguimos nossa pesquisa com o questionamento sobre a definição da *internet* no discurso e entendendo que, independentemente dessa definição, nosso lugar de discussão é o que circula na *internet*, a interação dos sujeitos, tudo o que a caracteriza; e destacando que a interdiscursividade nesse lugar é intensa, sendo possível delimitar diferentes formações discursivas que interpelam e atravessam as relações nas redes sociais.

O caráter amplo, imprevisível e dinâmico da *internet* possibilita uma multimodalidade na comunicação que se desenvolve cada vez mais, e mais rápido. Maingueneau (2015) tem discutido essa questão, percebendo que as novas textualidades das novas tecnologias de

comunicação postulam novas práticas discursivas que se adequam exclusivamente ao universo digital. O autor apontou que, nessas novas textualidades do universo digital, as cenas de enunciação não se aplicam da mesma forma.

Maingueneau (2015) apresenta a textualidade *navegante*, a qual se refere à *Web*. Essa textualidade

implica uma transformação da própria noção de “leitura”: é cada internauta que, pelas escolhas que efetua durante sua navegação, fabrica o hipertexto que “lê”. [...] A relação imaginária que liga um texto a seu ou a seus autores é substituída por uma relação generalizada, num espaço aberto, constituído de *sites* que são agenciamentos coletivos. (MAINGUENEAU, 2015, p. 166, grifos do autor)

Para a textualidade de navegação na *internet*, não podemos dizer que a cena genérica exerça o papel principal, sendo a cenografia a noção que mais se adequa a categorização, além da junção com a noção de hipergênero. O hipergênero não é um gênero de discurso, mas uma formatação com restrições fracas que pode recobrir gêneros muito diferentes (Maingueneau, 2015, p. 130).

Para adentrarmos nesses pontos, discutimos a questão da multimodalidade, que é uma característica forte da comunicação oral. A oralidade, naturalmente, mobiliza multimodalidades, ou seja, apresenta-se em um caráter sonoro, gestual e com movimentos corporais associados, por exemplo. Desse modo, podemos dizer que a característica multimodal das tecnologias de comunicação atuais se desenvolve cada vez mais; com isso, a crescente utilização de elementos icônicos na enunciação implica problemáticas que colocam em discussão a noção de texto. Com a utilização de elementos icônicos nas produções, o texto passa a ser reconhecido como “*iconotexto*”, que seriam produções semióticas. (MAINGUENEAU, 2015)

Maingueneau (2015) mostra, então, que essa dimensão icônica se dispõe em dois níveis: em um, os enunciados verbais estão embutidos na imagem ou a imagem é que acompanha o texto; no outro, a junção de imagem e enunciado verbal se apresentam como um só. Esses níveis indicam, de forma simples, o modo como as formulações em sites são produzidas. Dissemos “de forma simples” porque não são apenas imagens e enunciados verbais que circulam pelos sites na *Web*, mas uma variedade de elementos icônicos (*emoticons*, comentários etc.)

Assim, passemos a discutir o que a *internet* possibilitou em termos de discurso e gêneros de discurso. Como mencionamos anteriormente, as práticas discursivas nos sites da *Web* fizeram uma modificação profunda no que se entendia como discursividade ou gêneros de



discurso, como aponta Maingueneau (2015). Algumas dessas práticas retomam práticas anteriores, mas não se apresentam da mesma forma. Para os gêneros de discurso, podemos atribuir a hierarquia das cenas de enunciação, na qual a cena genérica dominava. No entanto, quando se trata de navegar pela *internet*, não há possibilidade para essa hierarquia.

Esse sistema de cenas não tem a mesma função na *Web*; assim, a cena genérica não exerce papel principal. Por isso, a cenografia é mais comum, já que ela implica a modalização da enunciação, em uma organização feita pelo enunciador no momento em que enuncia. Ela apresenta recursos multimodais e realiza operações hipertextuais. Junto a isso, podemos indicar também o hipergênero, que não tem sua referência nos gêneros de discurso, mas num conjunto de gêneros que podem ser acessados simultaneamente e podem ser modificados o tempo todo. Por isso, dissemos que a textualidade de navegação na *internet* implica o par hipergênero/cenografia. (MAINGUENEAU, 2015)

A cenografia configura-se, dessa forma, como digital nesse espaço da *Web*. A cenografia verbal é reconfigurada e revestida pela cenografia digital. De acordo com Maingueneau (2015, p. 162-163), a cenografia digital é o resultado da interação de três componentes:

- um componente *iconotextual* (o site mostra imagens e ele mesmo constitui um conjunto de imagens na tela);
- um componente arquitetural (o site é uma rede de páginas acionada de uma determinada maneira);
- um componente procedural (cada site é uma rede de instruções destinadas ao internauta).

Na configuração dos sites da *Web*, toda a textualidade importa, principalmente porque não é possível olhar de uma só vez todo o conjunto de uma página, é necessário rolar a tela, abrir janelas, passar o cursor na tela em cada ícone para obter outras partes da textualidade presente em cada página de cada site específico. É o que Maingueneau (2015, p. 163) define como “mosaico de módulos heterogêneos”. Essas características discursivas da *Web* apontam para uma mudança de perspectiva quanto aos gêneros de discurso.

Mesmo antes da *Web*, Maingueneau (2015) diz que as novas tecnologias de comunicação já haviam modificado a valência genérica, tornando-a sempre mais complexa. Como o autor exemplifica, uma missa dominical pode ser transmitida para diversos telespectadores por meio de canais de televisão ou programas de rádio, por exemplo, sendo que, anteriormente, eram gêneros orais direcionados a um público presente. Assim, “as tecnologias permitem oferecer, simultaneamente, diferentes versões do mesmo evento de fala”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 72)

Nas novas tecnologias, a estabilidade material do texto é colocada em discussão, visto que, ao utilizar um computador, por exemplo, o monitor desse aparelho oferece um texto heterogêneo e passível de reconfiguração a todo tempo.

O próprio monitor é apenas uma janela aberta de maneira instável sobre um "texto" que é perfeitamente irrepresentável: é um "hipertexto", uma enorme rede de relações virtuais que permite um número ilimitado de percursos distintos, podendo o "leitor" navegar quase sem barreiras em um mar de enunciados que ele faz aparecer ou desaparecer e que se tornaram estáveis com a impressão. [...] assistimos hoje, graças a numerização generalizada das informações, a uma desmaterialização dos suportes físicos dos enunciados. (MAINGUENEAU, 2013, p. 95)

Maingueneau (2015) aponta, então, a noção de hipergênero como a categorização dos gêneros de sites. Esses gêneros são muito menos restritivos e permitem uma diversidade de cenografias. Ainda que diversas, as cenografias podem apresentar alguma regularidade em cada site. No *Instagram*, por exemplo, não há possibilidade de postar apenas um texto digitado, será sempre acompanhado de uma textualidade visual (uma imagem ou um vídeo), mas é possível postar apenas uma imagem ou vídeo sem uma legenda<sup>5</sup>, exatamente como Maingueneau (2015) explica sobre a questão da dimensão icônica em dois níveis, que citamos anteriormente.

Tentaremos materializar essas considerações com uma imagem da página principal do *Instagram*, visto que ele é a base para nossa constituição do *corpus*. O acesso a esse site se dá por meio de um *login*, ou seja, é necessário ter um cadastro com dados de acesso pessoais para utilizá-lo. Se o acesso é feito por um computador, logo na página de *login*, podemos observar diversas materialidades multissemióticas. Os desenvolvedores apresentam uma prévia do que essa rede social possibilita e dos recursos que dispõe por meio de uma imagem em movimento; ao lado, as “caixas” para preencher com os dados de acesso para ser redirecionado à página principal; além disso, há a possibilidade de acessar automaticamente com os dados de outra rede social, o *Facebook*.

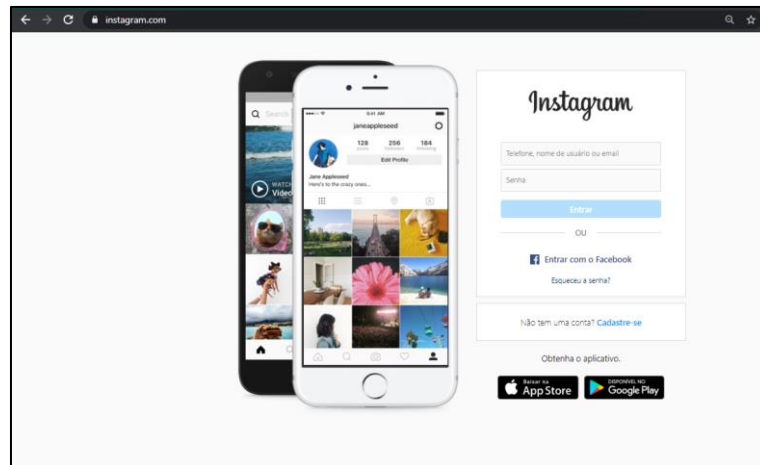
Outras duas possibilidades nessa página são a de se cadastrar em uma nova conta ou obter o aplicativo por meio de plataformas que se configuram como “loja de aplicativos”, *App Store* da *Apple*, ou *Google play* da plataforma *Google*.

---

<sup>5</sup> Legenda é como comumente chamam o texto escrito que acompanha as imagens ou vídeos postados no *Instagram*.

Todas essas opções se dão por redirecionamentos, são *hiperlinks* que possibilitam o acesso a diversas páginas a partir dessa. O que descrevemos pode ser verificado na imagem capturada da tela do computador a seguir:

Figura 1 - Tela de acesso do *Instagram*.



Fonte: <https://www.instagram.com/>

Essa é apenas uma exemplificação do que estamos discutindo sobre a modalidade de navegação na *internet*. As possibilidades, a partir do acesso a essa rede social, são muito maiores, como veremos na discussão a seguir.

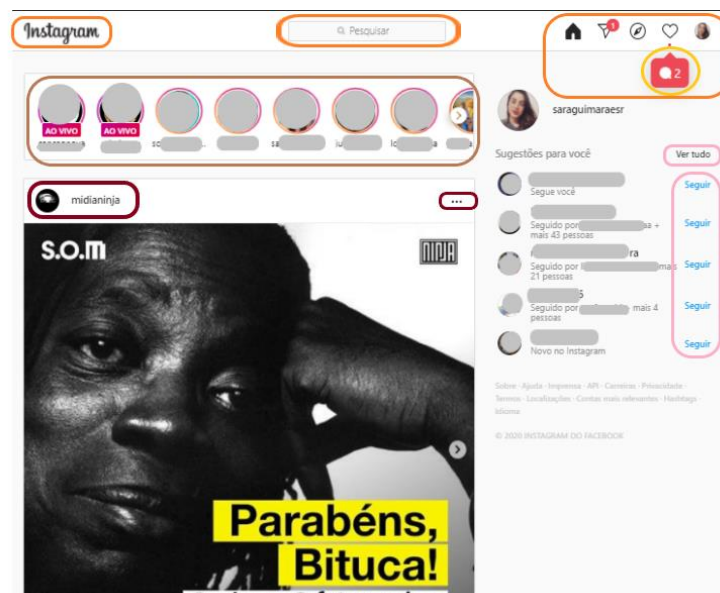
Maingueneau (2015, p. 171) vem definir os tipos de enunciados que circulam nas redes sociais e que carregam traços de conversação; isso nos permite definir o que chamamos de “postagem(ens)” nas redes sociais:

[...] vemos proliferarem tipos de enunciados dos quais é difícil dizer que tenham algo a ver com troca verbal. Basta pensar nos "tuites", nos "curtir", nos "comentários" nos perfis de Facebook, nas "reações" dos internautas às notícias nos *sites* de informação etc. Pode também tratar-se de mensagens não verbais (arquivos musicais, vídeos ou fotos), acompanhadas muito frequentemente de falas, e que podem ser "compartilhadas" sem contato físico. Chamamos de *postagens* essas diversas categorias de enunciados. Eles não se inscrevem em uma cadeia fechada de interações; podem demorar certo tempo para encontrar seu(s) destinatário(s). [...] essas *postagens* tendem, além disso, a se libertar das restrições usuais da organização textual das formas, de textualidade orgânica. [...] Podem reduzir-se a um sinal de pontuação, um *emoticon*, uma palavra, um grupo de palavras, uma ou várias frases.

Como forma de exemplificar como é o acesso ao *Instagram*, o recurso que utilizamos foi o de capturar cada parte da tela do site para obtermos o “todo” do nosso recorte. Utilizaremos, a seguir, algumas imagens para exemplificar esse recurso.

Ao acessar o *Instagram*, qualquer postagem recente dos usuários que uma pessoa segue pode aparecer. Importante ressaltar que acessamos por um computador, por meio do site [www.instagram.com/](http://www.instagram.com/), e, por isso, a configuração difere da organização que o *Instagram* apresenta na tela de um *smartphone* por meio do aplicativo dessa rede social, por exemplo. É necessário fazer o movimento de “rolar o cursor para baixo”, para termos acesso ao texto todo ou a outras publicações, entre outros recursos que indicaremos a diante.

Figura 2 - Exemplo 1



Disponível em: <https://www.instagram.com/>. Acesso em: 26 out 2020.

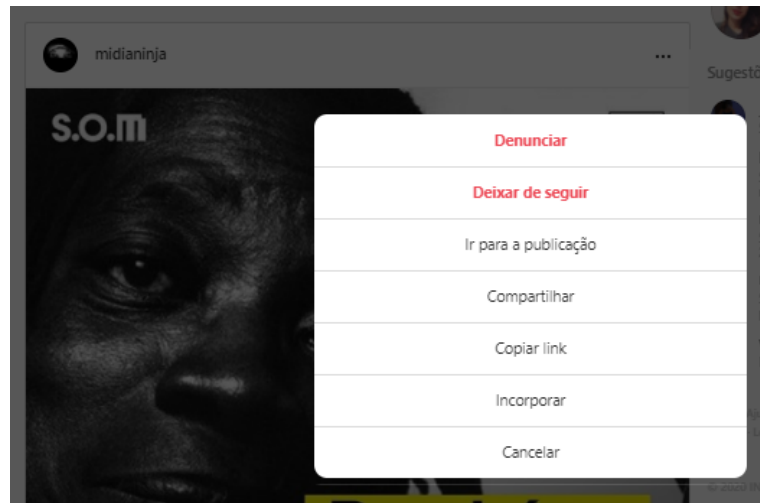
Entre os muitos recursos dessa rede social que estamos apresentando, destacamos algumas funcionalidades que podem exemplificar a questão da cenografia. Podemos pensar na possibilidade de que haja uma cena genérica no *Instagram*, já que há uma limitação de conteúdo de postagem, no sentido de não permitir que os usuários postem um texto escrito somente (como o *Facebook* permite). Uma postagem no *Instagram* será sempre feita a partir de uma imagem, acompanhada de uma legenda ou não.

Destacamos os recursos na figura 2 com cores diferentes para fins didáticos:

- o *logo do site* no canto superior esquerdo permite recarregar a página ou voltar ao início, assim como o símbolo da casa no canto direito;

- centralizada, está a *guia de pesquisa*, que permite encontrar outras pessoas, publicações e hashtags;
- o *avião* indica o *direct*, que é como um bate-papo do *Instagram*;
- a *bússola* abre uma possibilidade para encontrar publicações de pessoas que utilizam o site com uma página aberta e você não segue, nomeado como uma função de “explorar”;
- o *coração* indica as interações que você recebeu de outras pessoas, geralmente de solicitações para seguir ou curtidas e comentários nas fotos postadas, entre outras possibilidades;
- as marcas em rosa escuro indicando uma numeração são as chamadas notificações que “avisam” que há uma nova interação.
- o que está circulado em marrom são postagens com tempo limitado, dos usuários que você segue, são os chamados *stories*, publicações que duram 24h no perfil pessoal dos usuários, podem ficar disponíveis depois desse tempo se acaso o usuário resolver colocar como destaque em sua página pessoal; é possível também fazer um vídeo ao vivo com limite de uma hora e pode também ficar salvo, como os *stories*.
- do lado direito, aparecem algumas sugestões de pessoas para você seguir, com possibilidade de acessar a página de cada um por meio do nome de usuário (que está oculto por questões éticas), bem como acessar outras sugestões em “ver tudo” ou seguir automaticamente, clicando na palavra “seguir” em azul.
- o nome de usuário de quem tem uma conta no *Instagram* geralmente funciona como link de acesso para a página pessoal desse. O que destacamos em vermelho é o nome da página da primeira publicação que apareceu no *feed* quando tiramos o *print* da tela.
- no canto direito da publicação, os três pontinhos dão algumas opções, como consta na imagem a seguir:

Figura 3 - exemplo 2

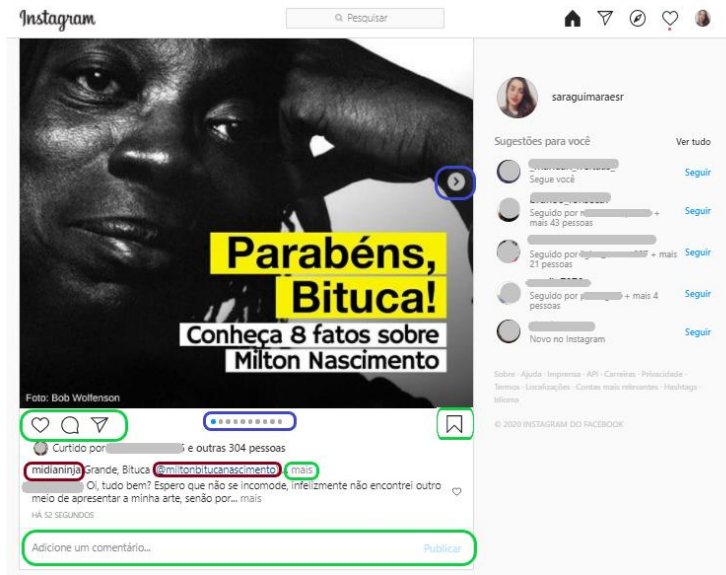


Disponível em: <https://www.instagram.com/>. Acesso em: 26 out 2020.

Trataremos especialmente da opção “denunciar” que mais nos interessa agora. No processo de recorte do *corpus* de análise, percebemos algumas lacunas nos comentários publicados na postagem. Isso se dá por esse recurso de denúncia que o site oferece, pois, se há qualquer tipo de interação ofensiva, preconceituosa, racista, violenta ou que viole alguma regra do *Instagram*, essa interação pode ser excluída e talvez o usuário possa ser banido do uso do site. Por isso, nas discussões dos comentários que procuramos, algumas interações pareciam incompletas e provavelmente foram eliminadas por serem contra as regras de uso ou criminosas.

Na imagem a seguir, destacamos as interações possíveis com a postagem:

Figura 4 - exemplo 3



Disponível em: <https://www.instagram.com/>. Acesso em: 26 out. 2020.

Nesse *print*, destacamos as interações específicas com a postagem:

- em azul, é a indicação de que há outras fotos que compõem a publicação, um recurso oferecido pelo *Instagram* com um limite de até dez fotos por postagem;
- os símbolos circulados em verde, logo abaixo da imagem da publicação, indicam respectivamente, curtir, comentar, enviar para alguém ou “salvar para ver depois”;
- a palavra “mais” circulada em verde indica que a legenda contém mais conteúdo, sendo possível vê-la completa clicando na palavra destacada;
- em vermelho, há os links de acesso às páginas pessoais, tanto da página que fez a publicação (@midianinja), quanto da pessoa referenciada no *post* (@miltonbitucanascimento).
- há um comentário em evidência, cujo nome de usuário nós censuramos, e um pequeno coração, que permite uma interação com os comentários especificamente. Podemos curtir os comentários publicados nas postagens.
- por fim, marcado em verde, na borda inferior, há o campo de comentário a ser publicado e a palavra “publicar” que faz o comentário ser postado na lista de comentários das postagens.

A partir dessas demonstrações de telas de acesso ao *Instagram*, podemos perceber o quanto a utilização de multimodalidades na *internet* é recorrente. São muitos recursos utilizados, principalmente os links e hiperlinks e os ícones.

Como mencionamos, essa discussão sobre o “lugar” do qual retiramos nosso *corpus* de análise é um dos pontos mais importantes de nossa pesquisa, e discutiremos mais na análise. Passaremos a abordar, agora, a noção de *ethos discursivo*, que indicamos como um outro ponto crucial de nosso estudo. A partir dessas conceituações, podemos relacionar que o posicionamento dos sujeitos no *Instagram* passa pela construção da cenografia e pela constituição de uma imagem de si, como explicaremos na próxima seção.

### 2.3 *Ethos discursivo*

Maingueneau (2008), em *Cenas de enunciação*, aborda a questão de *ethos* fazendo referência aos estudos da Retórica em Aristóteles e indicando algumas definições com as quais concorda e as utiliza para o desenvolvimento de suas ideias sobre a noção de *ethos*, são elas:

- O *ethos* é uma noção discursiva; ele se constitui por meio do discurso, não é uma “imagem” exterior à fala;
- O *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
- O *ethos* é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada. (MAINGUENEAU, 2008, p. 63)

Maingueneau (2008, p. 64) expõe que a noção de *ethos* permite pensar sobre a “adesão dos sujeitos a determinado posicionamento”. A partir disso, o autor menciona que esse processo de adesão dos sujeitos implica conquistar a aceitação do público para quem enuncia, estando suscetíveis a recusa desse, como é o caso da publicidade, por exemplo. Desse modo, a persuasão do enunciador é mais evidente, pois o discurso publicitário necessita convencer seus interlocutores. Outro exemplo seria o discurso político, no qual um candidato deve ser aceito a partir do que diz de si, sua imagem construída em seus enunciados.

Assim, Maingueneau (2016) aponta que a noção de *ethos* utiliza não só da argumentação para persuadir os ouvintes, mas possibilita entender como se dá a aceitação dos sujeitos para determinada posição discursiva. Ou seja, o autor defende que o *ethos* implica muito mais que uma ação verbal, ele faz uma relação entre corpo e discurso. Desse modo, o sujeito pode utilizar de elementos nomeados como “caráter” e “corporalidade” que indicam traços psicológicos e constituição física, consecutivamente; questões que podem constituir e/ou agregar a construção de sua imagem.



Segundo Maingueneau (2016), o *ethos* discursivo é um conjunto. O que o sujeito fala e como ele se apresenta na enunciação vai construindo a sua imagem. Desse modo, é na enunciação que a personalidade do enunciador se revela e isso faz do *ethos* uma estratégia de persuasão, pois ele se dá no enunciado, mesmo que de forma implícita. Assim, dizemos que o *ethos* não é construído fora do discurso, ele não é extradiscursivo. O *ethos* está na enunciação. Maingueneau (2016, p. 70) afirma que

é insuficiente ver a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso apenas como estatuto ou papel. Ela se manifesta também como “voz” e, além disso, como “corpo enunciante”, historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente.

A partir dessas considerações, entendendo que o *ethos* se dá na enunciação, Maingueneau (2016) aponta para a uma questão relacionada aos interlocutores. Ainda que o enunciador construa sua imagem na enunciação, nada impede que seu público faça uma imagem prévia desse enunciador antes do início de sua fala. Por isso, o autor apresenta a noção de *ethos* discursivo e *ethos pré-discursivo*.

Entretanto, o autor diz que há alguns discursos que não necessitam de uma imagem prévia; ainda assim, mesmo que o interlocutor nada saiba sobre o enunciador, pode inferir alguns pontos, previamente, ao relacionar determinado gênero de discurso, ou um posicionamento ideológico, o que pode suscitar algo sobre o *ethos*.

Ressaltamos que a noção de *ethos*, na AD, não está relacionada apenas à oralidade. Maingueneau (2016) aponta que não podemos reservar o *ethos* somente à oralidade, mas também a qualquer discurso escrito. Assim, o autor explica que todo discurso tem uma vocalidade que pode ser referida a uma fonte enunciativa. Essa vocalidade é o “*tom*” que indica quem enuncia, que dá autoridade ao enunciado e permite imaginar ou construir uma imagem do enunciador. Não do autor de fato, mas do enunciador. (MAINGUENEAU, 2013)

Maingueneau (2013, p. 107) explica que, na enunciação, emerge “uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito”. O fiador permite atestar a imagem de si (*ethos*) construída no discurso. Ao fiador, são atribuídos traços de caráter e corporalidade que vão sendo afirmados na enunciação e podem conquistar o público (os coenunciadores).

O *ethos* implica todo o conjunto do enunciador; a enunciação apresenta os elementos físicos e psíquicos, que vão além do que o sujeito diz. São esses traços que se referem ao “caráter” e à “corporalidade” do fiador. Essas caracterizações apoiam-se em representações sociais e estereótipos que podem ser valorizados ou não. Os estereótipos circulam nas mais

diversas produções semióticas, e é, portanto, na enunciação que são reforçados ou transformados.

O dicionário de Análise de Discurso, elaborado por Charaudeau e Maingueneau (2018, p.221), traz a seguinte definição da noção de *ethos*: “a imagem discursiva de si é ancorada em estereótipos, um arsenal de representações coletivas”. Portanto, o sujeito constrói sua imagem à medida que se expressa, podendo utilizar de representações já marcadas socialmente para contribuir com sua representação. Consequente, esses autores dizem que, para dar legitimidade em sua fala, o enunciador “se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018, p.220). Portanto, entende-se que o *ethos* pode se constituir a partir de vários elementos, procurando validar sua imagem e sua fala no discurso, estando sujeito à aceitação ou recusa dessa imagem pelo(s) destinatário(s).

Podemos pensar ainda na questão da incorporação que Maingueneau (2016) aborda. Essa noção se refere ao modo como o enunciador mobiliza o *ethos* discursivo. Assim, temos que:

- A enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá um corpo.
- O coenunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo.
- Essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso. (MAINGUENEAU, 2016, p. 73)

Essas considerações retomam a noção de que não temos como apontar origem do dizer ou dos sentidos. Maingueneau (2016, p.73) diz que “o poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que ele leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados”. Além disso,

a qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem desse “fiador” que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado. Paradoxo constitutivo: é por meio de seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer. (MAINGUENEAU, 2013, p. 108).

É possível fazermos uma relação entre o conceito de cenografia, que apresentamos no item anterior, e o conceito de *ethos* discursivo. Vejamos a principal característica em comum de *ethos* e da cenografia é a pretensão da adesão dos interlocutores, pois a noção de cenografia indica que o sujeito enunciador é quem organiza o ato de fala de acordo com a enunciação que

precisa fazer, e, a partir dela, busca alcançar seus destinatários. Do mesmo modo, a noção de *ethos* é uma imagem construída na enunciação e o objetivo principal é ganhar o público, convencê-lo, persuadi-lo.

Outra característica relevante que podemos mencionar é a multimodalidade e a dimensão icônica da cenografia digital, que permite a utilização de diversos elementos icônicos que agregam no discurso, significam e podem ajudar na organização pretendida pelo enunciador, que podem ser *emojis*, símbolos, imagens, vídeos etc. Podemos relacionar esses recursos ao fato de que o *ethos* se faz não só pelo discurso oral, mas pela gestualidade, pela postura, modo de vestir, além de que não se trata somente de discursos orais, mas também os escritos, ou iconotextuais, no caso da *Web*.

Esses fatores são imprescindíveis para pensarmos sobre o discurso da branquitude nas mais diferentes esferas sociais, inclusive nas redes sociais da *internet*, ou seja, como o discurso da branquitude atravessa o discurso das redes sociais. Como esse discurso ganha espaço quando circula nesses sites? Há um fator importante a ser considerado: a noção de fiador do *ethos*. Como vimos, a construção da imagem de si no discurso passa pelo fiador, como forma de atestar o dizer, ou seja, garantir uma aceitação, apesar de estar exposto à rejeição.

No entanto, vimos que há uma sustentação da imagem discursiva a partir de estereótipos e representações coletivas que contribuem com a imagem que um sujeito busca construir enquanto enuncia. Vimos também que há uma questão de poder de persuasão do sujeito enunciador que se assegura na identificação do destinatário a partir de uma imagem de valor histórico. Além disso, também a cenografia pode se apoiar em cenas de fala já validadas, as quais já existem na memória coletiva, com modelos rejeitados ou valorizados, de acordo com Maingueneau (2013).

Portanto, temos, a partir disso, uma problemática: o sujeito que é “investido de valores historicamente especificados” (MAINGUENEAU, 2016, p. 73), que tem uma boa imagem estereotipada nas representações coletivas e pode se amparar nas representações já marcadas socialmente, é o sujeito branco. Ou seja, em geral, este não enfrenta problemas ao se pronunciar, emitir opiniões e ser aceito em seus discursos, o que pode ser explicitado em alguns comentários da publicação que analisaremos, os quais mostram que as falas de sujeitos brancos (da branquitude) são imediatamente aceitas, sendo que sujeitos negros já falavam do mesmo assunto há tempos e não eram ouvidos.

Entendendo que, tanto a noção de *ethos* quanto a noção de cenografia apresentam imagens e modelos já valorizados historicamente, e que os sujeitos brancos são os que se enquadram nessa valorização histórica, podemos afirmar que o discurso da branquitude tem um

passa livre de existência, de propagação. Podemos ainda dizer que esse discurso atravessa as redes sociais, bem como outras instâncias, com a facilidade de ser aceito por essa valorização histórica na qual foi construído. Sendo assim, ao considerarmos o discurso da branquitude, entendemos que a imagem construída pelo sujeito branco emerge em cenografias variadas que são validadas, na maioria das vezes, de forma automática.

É essa questão que precisa ser apontada nos estudos da AD, já que, ao serem problematizadas, permitirão a reflexão de como a construção histórica dos sujeitos brancos tem sustentado essa valorização da branquitude, assim como tem sustentado a desvalorização dos sujeitos não brancos. A partir dessa reflexão, é possível que haja um entendimento de que os ideais da branquitude são inválidos e foram construídos socialmente pelo exercício de poder e opressão da própria branquitude.

A partir dessas considerações, então, procuramos pensar sobre as produções discursivas feitas na *internet*, especificamente em sites de entretenimento como as redes sociais. Pretendemos pensar como se dá a atuação dos sujeitos que publicam seus *posts* nessa imensidão virtual. Abordaremos a questão das relações raciais e como elas estão impregnadas na sociedade de forma muito hierarquizada.

O que nós nos propomos a mostrar, problematizar e questionar é essa dominação do grupo racial branco em todas as esferas sociais. A desigualdade das relações raciais é uma marca sócio-histórica, está na constituição e na formação de nossa sociedade e tem sido mantida pela branquitude, o que mostraremos por meio de um percurso histórico. Dessa forma, nós investigaremos o discurso da branquitude na postagem do *Instagram* que selecionamos. Antes, vamos contextualizar sobre a temática das relações raciais e, em seguida, abordar o conceito de branquitude para completar a base de nossa discussão.

### 3 CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE BRANQUITUDE – PERCURSO HISTÓRICO

O processo histórico de formação do Brasil apresenta acontecimentos marcantes que devemos considerar ao abordar o discurso da branquitude. São fatos que construíram e constituíram sentidos acerca do que é a branquitude e como ela interpela as relações no país. Estamos nos referindo aqui sobre o período de colonização, a chegada dos portugueses no Brasil, o início da “importação” de africanos, como se fossem produtos, para o trabalho escravo e a exploração, todo o período de escravidão, o período abolicionista, mas, principalmente, os fatos a partir do século XIX. O período de estudos científicos com base em teorias racistas, a imigração de europeus, o ideal de branqueamento, entre outras ideias em torno da construção ideológica do racismo, implicou a construção do ideal de branquitude, a valorização da brancura.

Mesmo no século XX, quando alguns estudos passaram a tratar sobre o branco, os intelectuais buscavam uma garantia de que seu papel nas relações raciais ficasse isento. Isento da menção sobre a tortura e a violência da escravidão. Consequentemente, os negros foram culpados e responsabilizados pela que sofreram. (BENTO, 2014)

Veremos mais adiante o que se define como branquitude, termo que pode ser relacionado ao de brancura. No entanto, antes, precisamos comentar os acontecimentos citados para chegarmos ao nosso objetivo: a constituição do discurso da branquitude. Para tanto, citaremos os estudos de intelectuais como Kabengele Munanga (1999), Willian Conceição (2020), Cíntia Cardoso (2018), Maria Aparecida da S. Bento (2014), Lourenço Cardoso (2008; 2010; 2014; 2017), entre outros.

O estudo das relações raciais no Brasil tem sido discutido há muito tempo, principalmente por estudiosos das Ciências Sociais. No entanto, as discussões, pesquisas e considerações feitas sobre essas relações trataram, por longa data, sobre o problema da divisão racial como um problema dos grupos não brancos, sob o olhar do pesquisador branco. Muitas dessas pesquisas abordavam o negro como objeto de pesquisa para ser problematizado e questionado sobre o lugar social que ocupa, ao qual foi destinado arbitrariamente pelo grupo racial branco.

Quando discutimos as relações raciais, há uma visibilidade agravada para o grupo de identidade racial negra, pois há uma forte racialização do negro, já o branco não entra nessa conceituação de raça, não é questionado, nem responsabilizado pelos acontecimentos desde o início da formação do país. Isso acarreta uma constante problematização do negro e uma isenção do branco no que se refere às questões das relações raciais. É exatamente por isso que

ao negro é atribuída toda a responsabilidade e toda a visibilidade nos problemas sociais, enquanto os brancos passam ilesos na questão, sem serem questionados em nenhuma situação cotidiana ou eventual. Ou seja, não pensamos sobre o lugar de mantenedor das desigualdades que os brancos ocupam nas relações sociais e raciais e não atribuímos a devida responsabilidade a eles.

Sendo assim, para melhor compreendermos o construto social das relações raciais que formaram o ideal de branquitude, é necessário abordarmos os dados históricos que influenciaram a divisão racial no Brasil, com intuito principal de compreender e categorizar o discurso da branquitude, já que o discurso se dá na e pela linguagem conforme as condições sócio-históricas de produção. Então, neste capítulo reuniremos as contribuições de estudiosos das relações raciais para construirmos um caminho até a conceituação da noção de branquitude e, em seguida, relacionar aos estudos da AD, abordando como categoria de análise o discurso da branquitude.

### **3.1 As explorações europeias do século XV e o conceito de raça a partir do século XVI**

Para iniciarmos nossa discussão, trataremos da escravização dos africanos em terras brasileiras. A prática da escravidão tem uma história antiga e não teve desde sempre como base e argumento as diferenças de cor (o conceito de raça só vem a existir no século XVI). Na história da humanidade, houve diferentes formas de exploração do outro. Moore (2007, p. 224) destaca algumas dessas formas de exploração:

- a) A *escravidão doméstico-serviçal*, geralmente ancorada nas estruturas de famílias, abarca um número limitado de pessoas na sociedade [...].
- b) A *escravidão econômica generalizada* [...] perdurou ao longo da época medieval europeia até o século XV. [...] encontra-se toda a sociedade livre que repousa sobre o trabalho de uma classe de escravos, violentamente reprimida, implacavelmente vigiada, considerada jurídica e moralmente como coisa;
- c) A *escravidão-racial de plantation*, surgida pela primeira vez no Oriente Médio a partir do século IX [...] praticada a partir do século XV até o final do século XIX [...] A diferença notável e substancial desta última categoria reside no fato de que o estatuto escravo é reservado exclusivamente a uma raça-alvo: a chamada raça negra.

Essas formas de exploração foram sempre praticadas por um grupo detentor de poder social que encontrava meios, mesmo que sem fundamento algum, de explorar o outro,

garantindo sua ascensão por meio de sofrimento e abuso. Para Moore (2007, p. 222-223) a escravidão é a:

[...] mais primitiva das formas de esmagamento do homem pelo homem, de extorsão da força de trabalho do semelhante e do confisco de sua dignidade humana. [...] a partir do momento em que aparece um excedente estável, cada sociedade parece ter descoberto o mesmo princípio fundador da desigualdade: a exploração do trabalho alheio mediante a coerção violenta. Se um grupo de indivíduos pode destituir permanentemente outro grupo de indivíduos de sua liberdade e constrangê-lo ao trabalho produtivo, os primeiros poderão sustentar-se e prosperar sem ter que exercer um trabalho físico penoso.

A partir do século XV, houve uma movimentação de exploração dos países europeus entre os continentes da Ásia, da África e da América. Foram explorações de grande porte, o que levou à retomada do trabalho escravo, o qual, segundo Joel Rufino dos Santos (1984), não se via desde o século V. A escravização passa a ter como base a discriminação étnica, tendo iniciado na Europa, muitas formas de comprovar uma tese de inferioridade racial “para sustentar o insustentável: o racismo como prática necessária e justificável”. (SANT’ANA, 2005, p.42).

Sant’Ana (2005) mostra que ideias de superioridade entre grupos sociais existem desde a Grécia Antiga, as quais foram utilizadas como argumento para a servidão e a escravidão. Segundo esse autor, os reflexos de ideias de superioridade e inferioridade entre as pessoas foi reforçado na Idade Média pela Igreja Católica que contribuiu indicando que os não cristãos não eram dignos e que precisavam ser integrados ao cristianismo.

Entendemos que foi a partir do desenvolvimento da expansão mercantilista burguesa, que um novo modelo ideal de classificação surgiu e o homem europeu passou a ser o “homem universal” transformando “todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas” (ALMEIDA, 2018, p. 20). Assim, o século XVI fica marcado com a alteração da classificação entre as pessoas, não mais apenas por uma divisão e uma identificação entre grupos religiosos e políticos, mas se apoiando no conceito de raça como fator divergente.

As expansões mercantilistas europeias chegaram ao Brasil no século XVI. Foi quando os portugueses se instalaram nessa terra e passaram a explorar os povos indígenas, que nela já habitavam. Por volta de 1530, instalou-se a colonização no Brasil e logo o início do tráfico de africanos para serem escravizados. Sendo assim, durante quase quatro séculos, sob o comando dos portugueses, o país exerceu violência, exploração e maus-tratos, primeiramente contra o povo indígena; em seguida, também, contra o povo negro.

Quando países europeus se reuniram para a divisão de terras, não mencionaram nada sobre cancelar o tráfico de escravos. Nessa ocasião, esperavam algum pronunciamento do Papa Gregório XV, que não se manifestou para não causar prejuízo aos países católicos que mantinham a escravidão. Mas, ao ser pressionado, o Papa se colocou, então, contra o tráfico dos escravos, mas não contra a escravidão, afirmando que não havia problema em ter mão-de-obra escrava desde que os senhores fossem bons com seus “criados” (SANT’ANA, 2005). Consideramos que essa ideia proposta pelo Papa tem caráter contraditório, já que a ação de escravizar, ou seja, explorar o outro, caracteriza-se pela violência.

Algumas autoridades religiosas demonstraram preferência e proteção aos povos indígenas. Como foi o caso do Frei Bartolomeu de Las Casas que, para proteger os indígenas, incentivou a mão-de-obra dos negros, afirmando que eles se adaptavam melhor ao trabalho pesado por serem mais fortes, como mencionado por Sant’Ana (2005). Desse modo, entendemos que essas questões naturalizavam uma noção de inferioridade e de escravidão para uns e a liberdade e superioridade para outros, seguindo sempre uma hierarquia entre as diferenças étnicas.

Sabemos que o racismo, como uma ideologia, foi se consolidando ao longo dos tempos por meio de ideias simbólicas, com resultados materiais. Desse modo, o racismo se constituiu de discriminações, preconceitos e estereótipos que, utilizados repetidamente, provocaram a ideia de inferiorização de indivíduos e grupos não brancos, colocando-os arbitrariamente em lugares vistos como não dignos, baixos. Esses fatores favoreceram a solidificação da ideologia racista.

Passaremos a discutir os efeitos da escravidão na história do país, tanto para os escravizados, quanto para os colonizadores. É necessário entendermos que o período entre a escravidão e o pós-abolicionismo produziu significações entre os sujeitos pertencentes a diferentes grupos étnicos e raciais. Para os não brancos: exploração, escravidão, opressão, marginalização e, por fim, a “culpa” e a responsabilidade pelo que passaram. Para os brancos: poder, privilégios, riqueza e isenção, ou seja, nenhuma menção sobre a crueldade e a violência exercida, nenhum questionamento.

Bento (2014, p. 27) afirma que “o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva”. De fato, os brancos puderam manipular a história, já que detinham o poder de várias formas, inclusive na “ciência” pela qual encaminharam mais teorias racistas para fundamentar as ideias de desigualdade.



### 3.2 Século XIX: Abolição, marginalização dos libertos, imigração europeia, miscigenação, racismo científico – o conjunto do ideal de branqueamento

No século XIX, movimentos abolicionistas se formavam e a partir da segunda metade desse período, gradativamente, o país caminhava para o encerramento da escravidão. Depois de tantos anos de ganho por meio da exploração do trabalho do outro, a escravidão passou a não ter resultados satisfatórios para a economia do país; assim, a melhor saída para os brancos, senhores do poder, foi divulgar a ideia de que a essa prática violenta era um atraso (SANTOS, 1984). Não havia remissão ou arrependimento pelos anos de sistema escravocrata, mas um modo de encobrir a responsabilidade pelas vidas que foram maltratadas, violentadas e ceifadas.

As mudanças na produção e nos modos de trabalho junto ao processo de abolição provocaram dois acontecimentos simultâneos: a imigração dos europeus e a marginalização dos escravizados libertos. De acordo com o historiador Lourenço Cardoso (2014, p. 49):

Um estado nacional branco representa progresso, desenvolvimento, modernização, ocidentalização. Os africanos tornaram-se *personae non gratae*. O trabalho “escravo” passa a ser símbolo do atraso. Em nosso processo de modernização ocorreu a abolição gradual da escravatura, houve estímulo para imigração centro-europeia, o que equivale dizer branco-branco. Os não-brancos não eram mais necessários, especialmente os africanos.

Também, nesse período, começaram a se desenvolver alguns estudos científicos da área da biologia. Intelectuais da época passaram a questionar as diferentes características humanas. Nesse contexto, as pesquisas concluíram que o determinismo biológico e o determinismo geográfico é que explicavam “as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças” (ALMEIDA, 2018, p.23). Essas hipóteses indicavam que pessoas não brancas e inseridas em ambientes de clima tropical seriam pessoas pouco inteligentes e que apresentariam comportamento violento e imoral. Esse estudo foi, posteriormente, muito criticado por apresentar essa perspectiva racista e todas essas hipóteses foram refutadas.

Esse período de estudos e pesquisas, que teve grande prestígio acadêmico na época, foi nomeado como *racismo científico* devido às consequências que causou no meio intelectual com suas teorias racistas. Laborne (2017) cita que, nesse período, a ciência incutiu e propagou as teorias de inferioridade racial na relação entre negros e brancos. Em concordância com essa consideração, Sant’Ana (2005) comenta que, com todas as pesquisas que buscavam justificar a escravidão, seria muito difícil que o negro deixasse de ser o mais atingido pelo racismo, pois, como mencionamos, a inferioridade imposta aos negros estava se estabelecendo ideologicamente.

Importante lembrar que os não brancos não ocupavam lugares de poder e de prestígio social; assim, os brancos dominavam todos os espaços de poder, inculcando suas ideias, ações e interesses acima de tudo. Eram os brancos que ocupavam as cadeiras do governo, que assumiam a liderança das igrejas, as frentes de estudos e pesquisas científicas etc. Desse modo, os brancos olhavam o mundo a partir do ponto de vista deles, agiam apenas pelos seus interesses e mantinham o ideal de humanidade, o padrão europeu, classificando tudo o que era diferente disso como inválido, ruim.

Em 1859, com a publicação de Charles Darwin, *Origem das espécies*, os estudos científicos passaram a utilizar a teoria da seleção natural para justificar a estratificação social causada pelo capitalismo industrial. A partir dessa deturpação da teoria de Darwin, muitos estudos foram motivados a classificar diferentes grupos sociais e raciais em superiores e inferiores. Seus conceitos foram aderidos para abordar a sociedade humana e foram considerados como explicativos para as diferenças entre os indivíduos. Essas considerações deram origem ao darwinismo social, pelo qual consideravam que “os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores.” (BOLSANELLO, 1996, p.154)

De acordo com Bolsanello (1996), o darwinismo social pode ser considerado como a prática deturpada da teoria de Darwin aplicada à sociedade. Entre os estudiosos influenciados por essa teoria, Spencer, um filósofo inglês, apresentou a noção de “sobrevivência dos mais aptos”, naturalizando, assim, uma luta pela vida, na qual os menos aptos morreriam, sem possibilidades de alteração dessa realidade. No pensamento desse filósofo, as medidas afirmativas do Estado para assistir os mais pobres, prejudicavam o processo natural biossociológico das elites, atrapalhavam a ocupação de poder dos mais ricos - brancos. (BOLSANELLO, 1996)

Segundo Bolsanello (1996):

O Darwinismo Social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. A vida na sociedade humana é uma luta "natural" pela vida, portanto é normal que os mais aptos a vençam, ou seja, tenham sucesso, fiquem ricos, tenham acesso ao poder social, econômico e político; da mesma forma, é normal que os menos aptos fracassem, não fiquem ricos, não tenham acesso a qualquer forma de poder. (BOLSANELLO, 1996, p. 154)

A teoria do darwinismo social não teve ação sozinha, mas a contribuição de outras áreas: a psicologia e a neurologia contribuíram com a ideia de comparação entre desenvolvimento intelectual dos indivíduos, buscando justificar a superioridade e a inferioridade; já a sociologia,

com os resultados de pesquisas biológicas e genéticas de animais, sustentou a rejeição das minorias; a genética, ainda, usou de características da aparência para apoiar a ideia de hierarquização de raças (BOLSANELLO, 1996). Desse modo, com importantes áreas de conhecimento entregues ao racismo científico, a ideologia racista enraizava-se na estrutura da sociedade, bem como mencionaram Sant’Anna (2005) e Laborne (2017).

Assim como o racismo, entendemos que o darwinismo social também é uma construção ideológica. Seu desenvolvimento entre os estudos dos intelectuais da época aumentaram as ideias de divisão de raças e preservaram os interesses políticos e econômicos que eram os objetivos das elites. Podemos considerar, portanto, que a grande problemática aqui foi a junção de darwinismo social, eugenia e racismo científico. Essa soma acarretou uma luta pela proteção do lugar privilegiado, confortável e exclusivo do branco, enquanto os não brancos, tratados como menos aptos e fracos, seriam naturalmente excluídos da vida. Segundo Bolsanello (1996, p. 155):

Observa-se com amarga ironia que o desenvolvimento do darwinismo social, do racismo "científico" e da eugenia, foi paralelo ao do ideal liberal e democrático, os quais apelaram para o novel prestígio da ciência quando foi preciso justificar as desigualdades e acalmar as consciências pesadas ante a recusa do reconhecimento ou a flagrante violação dos direitos de uma parte da humanidade.

Almeida (2018) diz que alguns intelectuais associavam características físicas dos humanos com as características de animais (como ferocidade e bestialidade), como um ponto comum de manifestação racista e que ocasiona um processo de “desumanização”. Essa colocação remete ao que disse Carone (2014, p.14), ao citar o racismo dos estudos do Conde Arthur de Gobineau, sobre a humanidade condenar o cruzamento inter-racial por produzir o “mulato”, tomando como referência o resultado híbrido e não fértil do cruzamento de animais como “o do jumento com a égua ou do cavalo com a mula”. Essas considerações mostram alguns dos argumentos para tratar negros com inferioridade e considerá-los uma raça submissa e assim sustentar a ideia de superioridade branca.

De acordo com Bolsanello (1996), Gobineau foi um dos principais responsáveis pela ideia de pureza e superioridade ariana. Assim como afirma Sant’Ana (2005), foi grande a influência do estudo do Conde sobre a divisão entre os brancos de forma hierárquica. No ensaio desse filósofo, foi proposto que os arianos eram superiores aos mediterrâneos e aos albinos, e seriam, portanto, a nobreza europeia, maiores e melhores que os demais grupos.

Se, para a nobreza europeia – ariana, os outros brancos (mediterrâneos e albinos) eram inferiores, com relação aos não brancos, então, essa inferioridade ia além. Devido a esse sistema hierárquico entre os grupos, divididos pelos tons de pele, os estudos sobre essa questão continuavam a ser abordados, já que o poder científico se concentrava entre os brancos.

Cardoso (2014) explica que

A pureza racial é um dos pressupostos básicos da teoria racista de Gobineau. Isto é, o grupo branco puro original seria composto pelos povos germânicos e nórdicos, porém, eles já não seriam mais puros, pois teriam se misturado com outros grupos [...] teriam formado raças inferiores. [...] o mestiço nunca seria igual ao branco, uma vez que ele também possui herança genética do ser inferior.”

Essa teoria e os pensamentos de Gobineau influenciaram pesquisadores brasileiros de algumas áreas. Entre eles, podemos destacar Nina Rodrigues, professor de medicina; José Bento Monteiro Lobato, advogado e escritor (que, inclusive, é ainda hoje um dos nomes mais citados na literatura infantil); Gilberto de Melo Freyre, sociólogo, escritor e político; entre outros intelectuais.

A questão da pureza racial apontava uma hierarquização entre os próprios brancos, segundo a consideração de Cardoso (2017), que explica a situação do branco português colonizador em relação aos brancos europeus. Para estes, os portugueses eram considerados não brancos. Por isso, a imigração seria um ponto positivo para o país, pois estaria recebendo brancos puros para compor sua população. Assim, à medida que a imigração acontecia, os brancos portugueses eram negligenciados, o que contribuiu com o apagamento do branco colonizador. O resultado, portanto, seria um Brasil definitivamente branco, já que acreditavam que os brancos europeus eram mais puros (CARDOSO, 2017).

Nesse processo, o país comemorava o progresso e a possível purificação da raça devido aos imigrantes brancos – vistos como mais puros que os portugueses – ao mesmo tempo em que viam a presença dos africanos como um obstáculo. Os negros representavam um passado que gostariam de esquecer, um passado que remetia à escravidão, impossível de ser deixado para trás. Enquanto o negro continuava representando um escravo, o branco era chamado de trabalhador. Cardoso (2017) explicita que a ideia de hierarquia existente entre os brancos-brancos e os brancos não brancos formava uma “pirâmide das raças”, na qual o negro era o mais baixo e inferior das relações raciais.

O ideal de branqueamento já estava sendo disseminado nesse contexto como uma política (racista) do Estado brasileiro para impedir que o país fosse “tomado” por negros, para

isso incentivavam o processo de imigração. Kabengele Munanga (1999) aborda a questão da mestiçagem no Brasil, dizendo que as identidades eram tratadas como biológicas, enquanto a força que sustentava isso era ideológica: “a noção da mestiçagem, cujo uso é científico e popular, está saturada de ideologia” (Munanga, 1999, p.18). O autor afirma que a ideia de mestiçagem dos intelectuais brasileiros foi extremamente atravessada pela pseudociência europeia e que o objetivo de manter essas teorias era encontrar um meio de construir uma nacionalidade pura, branca. Era necessário, no pensamento dos estudiosos, acabar com a diversidade racial do país.

Como dissemos, foi na convergência entre o processo de imigração e a abolição que a problemática da pluralidade racial se tornou uma questão. Grande parte da população era não branca, visto que a quantidade de africanos importados, junto da população indígena que já vivia no país, mais os frutos da exploração sexual dos portugueses contra as mulheres negras e indígenas, compunham a população. Isso explica o incentivo à imigração e a preferência por imigrantes europeus.

Bento (2014) expõe que o ideal do branqueamento nasce do medo, já que a maioria da população era composta por negros. Segundo a autora, essa valorização da imigração no Brasil fez com que, em trinta anos, o país recebesse aproximadamente o mesmo número de imigrantes que o de africanos no tráfico negreiro em três séculos. Para Santos (1984, p. 32), no pensamento dos sujeitos brancos,

bastava o sangue branco ir predominando sobre o negro e o índio – o que estava, felizmente, acontecendo desde o século XIX, quando se iniciou a grande imigração europeia (entre 1850 e 1930 recebemos cerca de 3 milhões de europeus). A miscigenação e alta taxa de mortalidade das pessoas de cor limpiam o resto.

Munanga (1999) explica que os pensadores brasileiros não sabiam como lidar com os ex-escravizados, nem como incluí-los socialmente. Na verdade, nem queriam ter que integrá-los à sociedade. A questão era “como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou?” (idem, p. 51)

Como havia a intenção de mudar a realidade do país, as forças influenciadoras, dos que detinham o poder no país, buscaram mostrar o Brasil como um lugar de boa convivência inter-racial. Com base em interesses políticos e econômicos, influenciavam a elite brasileira a apoiar a imigração dos europeus para que não prejudicasse o modelo de trabalho industrial da época.

Também nesse período, disseminou-se a ideia de uma democracia racial no país. apresentavam uma imagem de um país harmonioso, com boa relação entre os povos, de uma igualdade entre todos os grupos, nos quais não se destacavam apenas os que não se esforçavam o suficiente – mais um pensamento regido por ideias contraditórias, considerando as desigualdades que constituíam as relações. Luciana da Silva (2016, p. 78) mostra que o mito da democracia racial era a ideia de “[...] uma convivência pacífica e igualitária entre todos, independentemente de sua origem”. Essa imagem, segundo ela, “constituiu uma forte ideologia que mascara o preconceito racial, principalmente contra negros, além dos indígenas e outras etnias”.

Joel Rufino dos Santos, em 1984, escreveu:

Por que boa parte dos brasileiros ainda acredita que vivamos numa democracia racial? Para começar, porque as elites que nos governaram até hoje precisavam vender essa mentira aqui e no exterior. A cabeça de uma sociedade é, em geral, feita pela sua classe dominante – com o objetivo duplo de manter seus privilégios e deixá-la dormir em paz. (SANTOS, 1984, p. 43)

Cíntia Cardoso (2018) fala sobre os estudos que trabalhavam com a ideia de democracia racial. A autora mostra que Gilberto Freyre, em seus estudos, omite a pressão da hegemonia branca, defendendo a ideia de convivência harmoniosa entre os diferentes grupos raciais que compunham a população do país. Essa perspectiva de Freyre dificultava a luta pela igualdade e impedia o entendimento dos fatos racistas que permeavam a sociedade. Essa ideia é desmontada por Florestan Fernandes, que traz, em uma de suas obras, a “revelação” de um país desigual. Apesar desse ponto positivo na obra de Fernandes, suas convicções protegeram o lugar do branco, já que, em sua tese, não provocou questionamentos sobre o papel desempenhado por esse grupo opressor. (CARDOSO, 2018)

Ainda hoje, o Brasil é interpelado pela ideia de que não existe racismo aqui. São muitos os discursos que defendem essa ideia, ou amenizam os fatos. Bento (2002, p. 131) menciona:

A ideia de que negros estão bem onde estão, que não querem melhorar, que não tem competência, está no cerne da ideologia da democracia racial. Ou seja, as oportunidades são iguais para todos, aqueles que não conseguem ascender, não desejam ascender ou não tem competência para tal.

Não é difícil ouvir, atualmente, ideias como essa que Bento apresenta, esse imaginário de democracia racial do qual ela menciona. Poderemos exemplificar isso em nossa análise, nos comentários postados pelos coenunciadores da rede social *Instagram*, no *post* que

selecionamos. A reivindicação de um sujeito ou de um grupo negro é vista como exagero, a famosa expressão “mimimi” com referência à reclamação demasiada, e até afirmações de que “existe racismo sim, mas não é tudo isso”. Poderemos ilustrar melhor isso em nosso capítulo de análise. Por enquanto, deixamos apenas a reflexão de que, desde a metade do século XX, o mito da democracia racial vem desestabilizar as lutas contra a opressão dessa hegemonia branca.

Todas essas medidas, baseadas na ideia de raça como fator biológico, construíam os sentidos de hegemonia e incentivavam a ideologia do branqueamento. O abolicionismo acarretou a marginalização dos negros que não foram amparados, nem incluídos socialmente com nenhuma assistência social, econômica ou política. O objetivo único das elites era branquear o povo brasileiro e purificar a raça. Recordamos aqui a ideia de darwinismo social que mencionamos anteriormente, concordando com a consideração de Carone (2014, p. 16) de que “a ideologia do branqueamento era, portanto, uma espécie de darwinismo social que apostava na seleção natural em prol da purificação étnica”.

A escravidão não foi um processo omissos nem escondido. Na verdade, não havia problema em escravizar, na visão dos colonizadores. Bento (2014, p. 36) explicita que, na abolição, com a grande quantidade de escravizados libertos, marginalizados, “tanto eles, como a elite sabiam que a condição miserável dessa massa de negros era fruto da apropriação indébita da violência física e simbólica durante quase quatro séculos” por parte dos colonizadores.

Entendemos que, durante todo o processo de escravidão, o negro não teve apoio nenhum, nem mesmo nenhuma ação política ou social em seu favor, justamente por serem brancos que estavam no poder e tomavam decisões. Mesmo no processo de abolição, o que poderia ser um grande feito para os escravizados, acabou se tornando o processo de marginalização desse povo, que foi removido brutalmente de seu lugar de origem, sendo tratado como escravo durante séculos e obrigatoriamente inserido em uma nova cultura com novos costumes, já que os seus não pertenciam a cultura europeia – considerada universal. Bolsanello (1996, p.157) expõe que

a abolição, em termos sociais, negou ao negro o direito à integração na sociedade. A abolição tirou simplesmente do negro da condição de escravo, mas não lhe proporcionou nenhuma indenização, garantia ou assistência pelos mais de 300 anos de exploração, violação e opressão. Assim, o não-acesso a um pedaço de terra e a redução de mão-de-obra provocaram um êxodo da maioria dos negros para as cidades [...] onde aguardavam o desemprego, a miséria, a doença e uma conseqüente vida marginal.

Carone (2014, p.15) explica que, a partir desses pensamentos racistas e discriminatórios, “a elite abolicionista, composta sobretudo de juristas e médicos, ficou extremamente dividida entre condenar a mestiçagem ou adaptar o discurso racista à realidade social do país, mediante o relativo abandono da hipótese poligenética”. A autora mostra que, para os estudiosos da época, o resultado da relação inter-racial não seria como o do cruzamento de animais que geravam híbridos, como dito acima. No entanto, afirmavam que resultaria numa “hibridez moral, social e intelectual dos mestiços”.

O conflito entre as ideias advindas dos estudos “científicos” da época colocou essa questão: apoiar ou não o processo de miscigenação? Willian Conceição (2020, p. 46) mostra que

o peso do elemento raça (biológica) versus o meio e a cultura no entendimento do que seja o branco e a sua relação com africanos, indígenas etc. aponta para determinismos distintos, o primeiro de cunho otimista, em que a miscigenação é parte de uma estratégia, positiva, de branquear a nação. Por outro lado, há um determinismo pessimista, em que a miscigenação levaria à degeneração, inclusive ameaçando o branco e, portanto, condenando ao fracasso do futuro da nova nação.

Com o desenvolvimento da antropologia, segundo Almeida (2018, p. 24), foi possível comprovar que não havia nenhuma determinação biológica que validasse o conceito de raça. O autor afirma que “raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico” e, desse modo, não teria o poder de hierarquizar a sociedade. No entanto, a comprovação da não determinação biológica do conceito de raça não foi suficiente para interromper os sentidos que se instauraram na formação social, cristalizando os sentidos de supremacia de determinados grupos sob outros.

A partir dessas considerações, entendemos que o conceito de raça é uma construção social, como disse Schucman (2018). Ou seja, todos esses acontecimentos citados contribuíram com a construção ideológica da existência de diferenças biológicas para os seres humanos, mantendo as desigualdades raciais e sociais, materiais e simbólicas.

A partir dessas considerações, reunimos uma base de informações para indicar o processo de valorização da brancura. Desde o entendimento do homem europeu como modelo universal de humanidade; com a junção da violência exercida por esse povo por meio da ideia de poder sobre o outro; somado à ação dos estudos que tornaram o outro um objeto de pesquisa como tentativa de provar uma inferioridade entre os povos; o ideal de brancura ia sendo construído e disseminado na vida, nas ações, nos estudos, nas “palavras”, em diversos meios



das relações sociais. Vejamos adiante sobre o ideal de branqueamento e a valorização das características do povo branco.

### **3.3 Ideal de branqueamento – valorização da brancura, instituição da branquitude**

Carone (2014) diz que, já no período pré-abolicionista, espalhava-se a ideia de branquear o povo para poder purificar a raça, pois, após muitos anos de cruzamento inter-racial, aconteceria um branqueamento do povo e a identidade nacional estaria definida. No entanto, os argumentos da época estariam em confronto entre evitar o aumento de mestiços na sociedade, condenando-os como degenerados, como dito anteriormente, ou se adaptar ao processo de branqueamento em busca da pureza da raça branca.

Carone (2014) menciona que a ideia de branqueamento faz parte da exploração colonial, pois não se deu de forma natural. A exploração dos negros acontecia de forma violenta e se deu por meio de pressão cultural, violência sexual, psicológica, física, exercida pela hegemonia branca. Com a disseminação dos ideais de branqueamento, essa pressão cultural fazia com que os negros negassem suas identidades para serem aceitos e integrados na sociedade.

De acordo com Bento (2014, p. 25), “o branqueamento [...] foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro”. Os argumentos utilizados para a busca da pureza da raça branca, mesmo que simbólicos, estimulavam a não aceitação das características não brancas. Para Munanga (1999, p. 94), “a política e a ideologia do branqueamento exerceram uma pressão psicológica muito forte sobre os africanos e seus descendentes. Foram, pela coação, forçados a alienar sua identidade transformando-se, cultural e fisicamente, em brancos”.

Piza (2014) aborda sobre as práticas do embranquecimento, as quais pretendiam adequar o negro à sociedade. A autora diz que

para atender às demandas racistas de embranquecimento da população brasileira, sua parcela negra tenderia a desenvolver a negação de sua racialidade e promover formas de embranquecimento, tanto na busca de parceiros para a miscigenação, no desejo de ascendência social através da “melhoria do sangue”, quanto no comportamento, discreto e distanciado de sua comunidade de origem, visando assemelhar-se ao branco. (PIZA, 2014, p. 65)

Schucman (2018) diz que a não aceitação das características fenotípicas do grupo negro apresentadas pelos “mestiços” foram impulsionadas pela ideologia do branqueamento e pelos

estereótipos negativos relacionados aos negros. Isso prejudica até hoje a classificação racial que conta com diversos termos para designar as cores de pele para o grupo racial negro.

Nessa linha de pensamento, positivistas da época acreditavam em concepções racialistas; assim, as raças seriam definidas tanto por características físicas, quanto por diferenças mentais hereditárias. Além disso, afirma Carone (2014) que, como posicionamento político, eles indicavam que “as raças com maior desenvolvimento evolutivo deveriam civilizar, tutelar ou absorver as raças com desenvolvimento num estágio inferior” (CARONE, 2014, p. 14-15).

Esses pensamentos foram grandes contribuintes da ideologia do branqueamento, assim como a proposta de imigração de mão de obra europeia. Carone (2014) menciona que essa medida era apoiada pelos que defendiam a superioridade racial dos brancos, bem como defendiam que os imigrantes apresentavam a melhor e maior produtividade em relação à mão-de-obra escrava.

Schucman (2018) aponta que, até o começo do século XX, a ideia do branqueamento era muito bem aceita pelo Estado e pelos intelectuais, pois apresentava o objetivo de progresso pelo ideal de civilização europeia. Assim, o interesse, como já dito, era transformar o país em uma nação “branca”, fazendo com que a ideia de mestiçagem fosse apenas um processo pelo qual os indivíduos passariam para alcançar os objetivos de branqueamento.

A questão principal desse ponto é que, até então, a ideologia do branqueamento era explicitamente uma preocupação do branco. Mesmo com o discurso de boa convivência inter-racial no país, com o objetivo de chamar a atenção dos europeus para a imigração, negando que todas essas medidas eram atos racistas, ninguém dizia que os negros desejavam ser brancos. O desejo de fazer com que o país obtivesse resultados de uma “linhagem pura” – branca – envolvia o interesse político, econômico, social da elite do Brasil.

No entanto, a ideologia do branqueamento tomou novos sentidos, sendo reorganizada e direcionada aos negros como um desejo deles em ascender socialmente. As elites atribuíram ao povo negro o desejo de se tornarem brancos para poderem assumir lugares sociais ocupados exclusivamente pelos brancos. Carone (2014, p. 17) comenta que “o elemento conotativo dessas representações dos negros construídas pelos brancos é o de que o branqueamento é uma doença ou patologia peculiar a eles”.

Bento (2014) afirma que, para a branquitude, o ideal de branqueamento, no Brasil, foi (é) considerado como um problema do grupo racial negro, como se os negros estivessem descontentes e desconfortáveis por formarem esse grupo racial e, por isso, buscavam se identificar com as características dos brancos, buscavam, então, miscigenar-se e diluir as

características raciais. Essa ideia foi introduzida pela branquitude para se livrar da responsabilidade do que propagava. Os brancos colocavam-se como um ideal, como modelo e acusavam os não brancos desse desejo de serem brancos.

É inegável que há uma forte discriminação e uma sustentação da hegemonia racial em detrimento de grupos considerados minoritários com base no conceito de diferentes raças, mesmo que tenha sido comprovado que esse não é um conceito válido. Como afirma Almeida (2018, p. 24):

não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários.

### **3.4 O racismo e suas implicações – racismo, preconceito e discriminação**

Quando nos referimos às diferenças existentes na sociedade, costumamos utilizar racismo, preconceito e discriminação como se fossem sinônimas. No entanto, mesmo que esses termos tenham como referência o conceito de raça, é necessário diferenciá-los para entender as diversas formas de expressão das ideias de superioridade e inferioridade entre os marcadores sociais.

Há muitas formas de discriminar as pessoas na sociedade por meio de características físicas, culturais, necessidades especiais, classe social, orientação sexual, gênero, entre outros. No entanto, devido à temática do trabalho, abordaremos aqui, de maneira específica, a discriminação racial, o preconceito racial e o racismo.

Joel Rufino dos Santos (1984) expõe que, a partir do momento em que os brancos passaram a comparar os não brancos a animais, caracterizando-os como desumanos, o racismo já não mais se definia como cultural, mas como biológico. O racismo se tornou um conceito no século XVI, como mencionamos anteriormente. No entanto, essa ideia toma força no decorrer dos séculos e se consolida no século XIX. Com todas as estratégias dos brancos para que a ideia de desigualdade racial fosse disseminada, o racismo se tornou parte da estrutura social, influenciando todas as camadas da sociedade. Nesse período, várias situações contribuíram com a propagação do racismo – a abolição dos escravizados sem nenhuma medida de apoio social ou econômico, a imigração de europeus para compor a população com sujeitos brancos, a ilusão de boa convivência interracial no país, os estudos científicos racistas etc., foram fatores que sustentaram e propagaram o racismo.

A noção de racismo só aparece depois da ideia de diferentes raças para classificar os humanos e se torna uma ideologia. Silva (2016, p. 77) explica que a ideia de racismo se constitui como “discriminação baseada nos pressupostos de raça. Raça e racismo, portanto, estão veiculados às relações estabelecidas entre os que são considerados de uma ou outra raça no âmbito de uma categorização, em que uma se sobrepõe a outra social e ideologicamente”.

De acordo com Almeida (2018, p. 25), *racismo* é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento”. As práticas racistas fazem com que indivíduos ou grupos ligados a uma identidade racial “superior” recebam vantagens e privilégios, enquanto os que estão ligados a uma identidade racial “inferior” são desfavorecidos.

Essa forma sistemática de discriminação a partir de diferentes raças é regida ideologicamente, portanto devemos entender o racismo como uma ideologia. Nesse sentido, a partir de todas as considerações do tópico anterior, entendemos que o racismo é praticado diretamente contra os grupos inferiorizados – mais especificamente contra os negros. Assim, brancos não podem reivindicar “racismo reverso”, visto que, historicamente, está marcado que o racismo nunca os aniquilou, ao contrário, sempre os favoreceu.

Já mencionamos anteriormente que o ideal de branqueamento exerceu forte pressão contra os não brancos. As ideias do branqueamento foram introjetadas na cultura, nos costumes etc. Esse ideal de brancura, disseminado para toda a sociedade, fez com que as características divergentes do modelo universal fossem odiadas, não quistas. Santos (1984) diz que muitas pessoas passaram a se odiar e se violentar por não possuírem características da branquitude. Segundo ele, muitos pretos, judeus, japoneses, índios – todos os pertencentes a grupos racialmente oprimidos - foram afetados pelas ideias racistas; sendo vítimas dessa ideologia, defendiam essas pautas, pois foram também formados pela estrutura social racista.

Essa estrutura implica atingir todos os meios que interpelam as relações, com isso “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2018, p.51-52). Isso acontece porque o negro é representado constantemente em lugares de inferioridade, de submissão e como marginalizados e desfavorecidos. Desse modo, esse movimento ideológico é, então, uma prática que argumenta a favor da determinação de lugares para os sujeitos, dependendo da cor de sua pele.

Na discussão sobre essas noções, Silva (2016, p. 79) afirma:

O “racismo à brasileira”, silencioso e perverso, marca a educação, tornando invisíveis as marcas históricas da segregação racial. Por muito tempo, na

escola, a única menção dada aos negros era na abordagem da escravidão, excluindo aspectos culturais e históricos que contribuiram tanto para a cultura brasileira quanto para as divisões sociais provenientes do preconceito racial.

Quanto à noção de discriminação, Sant’Ana (2005) afirma que é uma ação ou omissão que quebra os direitos das pessoas com base em argumentos injustificáveis e injustos. Além disso, o autor afirma que discriminação é a materialização das formas de classificação negativa das pessoas, como o racismo, o preconceito e a estereotipia. Desse modo, entendemos que, ao considerar pessoas negras inferiores, há uma materialização da ideologia racista.

Como Bento (2014) menciona, preservar o privilégio de brancos, rejeitando ou não os negros, leva à discriminação. Para a autora, “a discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre o outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito”. (BENTO, 2014, p. 28)

Já o preconceito racial é “um juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (ALMEIDA, 2018, p. 25). É como classificar todo um grupo a partir de uma característica pejorativa, por exemplo. Sant’Ana (2005) complementa essa colocação, pois diz que as opiniões pré-estabelecidas, ou seja, os estereótipos, regem as relações dos indivíduos na sociedade. Sendo assim, os julgamentos feitos a partir de ideias fixas sobre um grupo pode prejudicar as relações sociais pelas convicções de que os indivíduos não serão diferentes daquilo que caracteriza e generaliza seu grupo.

Para Sant’Ana (2005), o preconceito racial não é capaz de ferir os direitos das pessoas se cometido sozinho. Assim, o preconceito racial, como dito, se materializa na discriminação, que interfere nas esferas sociais. Esse autor mostra que não há uma obrigatoriedade para que os indivíduos gostem uns dos outros, mas é necessário respeitar as diferenças e os direitos de todos. Portanto, acreditamos que o malefício do preconceito racial está nos efeitos psicológicos causados nas relações interpessoais, além de seus efeitos na recorrência cotidiana que se materializa e transforma em prejuízos para os grupos desfavorecidos e vítimas dessas ações.

Os conceitos de discriminação e preconceito estão atrelados ao conceito de raça, são regidos pelo racismo. Seja então “apenas” um pré-conceito sobre o outro ou uma ação que afeta o outro de alguma forma, o que motiva esses modos de violência é o racismo. Para Santos (1984, p. 9), o racismo, que é uma agressão e uma violência por si só, e vai muito além, pois é “uma teoria, defendida em livros e em salas de aula com argumentos e teses “científicas”. Para brigar contra ele será preciso, antes, desmontar esses argumentos”.

Já mencionamos que sempre houve um meio de atestar as desigualdades entre as pessoas. Não que os modos de provar essas diferenças fossem válidos, mas veiculavam como se fossem, já que quem dita regras tem “poder” para isso. Santos (1984) explica que, na Idade Média, os europeus viam os não cristãos como inferiores. Somente a partir de 1400, as mudanças vieram e passaram a considerar uma característica mais aparente, que seria a cor da pele. Isso já comentamos no capítulo anterior, mas reforçamos aqui para indicar que o racismo é essa ideia, essa construção ideológica que se desdobra em ações, falas, reações, prejudica os que não pertencem ao grupo branco.

Logo, entendida a diferença entre esses termos, podemos compreender que há inúmeras formas de propagar o discurso de inferioridade entre os grupos sociais e raciais. Considerando, portanto, o termo racismo como específico para a discriminação baseada na ideia de raça de forma sistemática na sociedade, é necessário entendermos que há uma forma de funcionamento vigente na sociedade, um sistema, uma estrutura que faz vigorar a ideologia da supremacia de determinados grupos em detrimento de outros. A partir disso, consideramos que a sociedade tem o racismo como parte de sua estrutura, como será abordado a seguir.

### **3.4.1 Racismo estrutural**

Ao tratar sobre racismo, Almeida (2018) apresenta uma distinção em três tipos: *racismo individual*, *racismo institucional* e *racismo estrutural*. Sobre a concepção individualista, o autor explica que é uma concepção muito limitada, já que, considerando-a como válida, entenderíamos os atos de racismo como fatos isolados feitos por indivíduos de forma isolada; assim, não existiriam sociedades e instituições racistas. Já a concepção institucional foi um grande avanço em relação à individualista, pois considera que atos racistas não são atitudes isoladas, mas que dependem de um sistema econômico e político.

Laborne (2017) apresenta uma pesquisa sobre a produção acadêmica no Brasil e, em suas considerações, mostra sobre as instituições sociais, principalmente sobre as instituições acadêmicas. Ela menciona que “as instituições são um campo fecundo para a perpetuação do racismo”, pois apresentam um discurso de igualdade enquanto os dados mostram que as oportunidades são diferentes para cada um/grupo a partir de sua raça. A autora considera que modificar as relações de poder nas instituições é um processo muito difícil, pois, como visto, as instituições são estruturadas socialmente.

Maria Aparecida da S. Bento (2002, p. 13) trata sobre um tipo de discriminação institucional, que pode complementar a ideia de racismo institucional que mencionamos anteriormente:

O conceito de discriminação institucional é importante porque dispensa discussões sobre, por exemplo, se determinada empresa ou seus profissionais de recursos humanos e chefias têm preconceito contra negros e mulheres. Assim, na questão de discriminação no trabalho importa pouco a intenção do agente. O que interessa são os efeitos de sua ação. Esses efeitos só se verificam perscrutando-se, por exemplo, o número de negros e mulheres nos diferentes postos de trabalho.

A questão aqui é que o racismo, enquanto estrutural, rege as ações dos sujeitos, individual ou institucionalmente; mesmo que de forma implícita, ele age no meio social. Portanto, não precisa, necessariamente, uma empresa dizer que não irá contratar uma pessoa porque ela é negra, mas, como Bento (2002) expõe, é só verificar sua equipe de profissionais e constatar quantos são os contratados brancos, sobretudo homens, e quantas vagas são de profissionais negros e, principalmente, mulheres negras.

Sobre *racismo estrutural*, Almeida (2018) apresenta questões importantes e profundas acerca da sociedade e sua estrutura. Ele mostra que essas questões refletem no funcionamento social e nos indivíduos e grupos de forma geral. O autor explana que as instituições sociais colaboram e sustentam a ordem social; sendo assim, elas não regem a estrutura social, mas são regidas por ela. Ou seja, tanto as instituições quanto o racismo que elas propagam fazem parte de uma estrutura. Desse modo, o autor diz que “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social”, da qual o racismo faz parte, e também que “as instituições são racistas porque a sociedade é racista”. Ele sustenta a ideia de que o racismo é estrutural e que “comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção”. (ALMEIDA, 2018, p.36-38)

É preciso entender o racismo como uma estrutura, mas isso não indica que essa estrutura é imutável. O problema nas relações raciais é extremamente profundo e medidas superficiais e provisórias não são suficientes para exterminar o racismo, a discriminação e o preconceito. Não podemos tratar desse problema como algo individual, mas não significa que não seja necessário rever as atitudes individualistas enquanto parte constituinte da sociedade.

De fato, silenciar diante de situações racistas seria uma forma de apoiar a questão, bem como tratar dessas questões com atitudes simplórias não contribuirão de forma efetiva. É absolutamente necessário nos posicionarmos de forma contrária à opressão e adotando métodos

antirracistas nos mais variados âmbitos sociais. Precisamos criar e propagar formas de, efetivamente, romper com a segregação racial e incentivar a desconstrução dos sentidos que cristalizaram e supremacia racial branca.

Um ponto muito importante a ser abordado é o modo como a estruturação da sociedade afeta os comportamentos e pensamentos dos sujeitos. A estrutura social racista opera tanto individual quanto coletivamente para grupos brancos em relação aos negros. A questão é que essa estrutura influencia negativamente os comportamentos individuais de negros, que são persuadidos pela ideia de hierarquia entre os grupos raciais. Almeida (p. 53, 2018) afirma que “somente a reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer um indivíduo, mesmo sendo negro, enxergar a si próprio e ao mundo que o circunda para além do imaginário racista.”

Jesus (2017) explica que a questão da classe social atua como fator de desigualdade e contribui com a divisão entre os grupos. A autora afirma que indivíduos das classes sociais mais baixas procuram se assemelhar às características brancas como meio de ascensão social e aquisição de privilégios e oportunidades que são negadas a negros. Ela ainda pontua que o pobre branco carrega o privilégio da cor, visto que indivíduos e grupos brancos são favorecidos, mesmo que neguem seu lugar privilegiado.

Nesse mesmo pensamento, sobre a questão de classe, Bento (2014) mostra que, mesmo considerando a pobreza, o branco ainda tem o privilégio de carregar as características da identidade branca e isso não é pouco. A autora afirma que a pobreza se baseia na cor e, com isso, considera que

tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um *déficit* muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. (BENTO, p. 27, 2014)

Cardoso (2017) expõe a questão de classe entre os brancos, dizendo que os brancos ricos consideram os brancos pobres degenerados. Isso porque os brancos deveriam alcançar o sucesso apenas pela característica da branquitude; desse modo, o branco que não cumpre com o seu destino está corrompido. O autor pontua ainda que, ideologicamente, o branco se torna degenerado no convívio social, diferente da atribuição de degeneração ao negro, como uma questão biológica.



O que foi considerado até aqui permite compreender ainda mais o motivo de ser extremamente necessário questionar a supremacia racial branca. A opressão desse grupo sobre os demais afeta as relações sociais, acarretando inúmeras consequências para os grupos desfavorecidos. Portanto, é necessário levantarmos discussões sobre a identidade racial branca e todo construto social que a envolve.

Antes de adentrarmos na discussão sobre a identidade branca, é necessário mencionarmos os conceitos de interseccionalidade e lugar de fala. Esses conceitos serão importantes em nossa análise, pois abrangem questões relevantes das relações sociais, como veremos no próximo tópico.

### **3.5 Interseccionalidade e lugar de fala – a relação com o lugar do dizer**

Antes de iniciarmos esta seção com um breve histórico desses conceitos, apresentamos um exemplo típico do que as mulheres negras, no movimento feminista negro, denunciavam e que ainda acontece.

Maria Aparecida da S. Bento, em 2000, testemunhou o descaso e a ação da branquitude quando, em um seminário, diversas mulheres de cargos e funções renomadas e importantes se reuniram para discutir a discriminação da mulher no trabalho. Durante todo o evento, não houve sequer uma menção sobre as mulheres negras, sendo que, há poucos dias, o país havia divulgado informações sobre o mercado de trabalho, as quais indicavam que as mulheres negras eram as mais discriminadas nesse segmento, no país. Bento (2014) expôs no relato que

as lideranças femininas conseguiram passar dois dias falando sobre discriminação da mulher no trabalho, sem sequer tocar na discriminação da mulher negra [...] uma indignação narcísica [...] com a violação dos direitos das trabalhadoras, mas só quando afeta seu grupo de pertença.” (BENTO, 2014, p. 28-29)

Esse fato narrado por Bento (2014) revela que, mesmo depois de anos das primeiras reivindicações das mulheres negras por não serem ouvidas e consideradas nos movimentos feministas, é possível se deparar com acontecimentos como o que ela expõe. Sua colocação mostra o quanto ainda é necessário discutir sobre o lugar do grupo racial negro, sobretudo da mulher negra.

Vamos apresentar as noções de interseccionalidade e lugar de fala, primeiramente. Ao final desta seção, abordaremos o conceito de lugar do dizer, fazendo uma relação entre essas noções para indicar a perspectiva discursiva que assumimos em nossa pesquisa.

Interseccionalidade e lugar de fala tiveram origem nas discussões do movimento feminista negro, principalmente dos Estados Unidos. Como Akotirene (2019, p.14) explana, essas considerações partem de “uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros”. A necessidade da formação de um movimento feminista negro surgiu, então, da não consideração da trajetória de mulheres negras na história por parte das feministas brancas que lideravam movimentos já existentes, além dos movimentos negros que não colocavam a luta das mulheres negras em suas pautas. Entre os nomes mais conhecidos das estudiosas que se destacaram nessas discussões, estão Angela Davis, Patricia Hill Collins, Bell Hooks e Audre Lorde.

Angela Davis, uma das principais intelectuais americanas, apresenta uma discussão de grande valor, apontando acontecimentos históricos que marcaram a luta das mulheres, principalmente das mulheres negras, entre os séculos XIX e XX, nos Estados Unidos. As mulheres escravizadas trabalharam desde sempre, não só servindo as casas dos senhores, mas grande parte delas era direcionadas para as lavouras, trabalhando da mesma forma que os homens escravizados. Ou seja, as mulheres negras passaram pela escravidão com o mesmo tratamento que os homens negros, exceto pelo fato de que, além de açoitadas e mutiladas, ainda eram estupradas. (DAVIS, 2016)

Foi por volta de 1830 que ocorreram diversas reivindicações e movimentos de resistência, nos Estados Unidos, por parte da população negra, das mulheres brancas, tanto de origem privilegiada quanto da classe trabalhadora, das indústrias. Desse modo, as mulheres brancas foram atraídas ao movimento abolicionista, entretanto, elas não tinham poder de fala, participavam de convenções apenas como espectadoras. Desse fato, surgiu a necessidade de criar movimentos destinados às mulheres, para lutar por seus direitos. Algumas mulheres tiveram papel fundamental ao indicarem que a luta contra o sexismo e o racismo era indissociável, reconhecendo que não havia peso maior entre as duas causas. Entre essas mulheres, estão Lucretia Mott e as irmãs Grimké. (DAVIS, 2016)

Entretanto, entre as convenções que aconteciam para discussões de tais pautas, a presença de mulheres negras para falarem de seus lugares e vivências era desconsiderada. Segundo Davis (2016), deveria ser perturbador para os membros das convenções, o fato de que, em um movimento abolicionista e defensor dos direitos das mulheres, não houvesse a presença de mulheres negras. Assim, era imprescindível mencionar a falha do movimento abolicionista, no qual sujeitos brancos estavam à frente, em não considerar a conscientização antirracista, o que foi levado também para o movimento de organização das mulheres.

Duas personalidades, mulheres negras, que desafiaram as regras sociais e falaram em público, numa época em que mulheres não podiam opinar, muito menos em público, merecem o destaque dado por Davis (2016): Maria Stewart, que, em um discurso de resposta aos ataques contra seu direito de falar, questionou “E daí que eu sou mulher?”, sendo a primeira mulher negra a proferir um discurso para uma plateia de homens e mulheres; e Sojourne Truth, enquanto mulher negra, proferiu o questionamento “Não sou eu uma mulher?”, apoiando a causa e reivindicando os direitos, não somente contra a opressão do racismo, mas também contra a dominação sexista (DAVIS, 2016). De acordo com Assis (2019), Sojourne Truth, mulher escravizada, nesse discurso feito em 1851, já adiantou as discussões que o conceito de interseccionalidade trataria futuramente.

De acordo com Assis (2019), Collins apresentou uma “matriz de dominação” e a partir disso mostrou que cada indivíduo, a partir do lugar que ocupa, tem uma visão única nas diversas situações nas relações cotidianas sociais. Isso implica pensar no conceito de lugar de fala, o qual indica que todos os sujeitos ocupam um lugar social e isso projeta um modo de vivenciar e experienciar a vida. Além disso, a consideração de Collins mostrou que os marcadores sociais de raça e gênero delimitam o espaço da mulher. É essa articulação dos marcadores que começa a caracterizar o conceito de interseccionalidade.

Para Assis (2019, p. 18), os pontos principais dessa discussão são:

- a) interseccionalidade é uma das ferramentas teórico-metodológicas possíveis para entender as múltiplas opressões; b) a interseccionalidade não estabelece uma hierarquia ou somatória de opressões; c) o lugar de fala de cada indivíduo é multirreferenciado a partir de suas experiências.

A sistematização do conceito de interseccionalidade foi feita em 1989 pela feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw, formada em ciências jurídicas. De acordo com Assis (2019), o conceito apresentado por Crenshaw dá suporte teórico metodológico para o entendimento da ação de diversos marcadores sociais juntos e seus modos de exclusão social. Com isso, podemos entender que, em relação às mulheres, por exemplo, o marcador de gênero não é suficiente para alcançar as vivências do marcador de raça, bem como o marcador de raça não abrange o de gênero.

No Brasil, a história de luta das mulheres negras é marcada fortemente desde a formação do país, considerando, de acordo com Assis (2019), que as escravizadas sofriam violência de diversos tipos e buscavam sobreviver em meio ao cenário de escravidão. Muitas mulheres

negras estiveram em movimentos de militância antes de uma formação do movimento feminista negro, no entanto, como já mencionamos, seus lugares eram silenciados.

Traçando alguns pontos históricos, Assis (2019) destaca as décadas de 1970 e 1980, nos quais mulheres negras tiveram um momento de ascensão do movimento, juntamente com outros, conseguindo incluir as questões de gênero e raça em pautas políticas no país. Assim:

De maneira gradativa, as pautas das mulheres negras foram ganhando espaço e, durante a chamada década da mulher, o alcance de temáticas de gênero e raça alcançaram as plataformas internacionais. Por esse motivo, a multiplicação dessas fontes de financiamento e do crescimento da presença das mulheres negras nos espaços políticos, reivindicando seu lugar de fala, é que o sexismo e o racismo nos movimentos sociais começam a ser apontados concomitantemente nos espaços de militâncias. E, assim, esses preconceitos passam a ser combatidos também de forma conjuntural. (ASSIS, 2019, p. 29)

Nesse tempo de ampliação dos espaços de militância, é que mulheres negras conseguiram denunciar a falta de representatividade nos movimentos feministas e em outros diversos. A representatividade e a abertura de meios de expressão de mulheres negras aconteceram, então, com muita luta e reivindicações, visto que os movimentos feministas não apresentavam integrantes negras, como já mencionamos, no contexto histórico dos Estados Unidos. Percebemos, portanto, que os marcadores sociais agem de forma articulada diante do padrão normativo imposto. Por isso, especificaremos alguns pontos importantes dos conceitos de que estamos tratando aqui.

De acordo com Akotirene (2019), o conceito de interseccionalidade permite um olhar teórico-metodológico para a estrutura social racista, capitalista e cisheteropatriarcal. Essa estrutura resulta em cruzamentos e sobreposições dos marcadores de raça, gênero e classe (e outros ainda, como o de sexualidade). A autora expõe que mulheres negras são atingidas por esses cruzamentos diversas vezes. É a partir dessa questão que o feminismo negro pauta suas lutas e reivindicações; ele trabalha o marcador de raça no combate à estereotipia dos privilégios de gênero, de classe e das cisheteronormatividades, todas em articulação. (AKOTIRENE, 2019)

Levantamos aqui um ponto muito importante no que se refere aos movimentos feministas, ou, de modo geral, no que se refere às mulheres. Trataremos, nas seções seguintes, da identidade branca e dos privilégios desse grupo racial; esses privilégios são inúmeros e, por vezes, não se relacionam a benefícios materiais ou algo relacionado, mas vão muito além disso, como mostra Akotirene (2019), ao relacionar os pensamentos de Audre Lorde e Achille Mbembe:

Enquanto mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas, que confessional e militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista branco de valorização da vida contra o aborto. (AKOTIRENE, 2019, p. 16)

Outro ponto que ressaltamos sobre a interseccionalidade é a hierarquia social. Apesar de diversos autores utilizarem o termo, entendemos, a partir dos estudos do conceito de interseccionalidade, que não há possibilidade de comparação dos sofrimentos daqueles que são marcados pelas caracterizações sociais. Ou seja, na visão das pensadoras do movimento feminista negro, não existe um recurso de soma entre os marcadores sociais que levem uma pessoa a sofrer mais que outra, mesmo porque já mencionamos sobre a articulação entre os marcadores.

Sobre isso, Akotirene (2019, p. 24) diz que “juntos, racismo, capitalismo e heteropatriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica”. A autora menciona Patricia Hill Collins, dizendo que o conceito de interseccionalidade não se aplica a somas, mas a análises sobre a estrutura que atravessa corpos e os significa subjetivamente dentro de uma estrutura que apresenta uma matriz de opressão. E, citando Fabiana Leonel, ela ainda comenta que as encruzilhadas dos marcadores sociais apresentam uma rede complexa de desigualdades. (AKOTIRENE, 2019)

Essa breve discussão apontou apenas algumas questões das considerações do feminismo negro. Na continuidade dos estudos desse movimento, as intelectuais que discutiam sobre as posições de cada sujeito atravessados pelos marcadores sociais também chegaram ao conceito de lugar de fala. De acordo com Ribeiro (2019), foi a discussão do *feminist standpoint* que permitiu refletir sobre o “ponto de vista feminista”. Essa teoria aponta para a possibilidade de mostrar o lugar de fala das diferentes realidades vividas numa sociedade hegemônica.

Essa autora mostra que na questão de gênero, por exemplo, temos uma diferenciação entre a experiência de uma mulher negra para uma mulher branca, o que pode ser verificado nos comentários da postagem que selecionamos para análise, quando mulheres negras contam as experiências que passaram por conta de sua cor ou gênero. Ou seja, a localização de cada uma na estrutura social vai demarcar as experiências de cada uma. Também mencionando Collins, Ribeiro (2019) explana que os marcadores de gênero, classe e sexualidade, por exemplo, a depender de suas características, podem favorecer indivíduos e, conseqüentemente, abranger todo um grupo. Como apontamos, o favoritismo depende das características, pois os mesmos marcadores podem também subordinar e marginalizar.

Uma crítica aos estudos desse conceito pode ser indicada quando a abordagem apresenta uma visão individualista. Pensar os problemas de forma isolada pode fazer com que a questão se torne menor, sendo que a estrutura social forma grupos submissos, os quais perdem a vez e a voz na sociedade hierarquizada. Assim, vários indivíduos são caracterizados de tal forma e isso resulta em experiências comuns formando grupos marcados socialmente.

A discussão toma como referência, então, a estrutura social e isso impede um olhar puramente individual. Não é desconsiderar as situações que cada indivíduo passa, mas entender que cada indivíduo está inserido em um grupo. Desse modo, mesmo que um indivíduo pertencente a determinado grupo diga que não foi afetado pela estrutura social, não devemos aplicar seu posicionamento individualista ao todo. Assim, pensando nas características da branquitude, por exemplo, mesmo que um sujeito branco se coloque contra a opressão de seu grupo, não deixará de ser beneficiado por pertencer a esse. Por isso, o questionamento se direciona à legitimidade dada ao grupo que se localiza num lugar de poder social. (RIBEIRO, 2019)

Como já mencionamos e ainda abordaremos melhor mais à frente, os grupos que foram considerados uma norma padrão e superior na sociedade sempre tiveram seu lugar garantido em todas as esferas sociais. Isso tem como consequência um lugar de fala exclusivo e único, que sempre fala e impõe sua voz, visão e pensamentos, entre outras questões. Essa comodidade de ser sempre ouvido criou uma resistência, ou melhor identificada como medo, diante da possibilidade de ter um espaço de expressão compartilhado, dividido. Portanto, há uma forte rejeição em ouvir e se dispor do lugar cômodo e privilegiado que sempre ocupou.

Essas atitudes do grupo racial branco mantêm a estrutura que silencia e impede a inserção dos grupos marginalizados nos lugares de importância na sociedade em diversos aspectos. Ribeiro (2019) esclarece que o processo de tomar consciência sobre a desestabilização da hegemonia provoca medo e vergonha por conta de um passado e um histórico de repressão e dominação violento; assumir que o grupo ao qual se pertence provocou dor e sofrimento durante séculos causa repulsa e seus integrantes, em maioria, preferem negar ou permanecer estáticos diante da realidade, agindo a favor da manutenção das desigualdades.

Segundo Ribeiro (2019), a noção de lugar de fala, direcionado aos grupos subalternos, vai além do “poder falar”, refere-se a poder ocupar um lugar, um espaço, expressar-se, ser ouvido, não ser silenciado ou diminuído, refere-se a existir. Aliás, é importante ressaltar, lugar de fala é todo e qualquer lugar ocupado socialmente, ou seja, todos têm um lugar de fala, mas nem todos os lugares de fala podem se expressar da mesma forma. Isso implica promover

reflexões a respeito do lugar de fala de indivíduos e grupos e como cada um pode se expressar e evidenciar suas lutas e reivindicações.

É relevante pensar que grupos marcados como padrão normativo passem a questionar o lugar que ocupam, ou questionar como ocupam o lugar no qual também foram colocados historicamente. Estudar sobre a masculinidade tóxica, por exemplo, pode ajudar homens a enxergarem seus posicionamentos opressores diante do que são cobrados socialmente, bem como a branquitude que, se reconhecer a dominação que faz perpetuar, pode passar a refletir e modificar seus atos e agir conscientemente em favor da igualdade e da equidade; entre outros pontos ligados aos marcadores sociais.

A abordagem histórica que fizemos no capítulo 3 possibilita refletir sobre a constituição dos sujeitos e das relações sociais interpeladas pela historicidade. Admitir a relação do lugar histórico e social com a posição que os sujeitos ocupam nos leva à noção de lugares do dizer, do discurso. Rose Carreira (2020) aborda o conceito de lugar do dizer analisando como o lugar de fala, que representa o lugar social e empírico dos sujeitos, atravessa e constitui o lugar discursivo ou o espaço do dizer.

A autora afirma que o analista do discurso não pode simplesmente ignorar as questões sociais, culturais e históricas nas quais os sujeitos estão inseridos, já que é na relação entre essas questões que eles se constituem e a partir disso é que enunciam. As relações entre o social, o cultural, o histórico e o político levam o analista a compreender determinados efeitos de sentido. Por isso, é importante para nossa pesquisa apresentar aspectos históricos das relações raciais, bem como considerar a questão de lugar de fala e interseccionalidade.

Como mostramos, as noções de lugar de fala e interseccionalidade indicam um modo de existir que é afetado por construções históricas. Para Carreira (2020, p.175), “apagar a existência de um espaço do existir pode levar ao apagamento de elementos relevantes para a compreensão do contexto linguístico”. Assim, na perspectiva discursiva, esse modo de existir reflete no lugar do dizer, o lugar do sujeito que assume um papel de enunciador e de coenunciador nas situações de enunciação.

Pensar em lugar do dizer para os sujeitos brancos nos leva a consolidar o questionamento que temos feito nesta pesquisa. Na discussão que Carreira (2020) propõe, ela expõe uma questão de legitimação dos lugares do dizer, pensando em como os sujeitos têm buscado reafirmar seu lugar no período atual. No entanto, considerando os sujeitos brancos, podemos dizer que eles têm uma legitimação de sentidos, ideológicos e simbólicos (construídos historicamente), que refletem materialmente. Os sujeitos brancos (ou branquitude, como veremos adiante) possuem

seu lugar e seus dizeres legitimados, ao passo que há uma deslegitimação dos sujeitos não brancos.

O que queremos explicar aqui é que o lugar do dizer dos sujeitos brancos reflete o lugar de existência da branquitude, mas há uma responsabilidade que acompanha essa relação entre o lugar do dizer e o lugar da existência desses sujeitos. O reflexo da construção histórica do lugar social da branquitude sustenta, no espaço do dizer, uma relação de opressão e de hierarquia. Portanto, esse modo de existência precisa ser problematizado e desconstruído para que, também, no espaço do dizer, na relação discursiva que atravessa todas as relações, os sentidos sejam outros. Por isso, propomo-nos a discutir a branquitude e questionar sua atuação no discurso.



#### 4 IDENTIDADE RACIAL BRANCA - BRANQUITUDE

Segundo Cardoso (2010), a primeira menção sobre o sujeito branco, em uma pesquisa acadêmica, foi feita por Freyre em 1962, na qual ele criticava a divisão dualista da realidade brasileira. Contudo, Guerreiro Ramos, em 1955 e 1957a, foi o primeiro autor a indicar o termo *brancura* com relação à identidade racial branca, o que seria equivalente ao termo *branquitude* nas pesquisas atuais. Cardoso (2010) aponta que foi a partir de 2000, apenas, que outros trabalhos tomaram como objeto de pesquisa e problemática a questão da branquitude, da identidade racial branca e suas implicações nas relações raciais. Para abordarmos a questão da identidade branca, destacamos os estudos de Maria Aparecida Silva Bento, Iray Carone, Edith Piza e Lourenço Cardoso, entre outros estudiosos que contribuem com a discussão.

Como citamos no capítulo de revisão histórica sobre as relações raciais, o período de ascensão dos estudos científicos nas mais diversas áreas de conhecimento, indicando hipóteses e teorias racistas, foi um dos principais fatores para a constituição do discurso da branquitude e ideologia racista. Esse período de racismo científico acarretou inúmeras consequências; entre elas, a isenção da responsabilidade do sujeito/grupo branco, ao mesmo tempo que elevou a sua imagem como ser humano único e normativo. Como veremos a seguir, há um jogo entre as imagens dos sujeitos brancos e não brancos, construído no discurso da branquitude. Em resumo, apontamos: há uma extrema visibilização do sujeito negro para situações negativas; e uma invisibilização do sujeito branco na responsabilidade sobre as relações raciais, ao passo que sua imagem é sempre valorizada.

O que devemos considerar é que a dominação branca na sociedade não é apenas um reflexo da cor da pele. Todo o processo sócio-histórico, que envolve a obtenção de privilégios materiais e simbólicos, recursos políticos, sociais e econômicos, sustentou os grupos e indivíduos brancos e os fizeram ocupar lugares sociais mais importantes e, conseqüentemente, serem detentores de poder.

Assim, entendemos que não é por merecimento que a “raça branca” ocupa lugares de valor na sociedade. Tratar dessa questão como mérito significa intensificar o discurso das desigualdades de forma velada. Almeida (2018, p.63) diz que a junção de meritocracia com o racismo histórico resulta em uma ideia de mérito individual, o que, na verdade, é “a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material”. Para contrariar a ideia de meritocracia, é necessário que não consideremos situações isoladas e casos individuais como determinantes, pois, como já mencionamos, os indivíduos e grupos não possuem as mesmas oportunidades.

Podemos entender que se trata de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação exercida não só por meio de força, violência e poder, mas também por meio de ações ideológicas disseminadas socialmente. Desse modo, as ações violentas contra negros, os casos de racismo, discriminação e desigualdades são naturalizados, construindo uma neutralidade para as ações racistas cometidas por brancos.

Bento (2014, p. 25), apesar de não tratar diretamente da questão de invisibilidade ou neutralidade da branquitude, afirma que “o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo de inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos, portanto, encarados como não tão humanos”. Já alguns autores e pesquisadores das relações raciais escolheram como ponto principal de suas pesquisas tratar sobre essa neutralidade do grupo/indivíduo branco. Essa questão é abordada tanto como neutralidade quanto como invisibilidade, como demonstrado a seguir.

Carone (2014) diz que a individualidade e a neutralidade enaltecidas da branquitude estão pressupostas em suas representações. Isso resulta em uma extrema visibilidade para o negro, ‘reduzido’ a um coletivo, marcado por cor, fenótipo e estereótipos de ordem social e moral. Como consequência dessas ocorrências, constatamos a constante problematização das questões raciais direcionadas somente aos negros, o oprimido é posto em situação de responsabilidade sobre um problema causado pelo opressor. Desse modo, Bento (2014, p. 26) ressalta que “o imaginário extremamente negativo sobre o negro, [...] solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre, por fim, justifica as desigualdades sociais”.

A partir disso, consideramos que “a neutralidade de cor/raça protege o indivíduo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade aumentada do negro o torna alvo preferencial de descargas e frustrações impostas pela vida social” (CARONE, 2014, p. 23). Essa neutralidade dos sujeitos brancos é algo adaptável, pois a branquitude consegue se colocar como modelo universal, estar visível para situações de valor positivo, enquanto se invisibiliza e se neutraliza em situações adversas.

Considerando o que Piza (2014) aborda sobre a branquitude, entendemos que esse conceito se refere ao lugar de conforto do branco nas diversas esferas sociais. Ela comenta que muitos brancos já estiveram nesse lugar cômodo, no qual não é necessário responder por nada, a não ser sobre sua individualidade. Podemos dizer, na verdade, que todo branco, pelo privilégio simbólico da cor de sua pele, ocupa um lugar cômodo e dificilmente é questionado sobre suas ações. Essa questão é abordada pela autora pelo fato de que há uma estereotipia que classifica e/ou determina diversos grupos de acordo com características específicas que são usadas para

referenciar o todo. Ou seja, como ela exemplifica, asiáticos sempre terão que responder ao estereótipo de inteligência e sucesso profissional. A diferença nesse caso é que essa característica, referente aos asiáticos, é uma característica positiva.

Desse modo, Piza (2014) diz que, se um negro comete uma falha ou um erro, todo o seu grupo será mencionado como se estivessem fadados a errar. No entanto, quando algo negativo acontece com um branco sua individualidade é preservada e seu grupo racial não é mencionado como um problema. Com isso, a autora afirma que “não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros”. (PIZA, 2014, p.72)

Nesse mesmo pensamento, Jesus (2017) classifica a branquitude como uma posição de superioridade que garante vantagens estruturais para os brancos e explica que isso acontece em sociedades que possuem uma hierarquia racial. A autora menciona também a importância de questionar a identidade racial branca como superior, como já mencionamos, mostrando que essa identidade sempre se omitiu sob a ideia de invisibilidade, o branco como padrão ideal.

O grupo racial branco (ou indivíduo) recebe diariamente oportunidades e privilégios que são vistos como atitudes normais, como comenta Jesus (2017). Isso ocorre sob a justificativa de afinidade ou simpatia de quem concede para quem recebe essas vantagens, o que acarreta em omitir e minimizar a questão racial e discriminatória que envolve essas situações. Para os brancos (uma maioria), manter esse lugar simbólico e material de regalias é muito cômodo e, por isso, a luta é para mantê-lo, mesmo que isso signifique o detrimento de outros indivíduos e grupos sob a pena de inúmeras consequências negativas.

Em concordância com essa consideração, Bento (2014) expõe que não caracterizar o lugar do branco e sua responsabilidade nas relações raciais é a garantia para manter os privilégios simbólicos e materiais. O silêncio e a cegueira diante dessas situações deixam os brancos isentos de ter que prestar conta e indenizar os negros, pois valorizam exclusivamente os interesses econômicos.

Como já considerado, retomamos aqui que as pesquisas com a temática das relações raciais, no racismo científico, silenciaram, excluíram, apagaram e/ou minimizaram a responsabilidade da elite, os brancos, em todo o construto da desigualdade racial. As marcas deixadas pelo período da escravidão foram extremamente negativas para os negros, e para os brancos é como se nada tivesse acontecido, pois foram afetados de modo positivo (BENTO, 2014).

Desse modo, os brancos não se veem (ou não querem se ver) como o ponto principal da manutenção da divisão e desigualdade racial, ou melhor, evitam se apresentar como

responsáveis por essas consequências. Além disso, pelas palavras de Bento (2014), quanto às relações raciais, há uma característica de narcisismo (o pacto narcísico) da branquitude: “o que parece interferir neste processo é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil”. (BENTO, 2014, p. 26).

Segundo Bento (2014), branquitude é a identidade racial branca do branco brasileiro decorrente das ideias do branqueamento. Com isso, ela diz que tanto a branquitude quanto o branqueamento potencializam o racismo. De acordo com a autora, um dos pontos principais de suas pesquisas é quanto à implementação de programas institucionais para o combate às desigualdades e:

o silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras. A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado. (BENTO, 2014, p. 26)

Contudo, observando como os fatos históricos e ideológicos constituintes da sociedade moldaram a estrutura social para a discriminação racial, alguns estudiosos, esses que já mencionamos e outros, passaram a analisar a parte realmente responsável pelo problema da divisão racial. Segundo Cardoso (2010), apesar de algumas pesquisas da década de 90 apresentarem uma problemática incluindo o branco em suas discussões, apenas pesquisas do ano de 2000 para frente abordaram a questão do grupo racial branco como responsável pela manutenção da hegemonia racial, como já citamos.

Desse modo, a questão racial continua sendo pauta de muitas pesquisas; porém, abordando o conceito de branquitude e contribuindo, portanto, de forma mais efetiva com os estudos das relações raciais. Tal conceito - branquitude - procura questionar a causa de não se problematizar o lugar de poder dado ao branco; desse modo, na relação opressor-oprimido não trabalharemos o lugar do oprimido, mas sim o lugar do opressor, o branco, como diz Piza (2014).

Para Silva (2017), a branquitude também pode ser definida como uma construção ideológica que permite ao branco delimitar os não brancos a partir do seu ponto de vista. Essa autora concorda que a branquitude permite a aquisição de vantagens de um grupo sob outro, vantagens tanto materiais, quanto simbólicas. Um ponto relevante que a autora considera é sobre a identidade branca estar na linha entre norma e neutralidade, ou seja, em cada situação,

é conveniente que a identidade branca seja defendida de uma forma. É a identidade normativa e superior, ao mesmo tempo que pode ser neutra, incontestável, quando corre o risco de ter seu lugar social alterado.

De acordo com Silva (2017), esse conceito não pode ser tratado como homogêneo e pode receber sempre novas ressignificações. A autora ainda comenta que, no Brasil, é necessário considerar todo o processo de miscigenação e da ideologia do branqueamento; dessa forma, não se deve limitar à dualidade branco e negro, mas considerar todo o construto histórico sobre a ideia de raça e as diversas tonalidades das cores de pele.

Laborne (2017) explana que as relações raciais no Brasil apresentam a branquitude como um lugar de prestígio nos âmbitos sociais, econômicos e políticos. A autora afirma que há uma divisão entre negros e brancos mascarada pela mestiçagem, o que mantém o funcionamento do racismo relacionado às hierarquias raciais das sociedades marcadas pelo colonialismo europeu. Laborne<sup>6</sup> (2017) identifica o conceito de branquitude como comportamento social. Para ela, o conceito se apoia numa estrutura de poder que leva os indivíduos a considerar uma racialidade neutra que mantém os privilégios sociais. Essa estrutura se estabelece em diversas instituições “conservadoras, reprodutoras e resistentes” que acabam por viabilizar e manter o quadro de desigualdades.

Laborne (2017) explica que não se deve ignorar os processos de construção da identidade branca. Essa ação resulta em reforçar a hegemonia branca e o sistema de privilégios, mantendo a normatividade da branquitude como “padrão universal a ser seguido”. A autora continua sua abordagem dizendo que a branquitude pode ser entendida como um sistema simbólico construído em um lugar de privilégio, mas, apesar de sua característica de sistema/estrutura/construção social, não significa que não pode ser alterada. É exatamente por ser um processo sócio-histórico que pode ser revisitada com ações afirmativas e efetivas que possibilitem sua desconstrução e reconstrução com sentidos diferentes e distantes de hegemonia e supremacia.

Cardoso (2010) explica que o argumento no qual a branquitude foi construída é o de lugar racial de superioridade. Os estudos teóricos desse tema fazem uma crítica a esse argumento que não indica um traço de essência, mas, sim, uma construção histórica social; portanto, pode ser desconstruída. Com isso, há a necessidade de que brancos antirracistas, dentro desse conflito, coloquem-se contra a opressão.

---

<sup>6</sup> Ebook – sem numeração de páginas.

Ao tratar sobre brancos progressistas que apoiam lutas antirracistas e propagam esse discurso contra as desigualdades, Bento (2014) afirma que a branquitude, o sentimento de pertença opera sobre as ações desses sujeitos. Ou seja, eles

reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação, e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. Há desigualdades? Há! Há uma carência negra? Há! Isso tem alguma coisa a ver com o branco? Não! É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerente de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes. (BENTO, 2014, p. 27)

Bento (2014, p. 39) ressalta que “talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios”. Assim, temos fortes características e definições da branquitude expostas nesse tópico que atravessam o que chamamos de discurso da branquitude neste trabalho: o pacto narcísico e a autopreservação, o medo da perda de um lugar social de vantagens, o silêncio em torno dos privilégios de ser branco, o modelo ideal de humanidade, o ideal de democracia racial para obter ganhos e negar o racismo na sociedade, o racismo científico “fundamentando” a superioridade da “raça branca”. Essas questões todas construíram a branquitude e interpelam os sujeitos nesse discurso.

A partir dessas considerações sobre a identidade racial branca, propõe-se, a seguir, abordar a divisão da branquitude, proposta por Lourenço Cardoso (2008) em suas pesquisas. Essa divisão é nomeada como branquitude crítica e branquitude acrítica, conceitos que possibilitam pensar sobre o grupo racial como um todo e em suas particularidades.

#### **4.1 Branquitude crítica e branquitude acrítica**

A proposta da divisão do conceito de branquitude teve início nos estudos de Lourenço Cardoso em 2008. A princípio, o autor definiu branquitude crítica como o indivíduo ou grupo pertencente à identidade racial branca que reprova publicamente o racismo, coloca-se contra a opressão, mesmo fazendo parte do grupo opressor (pelas características brancas). Como branquitude acrítica, o autor conceituou o indivíduo ou grupo de identidade racial branca que aprova a discriminação racial e contribui com a perpetuação do discurso racista, mantendo a superioridade racial branca. (CARDOSO, 2017)

Desse modo, se um indivíduo ou grupo branco se considera antirracista, mas não se declara abertamente como tal, esse, na verdade, deve ser incluído à branquitude acrítica. Assim, à princípio, para pertencer à branquitude crítica, é necessário lutar contra os próprios privilégios e romper com o discurso de supremacia racial. (CARDOSO, 2017)

Essa divisão feita por Cardoso (2010) se deu a partir de um questionamento do autor sobre as considerações dos *critical whiteness studies*. Esses estudos diferenciavam as práticas racistas feitas por brancos que condenam o racismo das que são feitas por quem sustenta a supremacia racial branca. No entanto, segundo Cardoso (2010), ao mencionarem a branquitude, generalizavam todos os indivíduos como homicidas, ou seja, capazes de matar negros. A partir dessa questão, o autor explica que a característica homicida é particular da branquitude acrítica, sendo necessário, portanto, diferenciar as pessoas, os grupos e suas práticas racistas.

Os apontamentos desse autor sobre a branquitude acrítica levam a entender o abismo existente entre os lados dessa divisão. Como citado, os brancos acrílicos agem com violência e com base em um poder – simbólico – que resulta em ações concretas. Ou seja, acreditam ser superiores e agem com hegemonia, causando extermínios quando se organizam de maneira extrema, ou sustentando o discurso de supremacia em atos cotidianos, com violência, discriminação, pressão social e poder.

Essas ponderações do autor são meios de problematizar as questões raciais e entender que a branquitude tem múltiplas características que precisam ser apontadas e questionadas. Com o desenvolvimento de suas propostas, Cardoso (2017) revisita os conceitos da divisão da branquitude, modificando pontos importantes de sua reflexão anterior.

Cardoso (2017) reflete sobre as características que atribuiu à branquitude crítica. Ele afirma que o indivíduo que desaprova o racismo publicamente pode não condenar essas ações em ambientes privados, de convívio particular. Ele menciona que as relações entre brancos em espaços particulares não são acessíveis, portanto, não temos acesso ao posicionamento a que aderem nessas situações.

Nos espaços particulares, as conversas e as piadas racistas persistem, os discursos que buscam manter os privilégios brancos são preservados e os ideais de poder do lugar do branco são mantidos. Não se pode, portanto, afirmar que a branquitude crítica é aquela que desaprova publicamente o racismo, quando não se tem acesso aos espaços privados de convívio dessa; é necessário, então, considerarmos a má-fé e a hipocrisia, como Cardoso (2017) menciona.

Essa revisão feita pelo autor é de grande importância, visto que é muito possível que pessoas de má fé utilizem de uma imagem antirracista para se promover socialmente, enquanto mantêm a estrutura hierarquizada nos diversos ambientes de seu convívio. Principalmente se

pensarmos na utilização das redes sociais que, por vezes, são meios de divulgação pessoal, ou mesmo institucional, por exemplo. Inúmeros perfis e páginas de redes sociais são criados para representar alguém ou algo e, como forma de promoção, podem optar por um “selo” antirracista para se promover socialmente, mas desconsiderar medidas positivas para desconstrução da estrutura social.

A partir dessas reflexões, Cardoso (2017) reúne, em uma tabela, algumas das características da branquitude crítica e da branquitude acrítica:

Figura 5 - Características da branquitude

TABELA 1 - AS CARACTERÍSTICAS DA BRANQUITUDE CRÍTICA E ACRÍTICA	
BRANQUITUDE CRÍTICA	BRANQUITUDE ACRÍTICA
1. Perfil. O branco de maneira em geral.	1. Perfil. O branco de maneira específica, membros ou simpatizantes de grupos da “neo-KKK” e neonazistas e outros dessa linha.
2. Desaprova o racismo publicamente.	2. Não é racista. Ele é “naturalmente” superior a todos os não brancos.
3. Difícil captar a desaprovação ao racismo no espaço privado. → Maior dificuldade metodológica para o pesquisador negro, devido aos segredos entre branco e branco. 4. Não crítica de forma geral o privilégio branco. 5. Vive sob o princípio da igualdade, em tese.	3. É público e notório que ele é superior. → A História comprova isto. 4. Não se baseia necessariamente na comprovação biológica de superioridade porque, na atualidade, tornou-se uma tese insustentável. 5. Defende o privilégio branco.
6. Vive sob o signo da modernidade.	6. Desconsidera o princípio da igualdade. O princípio seria uma imposição “absurda” da Carta Magna.
7. Ama, convive, “tolera”, “suporta”, convive hipocritamente com o Outro.	7. Vive sob o princípio da desigualdade, apesar do anacronismo.
8. Não prega o ódio racial.	8. Vive sob o signo da Tradição.
9. Ele é sincero, ele é hipócrita na sua concepção relativa ao negro.	9. Não suporta o Outro. 10. Prega o ódio racial.
	11. Ele possui características homicidas declaradas.
	12. É sincero na sua concepção a respeito do negro.

Fonte: Lourenço Cardoso (2017, Ebook sem paginação).

Diante dessas questões sobre a divisão da branquitude, deparamo-nos com uma dicotomia. No entanto, se pensarmos que as características das formas de racismo são muitas, consideramos também que é diverso o que caracteriza a branquitude. Como indicado na tabela de Cardoso (2017), as características que definem cada um dos tipos de branquitude são muitas, mas podemos pensar em características como a de uma pessoa que nega a existência de racismo, que coloca a questão como uma invenção e argumenta sobre isso, obviamente, com argumentos rasos e sem fundamento.

Outro ponto é o que já mencionamos sobre a hipocrisia. É possível que um sujeito esteja vinculado ao discurso da branquitude crítica publicamente, mas mantenha atitudes racistas em ambientes particulares. Esse deveria ser, então, classificado como um sujeito hipócrita. Isso



modifica a relação da branquitude crítica com sujeitos que realmente estão em processo de desenvolvimento e envolvimento no discurso da branquitude crítica. Sujeitos que se colocam como antirracistas, trabalhando em prol de medidas que busquem acabar com as desigualdades e que lutam contra a opressão, mesmo fazendo parte do grupo opressor. Podemos pensar então, no âmbito do dizer, que os sujeitos podem assumir um papel a partir da hipocrisia ou a partir da verdade quando interpelados pelos sentidos que atravessam as relações raciais. Entretanto, a dificuldade dessa questão está em confirmar se o sujeito, no discurso da branquitude crítica, está sendo sincero quanto ao seu posicionamento.

Essas divergências nos “tipos” de branquitude precisam ser discutidas para que haja um entendimento maior sobre a influência do branco na manutenção do racismo e das desigualdades. Bento (2014, p. 43) traz para sua discussão uma consideração de Janet Helms sobre a ideia de que pode ocorrer uma evolução da branquitude:

Janet Helms (1990:3) descreve a evolução de uma possível identidade racial branca não racista que pode ser alcançada se a pessoa aceitar sua própria branquitude, e as implicações culturais, políticas, socioeconômicas de ser branca, definindo uma visão do eu como ser racial. Ela identifica seis estágios no seu modelo de desenvolvimento da identidade racial branca: *contato, desintegração, reintegração, falsa independência, imersão/emersão e autonomia*. (HELMS, 1990, apud BENTO, 2014, p. 43, grifos da autora)

O primeiro estágio é o contato, que indica uma curiosidade ou um medo de pessoas negras baseados em estereótipos apreendidos durante a vivência dos sujeitos. Se essa vivência se intensifica, as pessoas podem passar por um processo de reconhecimento e entendimento de que há um forte racismo institucional e cultural, então se passa ao estágio da desintegração. Aqui está um ponto que queremos destacar. Se, nesse estágio, os sujeitos brancos não souberem lidar com “o desconforto da culpa, vergonha e, algumas vezes, raiva diante da identificação de suas próprias vantagens por serem brancos e o reconhecimento do papel dos indivíduos brancos na manutenção do sistema racista”, podem tratar essas questões com descaso, afirmando que o “racismo realmente não existe ou, se existe, é culpa de suas vítimas”. (BENTO, 2014, p. 43)

Essa negação do racismo ou culpabilização dos negros pelo racismo remetem às ideias do mito da democracia racial e interpelam o discurso dos sujeitos até hoje. Assim, como citamos anteriormente, o discurso da branquitude pode se caracterizar por essas duas possibilidades descritas. É um meio de se isentar da responsabilidade que seu grupo racial – branco – carrega, devido a todo o processo que já mencionamos aqui.

Vamos destacar também o último estágio, que seria a autonomia. Esse estágio seria o ponto mais importante para o sujeito branco, sendo necessário que ele internalizasse um novo modo de ser branco na sociedade, ou seja, modificasse seu modo de agir e atuar socialmente. Essa redefinição, segundo Bento (2014), é um modo de se colocar na luta contra a opressão e o racismo, concentrar seu esforço para ir contra essas questões no cotidiano. Isso remete à primeira ideia de branquitude crítica proposta por Cardoso.

Contudo, precisamos pensar nas condições para que essa seja uma branquitude realmente crítica. Sendo assim, é necessário que, nesse estágio, os sujeitos brancos entendam que esse é um “processo sempre em andamento, no qual a pessoa precisa estar continuamente aberta a novas informações e novas formas de pensar sobre variáveis culturais e raciais” (BENTO, 2014, p. 44). Além disso, o sujeito branco precisa ter pleno entendimento de que mesmo sendo antirracista, sendo ativista em movimentos de discussão racial, colocando-se contra a opressão de seu grupo, ainda assim, faz parte do grupo racial branco e é beneficiado na sociedade, nas mais diversas situações. Como já mencionamos, só pela cor da pele, o branco já recebe privilégios.

Por isso, consideramos de grande importância reconhecer as diferenças entre as características da branquitude. Propomo-nos a repensar a dicotomia da conceituação e analisar outros modos de atuação da branquitude frente às questões raciais. Acreditamos que a branquitude pode ser classificada com mais especificações que complementam a divisão entre branquitude crítica e branquitude acrítica. Entender que a branquitude se revela em diferentes facetas, de acordo com o lugar social que os sujeitos ocupam, permitir-nos-á pensar como esse lugar é ocupado no âmbito do dizer, do discurso. Como os sujeitos se posicionam discursivamente enquanto grupo racial nas relações sociais.

Portanto, as considerações que apresentamos sobre os conceitos de branquitude e seus tipos serão um suporte necessário para analisarmos o discurso da branquitude na próxima seção.

## 5 DISCURSO DA BRANQUITUDE – UMA ANÁLISE

### 5.1 A metodologia de análise

O racismo, enquanto parte da estrutura da sociedade e ação contínua do discurso da branquitude, revela-se em todas as esferas sociais. Seja nas instituições, nas relações individuais, coletivas, na religião, no âmbito acadêmico etc.; e não seria diferente perceber as manifestações de racismo nas relações virtuais, na *internet*. Nosso interesse pela interação dos sujeitos na *internet* se deu pelas inúmeras possibilidades e recursos que esse “ambiente” permite, principalmente nas redes sociais virtuais, como exemplificamos anteriormente, nas figuras de 1 a 4.

Desse modo, entre as redes sociais mais usadas no Brasil, escolhemos o site *Instagram*, do qual analisaremos uma publicação de uma página pessoal e aberta, da atriz Maria Flor, como já mencionamos. A publicação da atriz teve uma grande repercussão, tendo recebido uma interação com cerca de 8.758 comentários, além de ter sido repostada por páginas grandes como a Quebrando o Tabu, por exemplo. Decidimos utilizar essa postagem, não só pela repercussão que teve, mas por apresentar um sujeito branco, tratando sobre as relações raciais e possibilitando a análise de sua construção no discurso da branquitude, bem como pela interação dos internautas na postagem, o que poderia nos propiciar um recorte maior, considerando os comentários destes.

Escolhemos esse *corpus* também por seus desdobramentos que são uma característica comum da textualidade da *Web*. Há uma hipertextualidade que permite essa referência e abertura a outros textos, meios e páginas. Nosso *corpus* de análise apresenta esse desdobramento possibilitado pelos comentários e repostagens que são recorrentes nas redes sociais.

Charaudeau (2011) classifica modos de trabalhar com um *corpus* em Análise do Discurso. Nessa discussão, ele aborda as perspectivas qualitativas e quantitativas em pesquisas da AD. O autor sugere que, mesmo optando por uma análise quantitativa, essa junção de dados possibilita uma amostra que pode representar as categorias em uma análise qualitativa. Charaudeau (2011) aponta que a amostra proposta em uma análise não precisa ser uma representação do todo, mas pode constituir uma representação das categorias selecionadas para determinada análise.

Podemos considerar que, em nosso trabalho, adotamos uma perspectiva qualitativa, com uma análise teórico-metodológica, articulando os conceitos de *ethos* e cenografia da Análise do

Discurso e os estudos das relações raciais, principalmente a teoria da branquitude por uma perspectiva discursiva, ou seja, a categoria seria o discurso da branquitude. Junto a isso, temos a abordagem sobre o espaço virtual das redes sociais no qual podemos analisar o posicionamento dos sujeitos frente aos discursos das relações raciais.

A junção desses conceitos, nesta pesquisa, se fez necessária por entendermos que, no que tange às relações raciais no Brasil, uma grande questão que faz o racismo e as desigualdades perpetuarem é esse acobertamento e não discussão sobre os sujeitos ativos do discurso da branquitude. Em um estudo da área de Linguagens, nessa perspectiva transdisciplinar da AD, que envolve o social e o histórico, abordamos o discurso como meio de manutenção das desigualdades e os sujeitos como agentes dessas significações ideológicas.

É importante atentarmos para a questão do sujeito, que já mencionamos. Essa noção permite deslocarmos a análise para um sujeito do discurso e não para a pessoa física e psíquica que age socialmente. Adotamos a perspectiva de que o sujeito é afetado pela ideologia, pode ser sobredeterminado sim, ou seja, afetado por ideias comuns, estereótipos, pré-conceitos e saberes compartilhados. No entanto, esse sujeito ocupa um posicionamento social e deve se responsabilizar por tal (CHARAUDEAU, 2011).

Por isso, chamamos a atenção para o fato de que não estamos analisando a atriz (Maria Flor) que fez o *post*, nem os internautas que escreveram os comentários, mas estamos analisando os posicionamentos discursivos de sujeitos que ocupam lugares sociais e são interpelados por discursos que se movimentam e se atravessam nas relações raciais. Ou seja, não vamos analisar o que a atriz disse, pensando no posicionamento social dela, mas vamos analisar um sujeito em um lugar discursivo que produz enunciados com sentidos diversos e possíveis a partir de inscrições históricas e sociais que o interpela.

Nesta parte, precisamos identificar a atriz pelo fato de ela ser uma pessoa conhecida publicamente, pois isso interfere na recepção do que ela enuncia enquanto um sujeito que ocupa esse lugar de visibilidade. Os dizeres dos sujeitos podem ser recebidos de formas diferentes a depender do lugar que ocupam.

O fato de Maria Flor ser uma atriz reconhecida no país e reunir quase 600mil seguidores no *Instagram* interfere na forma como os coenunciadores recebem o que ela enuncia e nos efeitos de sentido provocados na enunciação. Apontamos aqui que o lugar social de Flor, enquanto mulher, branca, atriz famosa, de classe social mais alta, implica o lugar discursivo dela enquanto sujeito do dizer. A partir disso, reforçamos que nosso objetivo é analisar o enunciatador que emerge na cena de enunciação. Destacamos que, na análise, marcaremos o gênero do enunciatador, assim, trataremos do que a atriz enuncia usando a referência ao sujeito

feminino como enunciadora para marcar o que trabalhamos nas noções de interseccionalidade e lugar de fala na relação com o lugar do dizer.

Com a temática e o interesse de pesquisa já delimitado, o analista deve constituir um *corpus* de análise a partir de seu ponto de vista. Nesse processo, em nossa pesquisa, delimitamos o *corpus* a partir da temática que escolhemos: abordar as relações raciais com foco no conceito de branquitude, levantando questionamentos e problemáticas em torno dos sujeitos do grupo racial branco que assumem um lugar no discurso. O *corpus* selecionado foi escolhido por apresentar um enunciado de um sujeito branco mencionando uma questão relacionada às relações raciais cuja enunciação se deu em uma rede social, o espaço virtual que nos interessa pesquisar relações entre sujeitos.

Assim, o *post* do *Instagram* da atriz nos permitirá apontar a relação entre sujeitos atravessados pelo discurso da branquitude e pelo discurso das relações raciais, em um espaço virtual de interação que implica em um modo de existência e significação diferente de relações fora do âmbito virtual. Nosso caminho de análise apontará as categorias de *ethos* discursivo, de cenografia. Depois faremos uma articulação entre essas categorias e o discurso em duas esferas – o discurso das redes sociais e o discurso da branquitude.

A seguir, apresentamos nosso *corpus* de análise e para melhor visualização inserimos os *prints* da tela da publicação que mencionamos:

Figura 6 – Publicação - parte 1



Figura 7 - Publicação - parte 2



Fonte: <<https://www.instagram.com/p/Bt9DAxMBhM7/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

## 5.2 A cenografia – possibilidades que emergem na postagem do *Instagram* e a Textualidade “navegante”

Iniciamos nossa análise retomando as considerações sobre a noção da textualidade<sup>7</sup> presente nos sites da *Web*, que apresentamos no capítulo 2. As questões que Maingueneau (2015) apontam sobre a cenografia digital aparecem nas figuras 6 e 7 que apresentamos. Há um mosaico de telas que formam um todo, com diversos recursos que se configuram em hiperlinks e levam para outras páginas ou expandem o conteúdo, como o sinal de “soma” na última imagem, que indica “mais comentários”. Há símbolos que ficam imóveis na tela, que permitem interações com a publicação, assim, o usuário do *Instagram* pode curtir a postagem ao clicar no coração, comentar ao clicar no balão de fala, enviar para alguém ao clicar na seta ou salvar o *post* se clicar na bandeira do lado direito. Todos esses ícones fazem parte dessa textualidade e toda essa textualidade importa, pois compõe o todo.

<sup>7</sup> Chamar a textualidade da internet de “navegante” é fazer referência ao que comumente se diz ao acessar os sites e páginas da *Web*. É comum dizer “Estou navegando na internet”, ou seja, é como metaforizar essa imensidão que o acesso à internet proporciona, navegar em um mar de possibilidades.

É possível acessar a conta pessoal de Jonathan pelo seu nome de usuário, um link destacado em azul no início do texto de Maria Flor. Ao clicar na foto de perfil de Maria Flor seria possível também ver sua publicação no *story*, um outro recurso do *Instagram* que permite postagens diversas e podem durar até 24 horas, depois são arquivadas para o acesso pessoal do usuário, a menos que este resolva deixar em destaque. Ao clicar no símbolo do *Instagram* no canto superior esquerdo da tela, há um redirecionamento para o *feed* de notícias, onde aparecem todas as postagens das pessoas que o usuário segue.

Enfim, há uma diversidade de recursos que podem ser identificados nos três componentes que Maingueneau (2015) apresenta: o *iconotextual*, já que o *Instagram* é composto por imagens e se configura com uma imagem na tela de acesso; o arquitetural, visto que há muitas possibilidades de acesso por links para acionar outras páginas e “espaços” no *Instagram* ou em outros sites fora dele; e o procedural, que apresenta conteúdos diferentes em cada página específica e que o internauta escolhe acessar. É uma rede de gêneros que permitem acessos simultâneos e podem ser alterados e modificados o tempo todo.

As cenografias que emergem a partir da textualidade navegante da *Internet* podem ser muitas; apesar disso, algumas regularidades podem ser encontradas; no *Instagram* por exemplo, não é possível publicar apenas um texto escrito sem estar acompanhado de uma imagem, a menos que a imagem seja de um texto escrito, como cita Maingueneau (2015), ao falar dos dois níveis da dimensão icônica.

É difícil identificarmos uma cena englobante para as redes sociais, mas, para a cena genérica, talvez pudéssemos classificar um discurso de entretenimento. Diversas redes sociais e sites de interação virtual já foram criadas desde os anos 90, alguns já não existem mais, como é o caso do MSN que foi desativado em 2013<sup>8</sup>. Quando as redes sociais começaram a ser utilizadas, talvez o intuito fosse apenas como um passatempo, ou como uma nova forma de comunicação, mais rápida, com mais recursos, atualizada e tecnológica.

Entretanto, atualmente redes sociais como o *Facebook* e o *Instagram*, por exemplo, são usadas para muito além de uma página pessoal. Há muitas páginas utilizadas para promover marcas, produtos, empresas, projetos, informações, notícias etc. Isso faz com que a cena genérica seja cada vez menos fixa nesses sites (ou podemos pensar que para cada página haja uma regularidade, a depender do objetivo de cada uma). Desse modo, não há uma regra específica para os conteúdos a serem compartilhados, a única restrição, que já comentamos, é

---

<sup>8</sup> Pesquisa rápida pelo google no site <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/04/veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-fim-do-msn-messenger.html>> Acesso em: 12/04/21.

o fato de que, no *Instagram*, só é possível fazer uma postagem a partir de uma imagem ou um vídeo, que pode ou não ser acompanhado de um texto escrito (digitado) – a legenda – (a menos que a imagem ou o vídeo apresentem um texto). Diferente do *Facebook*, que permite essa postagem independentemente de um arquivo de mídia. As redes sociais são espaços na *Web* que permitem uma interação entre internautas - sujeitos que acessam essas redes e, por algum motivo, mantêm uma relação virtual, (seja como um “amigo” no *Facebook* ou como um “seguidor” no *Instagram*, por exemplo).

Desse modo, a cena genérica abre espaço para diversas possibilidades de cenografia no *Instagram*, que ficam em primeiro plano. Para as páginas pessoais, é esperado que as postagens sejam relacionadas à vida e ao cotidiano do administrador dessa página, com informações, acontecimentos, notícias, declarações, questões que se refiram à personalidade e à pessoalidade desse usuário. O que não impede outras possibilidades de postagem, como um compartilhamento de uma notícia de jornal, por exemplo.

Na página da qual selecionamos o *corpus* de análise, temos uma figura pública que mantém sua página aberta permitindo que qualquer sujeito que possui uma conta no *Instagram* tenha acesso às suas postagens<sup>9</sup>. Precisamos identificar esse sujeito, justamente por ser uma pessoa famosa, conhecida por sua profissão (isso implica ainda mais a questão da aceitação ou não de um público daquilo que esse sujeito enuncia); mas lembramos que, em nossa análise, não estamos apontando a pessoalidade, ou seja, não estamos analisando a fala da pessoa da atriz, mas um sujeito do discurso que emerge como enunciador, interpelado por formações discursivas diversas e que ocupa uma posição social, um lugar.

Identificar essa posição do sujeito enunciador é importante para motivar as categorias de análise. Maingueneau (2015, p. 72) aponta que:

O surgimento da internet modificou profundamente a modalidades de valência genérica interna, já que, desde então, qualquer texto escrito ou oral produzido em uma situação informal pode vir a figurar, no todo ou em parte, na *Web* e ser redistribuído em seguida na mídia para ser comentado. [...] Além do mais, essa eventualidade tem incidências sobre o locutor, quando se trata de uma personalidade pública: ela é obrigada a integrar a ideia de que as falas enunciadas em uma situação que considera informal podem entrar em circulação.

Essa afirmação do autor traz a ideia de que os textos publicados na *internet* não têm um destinatário fixo, planejado ou único. Mesmo que uma página seja privada, não é possível ter o

---

<sup>9</sup> É possível privar uma página para que apenas as pessoas que o usuário aceitar, possam ter acesso aos conteúdos publicados.



controle total de quem acompanha uma página, visto que há recursos para se “camuflar” ou manter um anonimato de sua identidade real; os conteúdos podem circular com facilidade por outros meios, podem “viralizar” rapidamente. Além disso, Maingueneau (2015) aponta que se o locutor é uma pessoa pública seu enunciado pode ter ainda mais alcance, chegar a um público mais amplo.

Por isso, precisamos fazer essa identificação do sujeito que administra essa página. É uma atriz conhecida que reúne (até o dia 18/04/2021) cerca de 582 mil seguidores e mantém o acesso à página aberto, o que permite até que usuários que não são seus seguidores (coenunciadores) vejam suas postagens. Como dissemos, não é possível ter controle de quem são esses “seguidores”, mas, observando comentários positivos e o número de curtidas em suas publicações podemos dizer que há um público que reúne sujeitos que se identificam com a atriz e que são afetados pelos sentidos produzidos nos enunciados da página da atriz - (o que não impede a “presença” de seguidores que não gostam dela ou de seus conteúdos, mas ainda assim a acompanham).

A princípio, ao se deparar com a postagem que mostramos nas figuras 6 e 7, tendo acesso primeiramente a imagem, pode ser construída uma cenografia de lembrança ou uma recordação, principalmente para os fãs, os coenunciadores, que já sabiam do relacionamento que ela teve com o ator. A legenda do texto modifica isso, trazendo uma segunda cenografia de relato. No decorrer do texto, essas cenografias vão se modificando e tomando um sentido de reivindicação e conscientização sobre a causa das relações raciais. Então emerge uma terceira cenografia de denúncia.

Em nossa análise, podemos ainda identificar uma quarta cenografia: a confessional. Emerge nessa postagem uma cenografia de testemunho, uma revelação, uma experiência. Aliás, essa é uma característica muito presente nas redes sociais. É comum que os sujeitos que navegam na *internet* publiquem questões pessoais como se estivessem contando algo, seja em forma de denúncia, ou de esclarecimento, ou de declaração, ou de confissão etc.

Essa questão da confissão tem uma marca cultural histórica que pode ser identificada a partir do século XVIII. Segundo Foucault (1999), houve uma movimentação da Igreja Católica para que as pessoas confessassem seus pecados, principalmente no que se tratava de discursos sobre sexualidade. Por meio da confissão, as pessoas receberiam uma remissão, seriam libertas do peso do pecado. Isso passou a ser uma tradição, que instaurou os sentidos de que a “culpa” desapareceria se fosse confessada. Acreditamos que esses sentidos de perdão e remissão da culpa motivem a recorrência de relatos confessionais em redes sociais.

Essas cenografias que emergiram nesse enunciado podem ser uma junção com a imagem construída no desenvolvimento do enunciado. Veremos a seguir a constituição dessa imagem de si no discurso que interpela esse enunciado.

### 5.3 O *ethos* discursivo – a imagem construída na postagem

Procuramos nos atentar às formulações que a enunciativa apresentou para entendermos como foi construído o *ethos* discursivo em sua enunciação. Buscamos as evidências das características do discurso da branquitude em seu relato e apontamos quais os recursos ele buscou para validar seu enunciado. Transcrevemos o texto para facilitar a leitura:

Durante três anos eu namorei o ator @jonathanhaangensen. o Jonathan morava e ainda mora no Vidigal. Ele é negro, eu sou branca. A gente se conheceu em um filme e se apaixonou. Isso não tinha nada a ver com a nossa cor. E lá atrás, eu com 19 e ele com 20 anos, a gente não pensou sobre isso. Mas estava lá, o tempo todo estava lá. E a gente foi percebendo que não era normal a gente junto em um restaurante, que não era comum a gente fazendo compras no mercado, que não era tranquilo ele dirigir o carro porque seríamos parados na blitz se ele estivesse dirigindo e não eu. Eu lembro de um dia que fomos parados na entrada do Vidigal por policiais. Jonathan disse que era morador, mas os policiais mandaram ele descer do carro e começaram a revistá-lo aquilo era humilhante. Eu na minha jovem arrogância desci do carro e gritei com o policial. E perguntei indignada o que ele estava fazendo. O Jonathan pediu para eu parar, mas eu gritei e perdi a mão. E o policial nos levou para a delegacia. Tudo que ele tinha passado a vida evitando eu tinha feito acontecer por um capricho meu, por não olhar para tudo a minha volta e perceber que a coisa era muito mais grave. Que abaixar a cabeça tinha sido a realidade dele e eu achei que poderia salvá-lo disso. Eu, branca, garota da zona sul do Rio de Janeiro, achei que podia fazer justiça. Mas não, eu não podia, e eu só fiz ele passar por uma humilhação que eu jamais entenderia. Jamais. E mesmo tendo visto e vivido a experiência de ser olhada nos lugares por estar de mãos dadas com um negro, eu jamais entenderei. E sim, temos que olhar para o lado e perceber que a não existência de um negro na escola do nosso filho não é normal, que não ter um negro no cinema ao nosso lado não é normal. E não pensamos nisso. Não percebemos nosso próprio descaso diário. E não percebemos o racismo estrutural que existe em nós. Hoje, eu acho que nosso namoro terminou pela nossa incapacidade de perceber essa distância social que existe na cor da nossa pele.

(MARIA FLOR. São Paulo (SP), 18 fev. 2019. Instagram: @mariaflor31. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Bt9DAXMBhM7/>>. Acesso em 19 abr. 2019)

Logo no início de seu texto, a enunciadora vai se identificando e, ao mesmo tempo, caracterizando a pessoa de quem fala. Seu enunciado pode ser, em um primeiro momento, posto de tal forma:

Tabela 1 - Caracterização dos sujeitos

Enunciadora – sujeito discursivo.	Pessoa representada no discurso – o outro.
Branca	Negro
Mulher	Homem
Jovem – Imatura	Jovem – Imaturo
Moradora da Zona Sul	Morador do Vidigal
Heroína	Injustiçado
Apaixonada	Apaixonado
Culpa	Decepção
Negação de marcadores sociais – Interseccionalidade	Negação de marcadores sociais - Interseccionalidade (pelas palavras da enunciadora)
Reconhecimento do lugar que ocupa	Reconhecimento do lugar que ocupa (segundo a enunciadora)
Conscientização/Posicionamento antirracista.	(Enunciadora aponta que o outro já reconhecia as diferenças entre os dois).
Incapaz de reconhecer distância social pela cor da pele	Incapaz de reconhecer distância social pela cor da pele (pelas palavras da enunciadora)  *Isso contradiz o item anterior.

Fonte: Das autoras (2021)

Percebemos que a enunciadora constrói sua imagem a partir da representação do outro. Dessa forma, ela usa uma estratégia de comparação e vai constituindo a imagem de si, primeiramente, mostrando seu lugar social no discurso (lugar do dizer) e o lugar do outro, a pessoa representada. Essas são caracterizações que podem ser voltadas para as “determinações físicas e psíquicas do *fiador*” que Maingueneau (2008, p. 65) explica, o que pode ser uma das formas de assegurar o dizer, mas veremos que há outras caracterizações para o fiador nesse enunciado em análise.

Assim a enunciadora vai se caracterizando e caracterizando o outro por meio de oposição, comparação e equiparação:

“[...] Ele é negro, eu sou branca; a gente se conheceu e se apaixonou [...] a gente não pensou sobre isso; eu com 19 e ele com 20; [ele] morava e ainda mora no Vidigal [...] [eu] garota da zona sul do Rio[...]”.

Essas marcações no texto passam a imagem de reconhecimento da diferença entre as classes sociais e raciais, tardiamente, ou seja, no período do relato ou distante do tempo em que o relacionamento aconteceu. Nesse sentido, entendemos que a enunciadora falou por ela e pelo outro, indicando que tiveram uma percepção tardia dos marcadores sociais que os caracterizavam. É importante ressaltarmos que as referências e as representações são todas feitas apenas pelo sujeito branco, a enunciadora, ou seja, temos um sujeito falando por outro, retomaremos esse ponto adiante.

Podemos apontar que o lugar do dizer que o sujeito enunciador ocupa é o lugar simbolicamente privilegiado na sociedade. Ou seja, um sujeito branco, caracterizado como superior na hierarquia racial constituída historicamente. Isso faz com que as interpelações desse sujeito sejam diferentes do sujeito negro, que, nessa mesma construção histórica, foi colocado em posição ínfima. Desse modo, a enunciadora escreve alguns pontos no início do relato que sugerem uma mesma visão ou posição entre ele e o outro: “A gente [...] se apaixonou. Isso não tinha nada a ver com a nossa cor [...] a gente não pensou sobre isso [...] a gente foi percebendo que não era normal a gente junto [...] pela nossa incapacidade de perceber [...]”.

No entanto, após contar sobre um episódio em que os dois foram abordados em uma blitz e acabaram na delegacia por desacato (cometido pelo sujeito que enuncia), a enunciadora diz: “*tudo o que ele tinha passado a vida evitando*”. Com esse excerto, podemos compreender que o sujeito contradiz os trechos anteriores e mostra, em seu discurso, a diferença entre os lugares ocupados pelos sujeitos em questão. Não se pode considerar que o a pessoa representada no relato contaria o relato da mesma forma.

No final do texto, a enunciativa volta a generalizar a posição ocupada pelos dois, pois escreve que o fim do relacionamento se deu pela não percepção dos marcadores sociais entre eles: *“pela nossa incapacidade de perceber essa gigante distância social que existe na cor da nossa pele”*. Isso continua em contraposição ao trecho mencionado acima: *“tudo o que ele tinha passado a vida evitando”*. O que pode indicar a construção de uma imagem inocente, que divide a “culpa”, a responsabilidade; um *ethos* inocente. Como dissemos, o conceito de interseccionalidade mostra como os marcadores sociais agem na construção de vias entrecruzadas nas quais os sujeitos podem ser interpelados várias vezes. Esses marcadores são perceptíveis no texto em análise, e mostram como as experiências de cada um foram e são diferentes nas situações cotidianas. Damos destaque aos marcadores que podem ser atribuídos à enunciativa, principalmente pela característica da branquitude.

A enunciativa, caracterizada e identificada como uma mulher branca, mesmo se posicionando contra as imposições do seu grupo social, beneficia-se disso. Podemos exemplificar com sua fala: *“que não era tranquilo ele dirigir o carro porque seríamos parados na blitz se ele estivesse dirigindo e não eu”*.

Assim, o fato de a pessoa representada ser homem e negro seria um motivo para ser considerado suspeito, de acordo com uma convenção social, uma estereotípia; enquanto o sujeito branco poderia passar livremente pela blitz por ser mulher e branca.

A problemática de ir para a delegacia, pelo relato da enunciativa, pareceu muito menos preocupante para ele:

“O Jonathan pediu para eu parar [...]. E o policial nos levou para a delegacia. Tudo que ele tinha passado a vida evitando eu tinha feito acontecer por um capricho meu, por não [...] perceber que a coisa era muito mais grave. Que abaixar a cabeça tinha sido a realidade dele e eu achei que poderia salvá-lo disso”.

Isso pode ser relacionado ao fato de que, na delegacia, o tratamento para cada um seria diferente. Nesse caso, mais uma vez a branquitude privilegiaria e invisibilizaria o sujeito branco na situação. Essas questões são identificadas no discurso como marcas do racismo institucional que mencionamos, o qual pode interferir nos modos de tratamento para os sujeitos, a partir de seu grupo racial de pertença, em situações diversas.

Outro ponto que precisamos considerar é a ideia de não percepção dos brancos sobre a realidade, como a enunciativa expõe:

“E sim, temos que olhar para o lado e perceber que a não existência de um negro na escola do nosso filho não é normal, que não ter um negro no cinema

ao nosso lado não é normal. E não pensamos nisso. Não percebemos nosso próprio descaso diário. E não percebemos o racismo estrutural que existe em nós”.

O modo como isso é abordado faz parecer que os brancos não percebem a realidade das relações sociais, como se não entendessem a ação e o peso dos marcadores sociais, o que pode ser analisado como mais uma estratégia da branquitude para assegurar seu lugar. Como citamos anteriormente, a discussão de Bento (2014) quanto ao silêncio, à omissão e à distorção sobre o lugar que o branco ocupa. Fatos que reiteram o lugar da branquitude.

Ribeiro (2019) diz que há uma repulsa em reconhecer a participação em um grupo que oprimiu e causou sérios danos a um povo, então é preferível negar ou não agir de nenhuma forma diante dos fatos. Ou seja, não é uma não percepção das desigualdades, mas uma negação ou neutralidade diante de uma responsabilidade que foi herdada pela história. Essa questão poderá ser mais bem abordada em alguns comentários da postagem, como veremos mais à frente.

Além dessa pontuação, precisamos tratar da ideia de invisibilidade da branquitude, pois temos um paradoxo se pensarmos que os brancos ocupam a maioria dos lugares, são sempre vistos e representados, mas há uma invisibilidade em torno desse grupo racial. Como explicitamos nos capítulos anteriores, consideramos que a branquitude faz uso do privilégio branco a seu favor independentemente da situação. Ou seja, para situações de infração ou negativas (seja qual for) são consideradas como falhas individuais, ocasionais e eles passam impunes. Já para ocupar lugares de poder e usufruir de situações positivas, são os únicos aptos ou adequados dentro dos padrões, assim a branquitude se ajusta facilmente às situações, de modo que fica preservada e protegida de qualquer forma. (CARONE, 2014)

Em determinado ponto do relato, a enunciativa passa a constituir sua imagem em um reconhecimento de atitudes falhas:

“eu na minha **jovem arrogância**”; “**gritei** com o policial”; “perguntei **indignada**”; “eu **gritei** e **perdi a mão**”; “o policial nos levou para a delegacia” (**desacato**); “eu tinha feito acontecer por um **capricho meu**”; “e **não perceber** que a coisa era **muito mais grave**”.

Esse reconhecimento passa, em alguns trechos, por uma argumentação que tenta validar as atitudes tomadas: “*eu **achei** que poderia **salvá-lo** disso*”; “*eu, **branca, garota da zona sul do Rio de Janeiro, achei** que poderia **fazer justiça***”.

Além disso, nota-se que, nesse processo de construção no discurso, a enunciativa indica o sentimento de culpa: “*eu nunca vou esquecer o rosto do Jonathan*”; “*eu só fiz ele passar por uma humilhação que eu jamais entenderia*”.

Desse modo, a constituição do *ethos* passa uma imagem de arrependimento e reconhecimento. Essas caracterizações buscam validação quando o sujeito utiliza de uma generalização: “*não pensamos nisso*” e “*não percebemos nosso próprio descaso diário*”.

Além disso, a validação se dá por meio da menção de um termo conceitual: “*não percebemos o racismo estrutural que existe entre nós*”. Ao mencionar um termo conceitual, a enunciativa ampara seu enunciado, legitimando seu dizer se atribuindo “uma posição institucional” e marcando “sua relação a um saber”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018, p.220)

Dissemos, no item anterior, que as cenografias que emergem nessa postagem, há uma construção de um testemunho, uma confissão. Essa cenografia emerge a partir da relação com a imagem apresentada pela enunciativa, que assume e reconhece um erro ou uma culpa nos fatos narrados. Esses traços de arrependimento vêm amparar o que foi enunciado, vêm validar os acontecimentos, pois se justificam pelo tom de ingenuidade ou imaturidade pela idade que os sujeitos tinham na época do relato.

Utilizar de dizeres como “*jovem arrogância*”, “*perdi a mão*”, “*achei que poderia salvá-lo*”, “*achei que podia fazer justiça*” traz uma argumentação para o que foi dito, para defender que a atitude foi impensada, impulsiva, mas porque era uma jovem, talvez rebelde, e isso pode ser relevado. O fiador emerge aqui alegando que as atitudes devem ser relevadas já que se caracteriza como uma jovem rebelde

Outro meio de atestar o enunciado é apontar um reconhecimento de que aquela realidade não poderia ser entendida pelo enunciativo: “[...] *uma humilhação que eu jamais entenderia. Jamais. E mesmo tendo visto e vivido a experiência de ser olhada nos lugares por estar de mãos dadas com um negro, eu jamais entenderei. [...]*”

Assim, ao passo que a construção da imagem da enunciativa vai acontecendo, as cenografias vão emergindo e mudando. As estratégias de argumentação e os meios de assegurar o enunciado vão garantindo a presença do fiador. A enunciativa recorreu a muitas formas de se justificar e reiterar seu posicionamento. Analisando o enunciado, entendemos que a enunciativa, como um sujeito branco, não pôde compreender o lugar do outro – um sujeito negro. Todas essas estratégias discursivas influenciam na adesão dos destinatários ao discurso. Isso implica uma validação do discurso da branquitude e viabiliza privilégio para o sujeito branco e faz perpetuar esse discurso e os sentidos que mobiliza.

A imagem da enunciativa construída, no discurso, deu-se por meio de um “reconhecimento” de seu lugar, podendo indicar um *ethos* de branco crítico, mas que não pode ser comprovado, já que não temos acesso a outras situações de convivência e posicionamentos do sujeito, para desconsiderarmos a possibilidade de hipocrisia.

A partir dessa conceituação, procuramos entender o modo como se deu o posicionamento do sujeito enunciativo. Seu *ethos* discursivo, ou a construção da sua imagem, indicou uma posição antirracista, porém, em suas ações, ficou aparente seu distanciamento do entendimento do lugar do outro. Como já mencionamos, todo sujeito ocupa um lugar do dizer que tem reflexos do lugar social. Um sujeito branco pode falar sobre racismo e combater as desigualdades, desde que compreenda que seu lugar social ainda é o do grupo opressor e que isso o beneficia de qualquer forma; mas precisa ter o entendimento que seu ponto de vista não é o mesmo que de um sujeito negro. Podemos perceber, dessa forma, que a enunciativa tomou como referência, em diversos momentos, o lugar social do outro, falando de seu ponto de vista, indicando uma forma em comum de ver e viver as situações cotidianas.

Apesar de declarar em seu enunciado que não poderia entender o que a pessoa representada vivia, como no trecho: “*eu só fiz ele passar por uma humilhação que eu jamais entenderia. Jamais. E mesmo tendo visto e vivido a experiência de ser olhada nos lugares por estar de mãos dadas com um negro, eu jamais entenderei*”. Ela colocou o mesmo ponto de vista para os dois: “*Hoje, eu acho que nosso namoro terminou pela **nossa incapacidade** de perceber essa distância social que existe na cor da nossa pele*”.

As construções do *ethos* da enunciativa apresentaram modos de atenuação, de justificativas para os fatos por meio de uma ideia de imaturidade por serem jovens na época do ocorrido. Essas construções formaram uma imagem de inocência, de arrependimento com um tom confessional que possibilita um alcance dos coenunciadores, uma aceitação. Isso se dá não só pela imagem construída na enunciação, mas também pela valorização histórica que atravessa a enunciativa, as marcas da branquitude e a influência de sua profissão constituem a imagem com a qual os coenunciadores se deparam.

Na próxima seção, analisaremos o desdobramento do *corpus*, comentários que foram publicados na postagem (figuras 6 e 7). Além disso, apresentaremos alguns comentários que foram publicados na página “Quebrando o tabu”, a qual respondeu o *post* da atriz.



#### 5.4 O desdobramento do *corpus* de análise – Os comentários e a repostagem

Para ampliarmos esta discussão, selecionamos alguns comentários que foram publicados na postagem em análise. Até o dia 15 de março de 2021, havia uma interação de 8.730 comentários, de acordo com o que consta nas informações do post. Como a quantidade de comentários é muito grande, nós os acessamos de forma aleatória para selecionarmos alguns que coubessem nas categorias de análise que tínhamos como objetivo para este trabalho.

Selecionamos oito comentários<sup>10</sup> para discutirmos. Por questões de formatação, transcrevemos os textos deles, mas deixamos disponíveis, nos anexos, os *prints* da tela. É importante pensarmos no conjunto *post* + comentários, pois, como já citamos, Maingueneau (2015) considera que toda textualidade dos sites da *Web* importa. São hipergêneros que estão ligados e permitem diversas formas de interação que implicam a significação do discurso apresentado, como, no nosso caso, o discurso da branquitude e a temática das relações raciais.

Primeiro, vamos apresentar os textos dos comentários e depois a análise. Nomeamos os comentários por enumeração (C1, C2, C3, C4, C5, C6).

##### **Comentário 1 (C1):**

Uau @mariaflor31 me emocionei com seu relato! Meu marido é negro, quando eu fiquei grávida do meu filho, minha mãe ao invés de me parabenizar, me perguntou se na ultra-som deu para ver se deu ora ver a cor do meu filho, olhei para ela e não acreditei naquilo, mas, estava tão feliz que teria um menino, que aquela pergunta dela pra mim só me condicionou amar mais meu marido, que pensar qual cor meu filho iria nascer, pra mim não faria diferença! Enfim, mesmo passados tantos anos, nunca irri esquecer essa pergunta dela! Admiro sua postura e seus posicionamentos frente a tudo que ainda temos que ouvir e muitas das vezes enfrentar.

##### **Comentário 2 (C2):**

Oi Maria, me vi no teu relato. Sou branca, namoro um homem lindo que é negro há seis anos. Moramos juntos há quatro. Um dia cheguei em casa do trabalho, arrumadinha e tal, e ele já estava com roupa de ficar em casa. A polícia tocou a campainha, atendi e ele veio logo atrás de mim, senti o policial ficar tenso na hora. Eles disseram que receberam denúncia de um carro roubado com a descrição de um que estava em frente a nossa casa, perguntaram seguidamente se tava tudo bem comigo, pegaram o nome dele pra olhar no sistema, e soltaram "as vezes a vítima é obrigada a dizer que tá tudo bem, é melhor a senhora deixar a gente entrar e revistar". Deixei, eles entraram com armas em punho, vasculharam a casa e só pararam quando viram uma foto de nós dois numa moldura. Foi uma das piores cenas da vida,

---

<sup>10</sup> Todos os comentários foram transcritos sem alterações ou correções, apresentando, assim, erros ortográficos, linguagem própria de interações em redes sociais etc.

saber que pela cor, ele estava sendo chamado de assaltante dentro da nossa casa.

**Comentário 3 (C3):**

Viver numa sociedade machista, preconceituosa é algo muito complicado, eu como gay Pobre negro e nascido numa comunidade, já passei por inúmeras vezes o preconceito desse povo brasileiro, que se acha ser maior por sua cor, ou por sua heterossexualidade, status de vida, viver em um país em que eu não posso frequentar lugares por ser negro é muito triste, vc entrar numa loja e não ser abordado por sua roupa, por seu estilo diferenciado, e onde vc nasceu ou até mesmo por sua sexualidade, me faz refletir o tamanho da minha coragem diária de sobreviver nessa sociedade pequena em pensamento, e sem amor ao próximo, @mariaflor31 seu depoimento é algo triste de nossa real realidade de vida, por nascer diferente em um país pequeno de pensamento.

**Comentário 4 (C4):**

Essas garotas da zona sul não tomam jeito! Crescemos em uma sociedade racista e preconceituosa. Aí dá no que dá... não é culpa do policial, nem do branco ou do negro. Somos viajantes em frequências distintas e planos diferentes. Tudo é necessário para evoluirmos. Não precisamos achar culpados, precisamos encontrar o amor!

**Comentário 5 (C5):**

Muito bom que isso seja dividido, e seria melhor ainda se as mulheres e homens negros também fossem aclamados e escutados como nós brancos somos quando falamos. Reconhecer o nosso privilégio é o primeiro passo. Felicidade sempre, vc é maravilhosa e o @jonathanhaangensen também.

**Comentário 6 (C6):**

Pena que precisa uma pessoa branca falar pra muitos refletirem sobre o tema... Qd nós negros falamos o mesmo, é mimimi, vitimização, paranóia etc. É triste ver como a fala do negro só é “validada” qd um branco a reitera, mesmo sem este nunca saber de fato o que é sentir a dor do racismo que sofremos...

Em geral, nos comentários que observamos, houve uma predominância de bajulações e parabenizações para o que a enunciativa escreveu. Além disso, muitos outros relatos sobre relacionamentos interracialis foram possibilitados pela própria temática da fala da enunciativa. Entre outros assuntos, foi possível identificarmos equívocos no uso de conceitos como o de lugar de fala, algumas críticas negativas sobre o posicionamento da enunciativa, relatos de situações racistas sofridas, entre outros. Em cada um dos comentários que selecionamos, é possível destacarmos uma das categorias que apresentamos no aporte teórico.

Pela observação que fizemos dos comentários publicados na postagem, grande parte deles parabenizavam o posicionamento da enunciativa diante do que ela expôs. Isso comprova que houve certa predominância na aceitação dos coenunciadores daquilo que foi enunciado,

portanto as cenografias instituídas e as imagens construídas na enunciação, que mencionamos nos itens anteriores, ganharam parte dos coenunciadores. Desse modo, o fiador garantiu que os leitores (ou coenunciadores) aprovassem o que foi dito. Isso pode ser verificado nos comentários que trouxemos para análise.

Os comentários C1, C2, C3 apresentaram uma aceitação plena do que foi dito. Já em C5 e C6, os sujeitos mostraram aceitação do que foi dito, mas trouxeram também um tipo de crítica, uma atenção para o fato de que brancos são sempre ouvidos e negros silenciados. No comentário C4, tivemos um exemplo de uma não aceitação ou recusa daquilo que foi enunciado. Esse enunciador não aderiu ao discurso do enunciador; nesse caso, o fiador não foi válido para o sujeito desse comentário. Isso pode ocorrer pelas formações discursivas divergentes que atravessam os sujeitos, tendo um embate no que se refere ao que cada um desses sujeitos está filiado ideologicamente. Vejamos a seguir.

No C1, a enunciativa também se apresenta a partir da definição do outro. Emerge a vocalidade de um sujeito branco, uma informação que está oculta, mas que o leitor ou o público pode deduzir pela caracterização que é feita do cônjuge da enunciativa como um homem negro. Entendemos então que se trata de um relacionamento inter-racial. Há uma identificação dessa enunciativa com a enunciativa da postagem (figuras 6 e 7), o que permite que, nesse comentário, também seja configurada uma cenografia de testemunho, de experiência e também de relato, pois o enunciador conta sobre o racismo praticado por alguém de sua família.

No decorrer da enunciação, há também uma cenografia de declaração na qual é construída uma imagem de “amor incondicional de mãe e de esposa”: *“mas, estava tão feliz que teria um menino, que aquela pergunta dela pra mim só me condicionou amar mais meu marido, que pensar qual cor meu filho iria nascer, pra mim não faria diferença”*.

Podemos pensar na construção de uma imagem de mãe que ama seu filho, mas há uma negação sobre a questão racial da criança. Lembramos que, nas discussões de Akotirene (2019), a autora aborda sobre o medo das mulheres brancas de que seus filhos sejam coagidos pelo patriarcado, mas mulheres negras temem que seus filhos sejam vítimas das necropolíticas. Desse modo, a enunciativa do C1 explicita que há uma diferença de perspectiva entre um lugar ocupado por uma mãe branca e um lugar ocupado por uma mãe negra.

Enfim, o comentário se encerra com a indicação de que esse enunciador admira o enunciador da postagem e assegura a aceitação do que foi dito, talvez pela identificação com uma das imagens que foi construída no enunciado que analisamos anteriormente. Não há uma indicação muito aberta de uma vinculação à branquitude crítica neste comentário, o sujeito enunciador apenas mostra que concorda com a enunciativa da postagem e a admira. Isso volta

a problematizar a concepção dualista dos tipos de branquitude, o que mencionamos na discussão dos capítulos anteriores.

Em C2, também é apresentado um relato de um sujeito branco sobre seu relacionamento interracial, ou seja, houve também uma identificação dessa enunciativa com a enunciativa da postagem. Primeiramente, vamos destacar a forma que a enunciativa caracteriza seu parceiro: “*namoro um homem lindo que é negro*”. A construção discursiva da enunciativa apresenta uma necessidade de enfatizar aparência da pessoa referenciada ante o seu pertencimento racial. Assim, ela afirma a qualidade de ser lindo do sujeito de quem trata. Isso nos remete às caracterizações históricas que foram construídas sobre o negro e sobre o branco, principalmente quando os ideais de branqueamento se disseminaram na sociedade. O negro, para ser considerado belo, deveria embranquecer, apresentar características da branquitude. As consequências dessa ideologia trazem marcas até hoje, e refletem no uso da língua como no comentário em questão, no qual o enunciador precisa destacar que um “homem é lindo e negro”.

Podemos citar também a atuação da polícia que, enquanto uma instituição, propaga o racismo quando julga e suspeita de sujeitos negros, sustentando o estereótipo de negros como bandidos. Como no caso do relato do C2, o sujeito comenta que a abordagem policial ocorreu dentro da própria casa, depois de uma denúncia que levou os policiais à residência do casal. As suspeitas da polícia tiveram como base a cor de pele do homem e sua vestimenta simples, fatores que mostram como o discurso e os efeitos de sentido implicam as relações entre os sujeitos a partir de estereótipos e marcações sociais construídas historicamente. Como no relato da enunciativa que apresentamos na seção anterior, e em outros comentários da postagem, entendemos que essa ação da polícia foi regida pelo racismo estrutural, pois considerou estereótipos e caracterizações sociais, como acontece em outras situações, nas quais realizam abordagens injustas e, na maioria das vezes, violenta.

No C2, é apresentada também uma cenografia de relato, pela identificação com o enunciado da postagem. No entanto, há também uma cenografia de denúncia que emerge e permite a construção de um *ethos* de indignação. Não há indícios de uma branquitude crítica ou acrítica nesse enunciado, apenas destacamos que o modo como esse sujeito enfatiza a qualidade “lindo” do cônjuge, pode indicar uma interpelação pelos sentidos que circulam no discurso da branquitude. O que emerge nesse comentário é mais a identificação do relato apresentado no início da análise, o qual possibilita também uma confissão e a absolvição que essa cenografia confessional permite. Com isso, há uma adesão ao que foi enunciado na postagem.

Já, no C3, temos um sujeito que expande o assunto das relações sociais trazendo para a discussão outros marcadores sociais como uma equação que resulta em um sujeito atravessado

diversas vezes pela violência das normatividades sociais. O enunciador se caracteriza como gay, pobre, negro e de origem de bairro marginalizado, o que o faz ser atingido por várias marcações fora dos padrões normativos.

A partir disso, o sujeito traz um “tom” que o apresenta e o caracteriza como enunciador e constitui uma imagem de testemunho, como quem pode falar sobre isso porque vive a situação diariamente. E isso vai validando seu enunciado, vai garantindo uma verdade sobre o que é dito. Emerge, então, uma cenografia de denúncia ou de reivindicação que permite a imagem construída pelo sujeito. Essas caracterizações revelam sentidos que circulam socialmente, sobre uma demarcação de lugares que os sujeitos podem ou não frequentar, delimitando os espaços e as ações dos sujeitos, a depender de como eles são vistos na sociedade ou a qual grupo pertencem.

Em C4, podemos discutir sobre os tipos de branquitude. Como vimos, a proposta de Cardoso (2017) é uma subdivisão entre branquitude crítica e acrítica, considerando que a crítica pode apresentar divergências por conta de uma possível hipocrisia. No entanto, assim como questionamos qual seria o ideal de caracterização do discurso da branquitude da postagem, por ter um posicionamento antirracista e não perceber que por ser um sujeito branco contribui com situações racistas, questionamos também o posicionamento do enunciador do C4, mas por outros pontos.

No início do enunciado, o enunciador diz que nossa sociedade é racista e preconceituosa, ou seja, ele parece reconhecer a condição sócio-histórica na qual o país foi formado; entretanto, na continuação de seu enunciado, o enunciador apresenta argumentos contraditórios que vão contra ao que o enunciador da postagem diz, apontando que não há culpados pelas desigualdades das relações sociais. Desse modo, precisamos questionar qual é o real posicionamento do sujeito e seu entendimento das questões raciais no Brasil, já que ele acredita que não há responsáveis pelas diferenças impostas entre os sujeitos. Já apresentamos, no aporte teórico, diversos pontos da constituição racista da história do país assegurados pela branquitude.

Acreditamos que existem outros tipos de branquitude, que ficam na fronteira entre a crítica e a acrítica, que se mesclam entre essas, ou que se camuflam, como pode ser o caso de um sujeito hipócrita que se apresenta como crítico nos espaços públicos do dizer, mas mantém uma omissão nos espaços particulares de existência e do dizer, como Cardoso (2017) apontou. Podemos nomear como uma branquitude crítica sem letramento ou branquitude hipócrita? Isso vai na direção dos estágios de desenvolvimento que citamos no capítulo sobre branquitude crítica e acrítica.

Esse comentário apresenta uma cenografia de crítica que constitui uma imagem de um sujeito que releva a responsabilidade sobre as atitudes e ações na sociedade. Essa imagem busca se assegurar em menções como “*não é culpa do policial, nem do branco, nem do negro... tudo é necessário para evoluirmos... não precisamos achar culpados*” e ainda finaliza com um argumento apaziguador “*precisamos encontrar o amor!*”. Essa enunciação mostra um afastamento do sujeito da realidade sobre as consequências das desigualdades sociais, sobretudo raciais. Essa imagem de conformidade mostra o contrário dos outros enunciadores que analisamos até aqui e pode estar vinculada a um tipo problemático de branquitude, em um estágio pouco desenvolvido, no qual o sujeito reconhece que existe uma sociedade desigual, mas busca meios de relevar isso, desvalorizando as causas e as ações positivas contra as desigualdades.

Os dois últimos comentários que selecionamos apresentam a mesma temática. Alguns outros comentários publicados na postagem também trouxeram o mesmo questionamento dos sujeitos de C5 e C6. Por que a enunciativa da postagem foi tão elogiada ao abordar um assunto de que os sujeitos negros sempre falam e pelo qual sempre lutam para serem ouvidos, mas são ignorados e silenciados? Recorremos à questão da característica adaptável da branquitude: invisível nas problemáticas pelas quais é responsável e exclusivamente visibilizada em situações de prestígio social.

O posicionamento do sujeito no C5 mostra uma construção de um *ethos* antirracista, um discurso de branquitude crítica, mas que depende de comprovação a partir do acesso aos ambientes privados do sujeito. Há uma cenografia de crítica, que aprova o que foi enunciado na postagem, mas leva a discussão além. O tom e a vocalidade que emerge nesse enunciado é o de um sujeito branco, o que é marcado na enunciação por meio da caracterização “*nós brancos*”. O sujeito assegura seu posicionamento, pelo fiador que apresenta um conhecimento da causa, que argumenta com “*reconhecer nosso privilégio é o primeiro passo*”.

Já o C6 mostra a reivindicação de um sujeito negro, ou seja, o enunciador se caracteriza, assume a vocalidade de um sujeito que pertence ao grupo racial negro e apresenta sua crítica: seus posicionamentos, questionamentos e sentimentos importam e precisam ser ouvidos. Emerge também, nesse comentário, a cenografia de crítica e sua imagem é construída a partir de uma vivência da situação, de propriedade de fala e isso se afiança no dizer “*...sentir a dor do racismo que sofremos...*”.

Passamos agora a analisar os comentários que selecionamos na publicação da página “Quebrando o Tabu”. É comum encontrarmos comentários ofensivos em publicações cujas temáticas apresentem conteúdos de cunho social, como a de nossa análise. Porém, como a

página pessoal que trouxemos para discussão pode ter um público mais selecionado de fãs e admiradores da atriz, dificilmente encontramos alguma crítica negativa ao seu enunciado, além de que a atriz, sendo branca, tem uma recepção favorável, por pertencer ao grupo social branco, bem como Maingueneau (2016) afirmou sobre a imagem estereotipada positiva e a valorização histórica de determinados sujeitos que facilita a aceitação e a adesão do público quando eles enunciam.

A postagem repercutiu e foi repostada por uma página de grande reconhecimento, a “Quebrando o Tabu”, que reúne 6,6 milhões de seguidores, entre admiradores e não simpatizantes dos conteúdos. Essa possibilidade de acessar outros links, ir para outras páginas e outros espaços pelos recursos de hiperlinks que as redes sociais permitem nos levou ao *repost* da publicação na página do Quebrando o Tabu, que recebeu uma interação de 792 comentários (um número bem menor que o da página da atriz, mas que apresenta muitas lacunas entre os comentários, provavelmente pela exclusão de comentários criminosos e violentos). Muitos desses também eram elogios ao enunciado da atriz, mas não foi difícil encontrar marcas da branquitude acrítica nos comentários, como nos exemplos abaixo:

**Comentário 7 (C7):**

Aglomerção de gente doente e pra sempre vitimista. VCS SEGUEM UM PADRÃO COITADISTA DE COMPORTAMENTO. Ou é trauma de infância. Partem do princípio q negro é inferior. Bando de parasita esquerdista. QUALQUER COISA HJ EM DIA É OFENSA AOS NEGROS/INDIOS E/ou GAYS! DOENTES!

**Comentário 8 (C8):**

Cambada de fresco! “Ain revistou só pq é negro... N posso ser revistado pq sou negro, isso é racismo”. Mizentos, enquanto vcs ficam de vitimismo enxergando as pessoas apenas por cor de pele o ser humano dedicado que por mero e irrelevante detalhe é negro, ta vecendo na vida sem mimimi, vejam o q Morgan Freeman falou sobre essa vitimização! Racismo existe e deve ser combatido, mas vcs esquerdopatas querem achar racismo em qualquer coisa, enxergam o mundo por essa visão distorcida de vitimismo, vcs são os verdadeiros racistas.

Podemos caracterizar esses comentários como um discurso de branquitude acrítica pela agressividade com que os sujeitos se posicionaram, negando que o preconceito, a discriminação e o racismo operam com grande peso nas relações raciais. Desse modo, a construção da imagem desses enunciadoreis pode ser caracterizada como uma branquitude acrítica.

Utilizam de argumentos estereotipados sobre posicionamentos políticos para classificar os destinatários e apresentador um fiador para o que enunciam: “*Bando de parasita esquerdista*” e “*esquerdopatas*”. Utilizam os termos “*vitimização*” e “*mimimi*” para

desqualificar o ativismo e o posicionamento de outros sujeitos nos comentários. No C8, o enunciador ainda argumenta com ideais de meritocracia e um discurso do ator Morgan Freeman, famoso por minimizar as consequências do racismo nas relações sociais nos Estados Unidos, também como uma forma de assegurar seu dizer na construção de sua imagem na enunciação.

Os dois enunciadores parecem reconhecer a existência do racismo na sociedade: *“Partem do princípio q negro é inferior”* e *“Racismo existe e deve ser combatido, mas [...]”*. Contudo, apresentam um discurso de invalidação das lutas antirracistas ou uma suavização das problemáticas das relações raciais, por isso, podemos considerar esses enunciados como um discurso da branquitude acrítica. Há uma imagem de revolta constituída nos enunciados.

Emerge, nesses comentários, uma cenografia de crítica e reivindicação, mas com sentidos contrários às que foram apresentadas nos comentários anteriores. Há uma forma mais abrupta que apresenta o posicionamento social dos enunciadores e também os sentidos que os interpelam e que vão aparecendo na enunciação. Há uma forma de relevar as consequências das desigualdades raciais, bem como no C4, que apresentamos, mas, nesses casos, de um modo mais agressivo.

É interessante apontarmos para o direcionamento que os enunciadores fazem quando se referem, no plural, aos possíveis destinatários dos comentários: *“...VCS SEGUEM UM PADRÃO COITADISTA...”* e *“...mizentos, enquanto vcs ficam de vitimismo...”*. A repostagem significou de forma diferente para esses enunciadores, já que os internautas que interagiram podem ter mostrado uma adesão ao discurso presente na temática da postagem da atriz. Na repostagem, diante desses comentários, os sujeitos já não têm a atriz como enunciador principal, mas sim um coletivo que defende a mesma ideia e que vai contra ao que eles têm como ideologia.

Acreditamos que esses enunciados se tornaram possíveis não só pelos sentidos que atravessam esses enunciadores, mas pelo modo como a página “Quebrando o Tabu” se caracteriza. Essa página apresenta diariamente postagens sobre questões sociais de diversas temáticas com uma tendência para um discurso político mais característico de esquerda, o que faz com que opositores visitem, ou até sigam a página, para contraporem as ideias que são publicadas nela.

Esses foram exemplos de enunciados que circulam em páginas como essa. Reiteramos que, ao lermos os comentários publicados na página do Quebrando o Tabu, percebemos algumas lacunas nas discussões entre os usuários. Deduzimos que outros comentários, ainda mais hostis, violentos e racistas foram denunciados e apagados da lista.



Seguimos para uma finalização da nossa discussão, na qual tentamos reunir uma caracterização do discurso da branquitude, a partir de todas as considerações que trouxemos.

## 5.5 O discurso da branquitude

A partir das análises feitas, é possível refletirmos sobre as características do discurso da branquitude. Para tanto, reunimos alguns dos pontos que, após a análise do *corpus*, nos parecem mais recorrentes nesse discurso:

Tabela 2 - Características do discurso da branquitude

Discurso da branquitude	Negação do racismo;
	Afirmção de que existe racismo, mas não se vê como racista ou como parte do grupo opressor e como privilegiado pela pertença ao grupo racial branco;
	Minimização das consequências do racismo na sociedade;
	Não validação do outro não-branco (de sua fala, seu posicionamento, suas vivências e experiências etc.)
	Valorização das características físicas da branquitude, padrão de beleza branco recorrente no discurso;
	Negação da responsabilidade, como sujeito branco, na luta contra as desigualdades e o racismo;
	Apontamento de culpa para os negros, por parte dos brancos, de que são os mais racistas.

Fonte: Das autoras (2021)

Bento (2014), ao tratar sobre o branqueamento e a branquitude no Brasil, vai categorizando a branquitude, enquanto grupo social. Essas caracterizações refletem no discurso e o atravessam, constituindo o que nomeamos nesta pesquisa como discurso da branquitude. Reafirmamos, aqui, a relação entre o lugar do dizer e o lugar da existência. As relações sociais dos sujeitos interpelam o discurso, atravessam-no; por isso, não podemos desconsiderar a interferência do social, do histórico e do cultural na caracterização do discurso da branquitude. Os modos de existência (mesmos) têm sido mantidos desde a formação do país e isso sustenta

as desigualdades raciais, o racismo, o preconceito, a discriminação. Isso aparece no dizer e caracteriza o discurso da branquitude.

Podemos apontar como uma das principais características do discurso da branquitude a ideia de invisibilidade dos sujeitos brancos nas mais diversas situações, em oposição à extrema visibilidade dos sujeitos negros, o que acaba por responsabilizar os negros pelo racismo que sofrem. Esse fato atua no discurso da branquitude como uma isenção de responsabilidade, um conforto para os brancos continuarem usufruindo dos privilégios da branquitude e apresentam um paradoxo, que citamos anteriormente.

Como já mencionamos, a branquitude usufrui tanto de privilégios materiais, quanto simbólicos. Sobre isso, Bento (2014, p. 25) mostra que

considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social.

Assim, o discurso da branquitude sustenta os sentidos de um padrão de beleza com referência nas características dos brancos, filtrando, por exemplo, as oportunidades para capas de revista, propagandas, modelos de bonecas, modelos profissionais, e outras, para os sujeitos brancos, principalmente os que possuem características europeias. Essa preferência por pessoas brancas, apesar de parecer um privilégio simbólico, reflete no material, pois as consequências disso se evidenciam na ausência de negros nesses espaços diversos. Como afirma Bento (2014, p. 27-28):

[...] qualquer grupo precisa de referenciais positivos sobre si próprio para manter a sua autoestima, o seu autoconceito, valorizando as suas características e, dessa forma, fortalecendo o grupo. Então, é importante, tanto simbólica quanto concretamente, para os brancos, silenciar em torno do papel que ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil. Este silêncio protege os interesses que estão em jogo.

Outro ponto que está presente no discurso da branquitude é atenuação dos impactos do racismo e das desigualdades raciais ou mesmo uma negação desses fatos. Há sempre uma invalidação ou uma justificativa para livrar os brancos de um passado do qual não querem ser lembrados. Assim, as desigualdades de classes sociais são recorrentemente utilizadas para generalizar as diferenças entre os sujeitos. Esse é um fator que precisa ser considerado, mas não podemos limitar essa discussão somente a ele, pois, como já explicamos por meio do conceito

de interseccionalidade, há um cruzamento de vários marcadores sociais que afetam os sujeitos de formas diferentes, principalmente, neste país, o marcador de raça.

Além dessa forma de atenuação das consequências do racismo, consideramos como característica do discurso da branquitude a forte resistência às medidas públicas afirmativas que garantem o mínimo de reparação histórica aos negros. As cotas raciais, por exemplo, são sempre alvo de discussões com muitos posicionamentos contrários a partir do argumento de que elas aumentam o racismo. Bento (2014, p. 27) comenta que, para a branquitude, as “políticas compensatórias ou de ação afirmativas são sempre taxadas de protecionistas, cuja a meta é premiar a incompetência negra...”. Afirmações como essa são recorrentemente encontradas em enunciados proferidos por sujeitos brancos.

Essas considerações, e não se limitam apenas nestas, são características que o discurso da branquitude apresenta e como se representa nas diversas esferas sociais. Os sujeitos brancos utilizam dessas características em seus enunciados e reproduzem esses sentidos, que se fixaram no discurso. Por isso, em nossa análise, foi possível identificarmos as categorias de *ethos* e cenografia em relação ao discurso da branquitude. Tanto as cenografias que emergiram nos enunciados analisados quanto as construções do *ethos* dos enunciadores buscaram estratégias discursivas nos sentidos que atravessam a branquitude.

Portanto, é necessário, como dissemos, questionar e problematizar essas ideias para que possam ser modificadas. Além disso, precisamos utilizar do discurso como um meio para alcançar os sujeitos e alterar os modos de agir, por meio também da linguagem, já que esta é parte importante e essencial nas relações sociais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar por meio da teoria da Análise do Discurso é mais que considerar o uso da língua como algo independente. A transdisciplinaridade da AD permite essa relação da sociedade, da língua e da ideologia e possibilita pensar no conjunto da enunciação: o que foi dito, como foi dito, por quem foi dito, para quem foi dito, em que situação e, a partir disso, quais os sentidos podem circular na interação entre sujeitos do discurso, que são afetados pela historicidade e por ideologias.

Em termos de análise do discurso, no campo das ciências da linguagem, pensamos em branquitude enquanto discurso, a partir do que foi considerado por estudiosos das relações raciais. Ou seja, analisamos alguns dos sentidos que significam em torno de sujeitos brancos e de suas relações sociais, seus posicionamentos e suas expressões por meio da linguagem, verbal ou não-verbal. Pensamos nas características da branquitude e como elas agem, sustentando, mantendo ou renovando os sentidos que foram construídos historicamente para assegurar o lugar de privilégio social.

A partir da relação que estabelecemos entre a AD e as relações raciais, entendemos que a linguagem é mais um meio de ação da branquitude para manter os privilégios. A branquitude não só é favorecida por esse prestígio, construído social e historicamente em torno da brancura, mas se aproveita disso para agir diretamente na sua manutenção.

Há sempre uma imagem positiva da branquitude construída no discurso, uma imagem que facilmente é atestada pelas características que apresenta. Não é necessário muito para que um sujeito branco seja aceito. Essa imagem emerge em cenografias diversas, nos mais distintos espaços discursivos e em qualquer dos campos discursivos. O processo de construção histórica dessa imagem do branco, como modelo universal, garantiu que o domínio da branquitude alcançasse as várias esferas sociais. Portanto, é necessário discutir e buscar meios de invalidar e desconstruir as ideias em torno do branco como único ser humano, como modelo universal.

Quando falamos sobre discurso, não estamos dizendo sobre uma situação específica de uso da linguagem, mas de um conjunto de elementos e significações que produzem sentidos. Mesmo que o sujeito não produza um enunciado verbal, o corpo significa, sua cor, seus traços, sua historicidade. As características do discurso da branquitude só reforçam, validam e afiançam seu lugar social, que foi naturalizado. É preciso que isso seja modificado, o que pode acontecer por meio do próprio discurso.

Essa discussão explicita nossa pergunta de pesquisa, pois é pela manutenção dos sentidos da construção histórica em torno do grupo racial branco que o discurso da branquitude

faz perpetuar o racismo, as desigualdades e o privilégio de pertencer ao grupo racial branco. O lugar da existência implica o lugar do dizer desses sujeitos de modo que os sentidos em torno da hegemonia branca são assegurados. Se esse lugar de existência não for alterado, continuará refletindo no discurso, atravessando as relações e mantendo a desigualdade racial no país.

As pesquisas sobre relações sociais e sobre o conceito de branquitude têm sido apresentadas por várias áreas de estudos, principalmente nas Ciências Sociais. Trazer a temática para o campo das Ciências da Linguagem é também muito importante, visto que a linguagem é um meio de interação social e, por meio dela, os sujeitos se comunicam, conectam-se e constroem relações. Trabalhar a teoria da branquitude a partir da noção de discurso possibilita essa abordagem que considera a historicidade e o social como partes constituintes do que os sujeitos enunciam. Com isso, foi possível apresentarmos a branquitude como um discurso.

O *corpus* que trouxemos para análise é uma representação de como esse discurso é constituído nas relações sociais e como os sentidos que circundam esse discurso afetam os sujeitos. O *corpus* permitiu uma identificação das caracterizações do discurso da branquitude por meio das noções de *ethos* discursivo e de cenografia, pois, como analisamos, os sujeitos buscam estratégias para amenizar as consequências da desigualdade racial ou invisibilizar a atuação da branquitude nas relações. A partir disso, é possível que analistas do discurso busquem novas fontes que constituam novos *corpora* para serem trabalhados nessa linha de análise, complementando com análises que busquem questionar a branquitude e sua ação no discurso.

Como já citamos, o discurso da branquitude atravessa diversos campos discursivos e interpela os sujeitos. Por isso, quanto mais crescente for a constituição de uma branquitude crítica, que vai realmente se dedicar ao entendimento do lugar do dizer que ocupa nas relações raciais (lugares de existência), buscar o entendimento de que é o grupo responsável pela manutenção das desigualdades (sendo privilegiado em todas as situações) e agir contra a dominação de seu grupo racial, mais teremos a possibilidade de modificação dos sentidos que se cristalizaram em torno dos sujeitos brancos.

Uma questão importante proposta nesta pesquisa é a divulgação da temática que indica a responsabilidade do grupo racial branco na luta antirracista. Propor o entendimento de que se posicionar como antirracista vai além de falar sobre o assunto, mas cobrar medidas afirmativas para acabar com o racismo estrutural, abrir espaço para a voz de todos, reconhecer os lugares de fala e lugares do dizer diversos e se retirar do destaque que simbolicamente é atribuído aos brancos, para que todos sejam vistos, respeitados, valorizados, assistidos e reconhecidos em humanidade.

É relevante e necessário discutir sobre o racismo, o machismo, o sexismo e outras questões que interferem nas relações sociais. Mas, ainda mais necessário é discutir esses temas tendo como objetivo e problematização à parte que sustenta esses discursos na sociedade. Por isso, como citamos nos capítulos desta pesquisa, é importante focar os sujeitos brancos na discussão sobre racismo, entendendo que o grupo racial branco é quem mantém o racismo. Trazer a temática da branquitude para as Ciências da Linguagem se faz também necessário, já que é na e pela linguagem que os sujeitos interagem e se relacionam. Por isso, esta pesquisa abre vias de estudo para pesquisadores da área de Letras que se interessem em relacionar a linguagem com a noção de branquitude, não apenas pela Análise do Discurso.

Por fim, acreditamos que, a partir desse movimento de conscientização, envolvimento com questões raciais de desconstrução da ideologia da hegemonia branca, será possível que os sujeitos Outros – não brancos – ocupem outros lugares de existência e façam refletir nos lugares do dizer sentidos outros. Por fim, com essas modificações, será possível uma descentralização do “modelo europeu normativo”, possibilitando que os espaços sociais sejam representados por todos os sujeitos e, muito além disso, que a branquitude acrítica não passe impune pela violência e pelos movimentos genocidas que provoca.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro – Pólen, 2019.
- ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador, BA: UFBA, 2019.
- ASSIS, Edjane Gomes de. As novas configurações identitárias e seus efeitos de sentido na mídia brasileira. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 17, n. 3, p. 433-448, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-170309-4317>>. Acesso em: 02 jun. 2020.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 25-57.
- \_\_\_\_\_. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002, 169 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BOLSANELLO, Maria. Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, Curitiba, no.12, p.153-165. Dez. 1996. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>>. Acesso em: 02/04/2020.
- BRANDÃO, Helena Hathsue. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CANO, Márcio Rogério Oliveira. **A manifestação dos estados de violência no discurso jornalístico**. 2012. 185 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007). 2008. 232p. Dissertação, Universidade de Coimbra. Coimbra - Portugal, 2008.
- \_\_\_\_\_. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Coimbra, v. 8, n. 1, p.607-630, 2010. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.
- \_\_\_\_\_. A branquitude acrílica revisitada e as críticas In.: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

CARDOSO, Cintia. **Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In.: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 13-23.

CARREIRA, Rosângela. É preciso falar sobre o lugar do dizer: múltipla perspectiva (para)tópica. In.: NASCIMENTO, Jarbas Vargas; CANO, Márcio Rogério de Oliveira; ELIAKIM, Jonatas. (Orgs.) **Paratopia: série discurso e cultura**. Volume 3. São Paulo, SP: Blucher, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário da Análise do Discurso**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-23, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3932>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude (livro eletrônico): dilema racial brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Papéis Selvagens, 2020. Disponível em: <[http://www.papeisselvagens.com/uploads/6/9/3/3/69339767/branquitude\\_dilema\\_racial\\_brasileiro.pdf](http://www.papeisselvagens.com/uploads/6/9/3/3/69339767/branquitude_dilema_racial_brasileiro.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FLORENCIO, Ana Maria Gama; et al. **Análise do discurso: Fundamentos e Prática**. Maceió: EDUFAL, 2009.

FOUCAULT, Michel. A hipótese repressiva. In: \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 19-58.

JESUS, Camila Moreira de. A persistência do privilégio da branca: notas sobre os desafios na construção da luta antirracista. In.: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

LABORNE, A. A. de P. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In.: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.



\_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. In.: AMOSSY, Ruth. (Org.), **Imagens de si no discurso: a construção do Ethos**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 69-92.

MARIA FLOR. São Paulo (SP), 18 fev. 2019. Instagram: @mariaflor31. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Bt9DAXMBhM7/>>. Acesso em 19 abr. 2019

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 7.ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In.: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**. 6ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 59-90.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro – Pólen, 2019.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o racismo na escola**. 2ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 40-67.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. São Paulo, SP: Abril Cultural, Brasiliense, 1984.

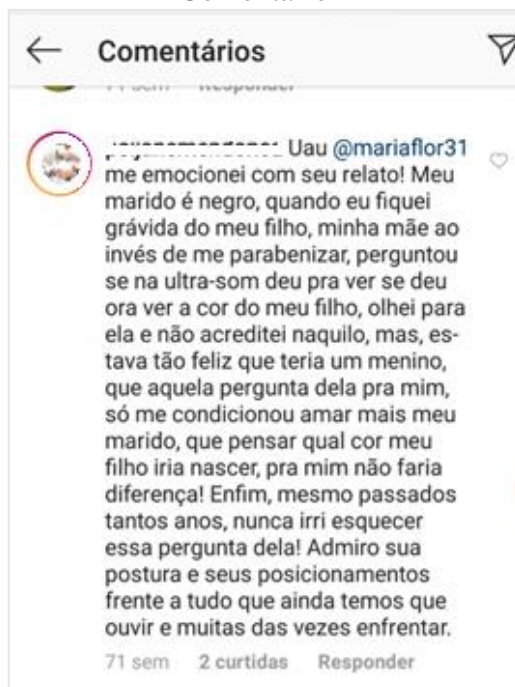
SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador, BA: EDUFBA, 2018.

SILVA, Luciana Soares da. A educação infantil frente às questões étnico-raciais. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, n. 49, v. 25, p. 75-92, jul/dez, 2016. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/493>>. Acesso em: 15 mar. 2021.


SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In.: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. (Orgs.) **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

## ANEXOS

## Comentário 1

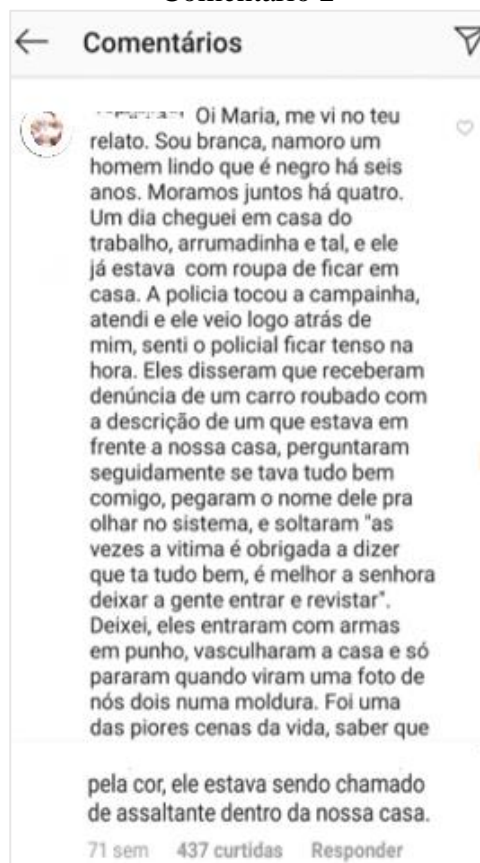


← **Comentários** ▾


 ..... Uau @mariaflor31 me emocionei com seu relato! Meu marido é negro, quando eu fiquei grávida do meu filho, minha mãe ao invés de me parabenizar, perguntou se na ultra-som deu pra ver se deu ora ver a cor do meu filho, olhei para ela e não acreditei naquilo, mas, estava tão feliz que teria um menino, que aquela pergunta dela pra mim, só me condicionou amar mais meu marido, que pensar qual cor meu filho iria nascer, pra mim não faria diferença! Enfim, mesmo passados tantos anos, nunca irri esquecer essa pergunta dela! Admiro sua postura e seus posicionamentos frente a tudo que ainda temos que ouvir e muitas das vezes enfrentar.

71 sem 2 curtidas Responder

## Comentário 2



← **Comentários** ▾


 ..... Oi Maria, me vi no teu relato. Sou branca, namoro um homem lindo que é negro há seis anos. Moramos juntos há quatro. Um dia cheguei em casa do trabalho, arrumadinha e tal, e ele já estava com roupa de ficar em casa. A policia tocou a campainha, atendi e ele veio logo atrás de mim, senti o policial ficar tenso na hora. Eles disseram que receberam denúncia de um carro roubado com a descrição de um que estava em frente a nossa casa, perguntaram seguidamente se tava tudo bem comigo, pegaram o nome dele pra olhar no sistema, e soltaram "as vezes a vitima é obrigada a dizer que ta tudo bem, é melhor a senhora deixar a gente entrar e revistar". Deixei, eles entraram com armas em punho, vasculharam a casa e só pararam quando viram uma foto de nós dois numa moldura. Foi uma das piores cenas da vida, saber que

pela cor, ele estava sendo chamado de assaltante dentro da nossa casa.









71 sem 437 curtidas Responder


## Comentário 3

← Comentários ▾


 Viver numa sociedade machista, preconceituosa é algo muito complicado, eu como gay Pobre negro e nascido numa comunidade, já passei por inúmeras vezes o preconceito desse povo brasileiro, que se acha ser maior por sua cor, ou por sua heterossexualidade, status de vida , viver em um país em que eu não posso frequentar lugares por ser negro é muito triste, vc entrar numa loja e não ser abordado por sua roupa , por seu estilo diferenciado, e onde vc nasceu ou até mesmo por sua sexualidade, me faz refletir o tamanho da minha coragem diária de sobreviver nessa sociedade pequena em pensamento , e sem amor ao próximo , @mariaflor31 seu depoimento é algo triste de nossa real realidade de vida , por nascer diferente em um país pequeno de pensamento

71 sem 2 curtidas Responder



 Adicione um comentário... Publicar

## Comentário 4

 Essas garotas da zona sul não tomam jeito! Crescemos em uma sociedade racista e preconceituosa. Aí dá no que dá... não é culpa do policial, nem do branco ou do negro. Somos viajantes em frequências distintas e planos diferentes. Tudo é necessário para evoluirmos. Não precisamos achar culpados, precisamos encontrar o amor! 🌍 🇺🇸 🇨🇦 🇵🇷 🇨🇺 🇩🇪 🇯🇵 🇧🇷 🇦🇷 🇨🇰 🇮🇳 🇵🇰 🇮🇩 🇵🇯 🇸🇯 🇸🇰 🇹🇰 🇻🇪 🇽🇰 🇹🇼 🇵🇻 🇸🇻 🇸🇹 🇸🇺 🇸🇩 🇸🇲 🇸🇯 🇸🇰 🇹🇰 🇻🇪 🇽🇰 🇹🇼 🇵🇻 🇸🇻 🇸🇹 🇸🇺 🇸🇩 🇸🇲


71 sem Responder

## Comentário 5

 Muito bom que isso seja dividido, e seria melhor ainda se as mulheres e homens negros também fossem aclamados e escutados como nós brancos somos quando falamos. Reconhecer o nosso privilégio é o primeiro passo. Felicidade sempre, vc é maravilhosa e o @jonathanhaagensen também.


86 sem Responder

## Comentário 6

 **RENATA OLIVEIRA** Pena que precisa uma pessoa branca falar pra muitos refletirem sobre o tema...  
Qd nós negros falamos o mesmo, é mimimi, vitimização, paranóia etc. É triste ver como a fala do negro só é "validada" qd um branco a reitera, mesmo sem este nunca saber de fato o que é sentir a dor do racismo que sofremos... 😞😞

86 sem [Responder](#)

## Comentário 7

 **CRISTIANE** Aglomeração de gente doente e pra sempre vitimista. VCS SEGUEM UM PADRAO COITADISTA DE COMPORTAMENTO. Ou é trauma de infancia. Partem do principio q negro é inferior. Bando de parasita esquerdista. QUALQUER COISA HJ EM DIA É OFENSA AOS NEGROS/ INDIOS E/ou GAYS! DOENTES!

85 sem [Responder](#)

## Comentário 8

 **WILSON** Cambada de fresco! "Ain revistou so pq é negro.. N posso ser revistado pq sou negro, isso é racismo." mizentos, enquanto vcs ficam de vitimismo enxergando as pessoas apenas por cor de pele o ser humano dedicado que por mero e irrelevante detalhe é negro, ta vecendo na vida sem mimimi, vejam o q Morgan Freeman falou sobre essa vitimização! Racismo existe e deve ser combatido, mas vcs esquadopatas querem achar racimo em qualquer coisa, enxergam o mundo por essa visao distorcida de vitimismo, vcs sao os verdadeiros racistas.

86 sem [1 curtida](#) [Responder](#)